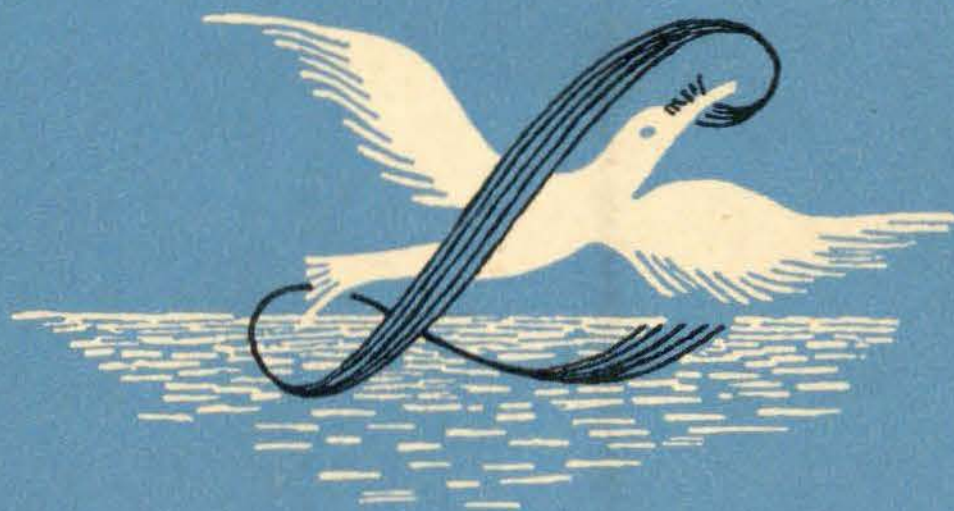
DEPÓSITO LEGAL MAR 1945

150

NÚMERO 4 Rev. 104

LITORAL

Revista Mensal de Cultura

LISBOA ★ OUTUBRO-NOVEMBRO ★ 1944

LITORAL

Revista Mensal de Cultura

DIRECTOR
CARLOS QUEIROZ

EDITOR: MÁRIO SILVA

ORIENTAÇÃO GRÁFICA DE BERNARDO MARQUES

4

Outubro-Novembro, 1944

Ainda há outro defeito não menos notável e muitas vezes não pouco recreativo. Os seus sujeitos são os *Pedantes*. Êstes são uns sabichõezinhos, ou meios Letrados, mas professores da Ciência de tôdas as coisas; porém nunca passam da superfície, e com isto fazem tal bulha e ralharia, que no conceito do vulgo são nada menos que uns sábios a fundo em tôdas as Artes, Ciências, negócios, etc. Êste defeito é muito ordinário nos professores novos, ou nos principiantes e mancebos da Sociedade. Logo na primeira vez que provam do espírito da sabedoria, pelo descostume, enlouquecem. Assim sucede aos pedantes, quando à primeira vista de qualquer obra ou de outra coisa se julgam dela perfeitamente instruídos.

JOÃO PEDRO DO VALE

«O Tolo por Arte e o Sábio por Jeito»

LISBOA — M.DCC.LXXXXIV.

ÓLEOS DE MARIA KEIL DO AMARAL — DESENHOS E GRAVURAS DE: MARIA KEIL DO AMARAL, MARTA HUGUENIN, SILVA PINTO, COTTINELLI TELMO, STUART DE CARVALHAES, FRED KRADOLFER, ARPAD SZENES, JOSÉ RÉGIO E BERNARDO MARQUES — FOTOGRAFIAS DE: MÁRIO NOVAES, RUY CINATTI, CARLOS RIBEIRO E JAIME LEITÃO

Gravuras de: NEOGRAVURA, LDA. e A ILUSTRADORA, LDA.

Composição e Impressão: Tip. RAMOS, AFONSO & MOITA, LDA.
Rua de "A Voz do Operário", 8 a 12 — Lisboa

Redacção e Administração: RUA DAS FLORES, 81, 2.º D. — TEL. 2 3343 — LISBOA

PROPRIEDADE DA EMPRÊSA EDITORA LITORAL, LDA.

DESENHO DE MARIA KEIL DO AMARAL

RELAÇÃO VERÍDICA DO SABER E DO IGNORAR

por

JOSÉ MARINHO

DESDE sempre se assinalou a unilateralidade do saber e do ignorar que se apresentam com a fácil e apressada exclusão do seu contrário: tão unilateral é dizer que se sabe de um saber que se opõe à ignorância e a exclue, como dizer que se ignora de um ignorar que ao saber se opõe e o exclue. Se, com efeito, sabendo, não ignorasse, tudo o espírito saberia: mas, então, o ser de verdade seria nêle directo e patente, não careceria de ser consciente de si, de interrogar e asseverar. Se, simètricamente, no ignorar nada soubesse, ou nada se soubesse, a ignorância não tomaria consciência de si. Mas no ser do homem não está nem a verdade inteiramente clara para si, nem, tampouco, a verdade inteiramente oculta para si, como no ser de simples natureza, de natureza tenebrosa, profunda e abissal.

No homem está o enigma: e não só o enigma que o homem é para si, mas, mais fundamente, o enigma que nêle é o ser de verdade para si. Ora ao enigma e à funda interrogação que põe, não responde nem o saber que exclue, nem o ignorar que exclue.

A relação do saber e do ignorar aparece no mundo contemporâneo com agudeza considerável. Como o espírito do homem, e até o do menos dotado ou insciente, não pode deixar de

situar-se em relação à verdade, a todo o momento tende, alternadamente, ou a erigir a ciência ou o senso comum em saber absoluto, ou então, quando vê ou lhe demonstram a impossibilidade de conferir a plenitude de saber absoluto ao saber de relação, consenso e experiência, cai no oposto. No primeiro caso, erige em verdade o que é certeza relativa e condicionada nos pressupostos tais e tais; no segundo, erige em ignorância o que é ignorância relativa e condicionada nos pressupostos tais e tais. Desta maneira, supondo terem impossibilitado o dogmatismo e o cepticismo por uma autêntica mediação, caem os homens contemporâneos — e não só os mais comuns — em formas de alternadas e ilusórias afirmação e negação.

A presunção segundo a qual a verdade é impossível ao homem, impõe-se, como certeza negativa, a cada vez mais largos círculos humanos. ¡Estranha condição a do homem que, no momento de mais ampla difusão do saber e da cultura, acaba negando-lhes seu único fundamento e garantia! ¡Estranha cegueira a do homem não vendo que, com a ruína da verdade, rue, para êle, com o saber e a cultura, tudo quanto na ordem prática já fêz e se impossibilita do mesmo passo tudo quanto poderá realizar!

O homem julga, neste ponto, salvar-se a si próprio e ao saber e existência, da iminente degradação ou ruína, pensando que a certeza da não-verdade tem garantia lógica e epistemológica bastante na filosofia moderna. Uma crítica da metafísica, como em Kant, ou a sua simples exclusão, como nos positivistas, aparecem-lhe não só como evidentes, mas até como garantias de um saber suficiente do homem e da vida, e de um humanismo cultural ou de um

pragmatismo social seguros de si. Esta esperança falaciosa tem de ser-lhe firmemente recusada.

O que a crítica Kantiana visou, não foi o conhecimento autêntico da verdade. Pelo contrário, todo o esfôrço da crítica Kantiana é dirigido no sentido de fundamentar êsse conhecimento e de o tornar estável. Ela denuncia, sim, uma metafísica que trabalha no seio da cisão, sem resolvê-la; ela mostra o equívoco do mero saber que desdenha da profunda seriedade do ignorar, do teísmo que desdenha da profunda seriedade do ateísmo; ela demonstra — e mesmo contra os seus próprios termos — o que há de precário em tôda a verdade que resulta de uma deficiência ontológica, ou de uma ontologia unilateral, demonstra o que há de precário em tôda a verdade *acêrca de*.

Kant é um autêntico e nobre crítico, consciente da profunda cisão, da crise de que a sua crítica provinha, e da iniludível necessidade de solvê-la. Êle é, assim, em imagem, o médico que se sabe doente e mortal. A situação do positivista é a do médico que se encontra ainda muito aquém do insofismado sentido da doença e da morte, tudo ignorando, e por isso mesmo, da saúde como da vida.

Entretanto, o que das várias linhas de crítica do conhecimento ficou para o pensamento moderno, foi a convicção de que o homem pode, no sacrifício da verdade absoluta, alcançar «verdades relativas» acêrca de si e da sua condição e fins humanos, como ainda acêrca da estrutura do universo, formas e processo da vida.

Tôda a filosofia responsável da Europa tende, neste século, a estabelecer com irrecusável fundamento que isso é, em rigor,

impossível. E a aparente possibilidade que para os modernos existe de o realizar, radica em que o saber continua a ser animado, de algum modo, por aquilo que perigosamente julga ter pôsto e poder pôr de parte.

Já o simples exame do conceito de «verdade relativa» poderia mostrá-lo. Sempre que, com efeito, falamos de verdade relativa, entendemos uma relação que pode tomar-se em dois sentidos: ou como verdade relativa àquela verdade que não é ela própria relativa, mas plena e absoluta, ou como verdade que existe na relação entre o pensamento e o pensado, ou, se se quiser, entre o sujeito e o objecto.

Ora é fácil ver como uma verdade que estivesse apenas na relação (pois isso mesmo se nos diz) seria uma verdade extrínseca aos correlatos. Seria como o juízo de relação de dois conceitos para sempre e irremediàvelmente vazios. Ou, em imagem, qual viandante que, na ponte lançada para unir duas vertentes, estivesse condenado interminàvelmente a recorrer de uma vertente para a outra, sem poder jamais pôr pé em nenhuma delas. Em todo o rigor, não só nada diria do objecto, mas não podia ser consciente de si no sujeito.

Devemos, pois, retirar ao homem mais esta esperança falaciosa de decidir, afirmativa ou negativamente, daquilo que demanda longo estudo e meditação. Devemos retirar-lhe a infundada e falsa convicção de que ignora. Em todo o rigor, a posição do homem é aqui a mesma de sempre: nada de simples e directo, mas um misto e uma linha ora quebrada, ora interrompida.

A ignorância só se consciencializa por um saber: é pelo que

em nossos olhos há de solar que nos apercebemos da sombra. Também, e concomitantemente, o nosso saber só se determina em relação àquilo que em nós ignora: assim, se é pelo que em nossos olhos há de solar que vemos, a relação a todo o sol é uma relação da sombra ao que o não é; se vemos, não sendo a própria luz, é porque em nós a luz ilumina o que se lhe contrapõe.

Não nos é lícito, pois, dizer que tudo ignoramos. Em todo o rigor, a total ignorância seria atributiva do não-ser, mas êsse não a saberia. Dizendo que tudo ignora, o homem torna-se absoluto negativamente, tal como se absolutiza afirmativamente quando diz tudo saber. Num e noutro caso, crê êle encontrar a sua humanidade funda, sendo no entanto certo que a transpõe. Num e noutro caso, julga encontrar uma certeza, mas é aquela ilusória certeza em que a verdade se nega ou se abisma.

A esta falsa filosofia da total ignorância (ou do total saber) o simples senso comum invalida. Interroguemo-lo: dir-nos-á, em sua douta ignorância incipiente, que simultâneamente e sucessivamente e implìcitamente sabe e ignora. E di-lo-á, mesmo na mudez total ou parcial com que nos responda. Nem poderá supor-se mera imagem sugestiva êste interrogar do senso comum: pois devemos ter por desviada do seu autêntico sentido tôda a filosofia cultural que com a douta ignorância e o senso comum não tenha profunda afinidade e subtil conformidade.

Se a ignorância jamais pode referir-se a um todo, também não lhe é dado referir-se à essência. Se o pudesse, apareceria o absurdo de a ignorância se referir àquilo que está para além da possibilidade do seu apreender. Repondo a situação com todo o ri-

gor, aparece: que, tendo uma dada forma de pensamento apreendido tal ou tal essência, outra forma de pensamento asseverou a inapreensibilidade dêsse suposto apreendido. Fácil é ver, então, que aquilo que foi afirmado aparece frente ao que foi negado, como sua mesma condição. Eu não posso negar a algo senão na medida em que claramente o concebo; só então o meu juízo tem um significado, assume dignidade e seriedade. Fácil é ver também como, ao adquirir autêntica significação, a negação a confere, imprescritìvelmente e sob pena de morte sua, àquilo mesmo que nega ou está negando. Dêste modo, perante o equânime espírito da verdadeira e perene filosofia, o que afirma e o que nega encontram-se numa relação fraterna, insindicável, e não apenas momentânea, mas para sempre rediviva.

DESENHO DE COTTINELLI TELMO

CAMINHOS DO SERTÃO

por

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

DURANTE os primeiros tempos da colonização do Brasil os sítios povoados, conquistados à mata e ao índio, não passam geralmente de manchas dispersas ao longo do litoral, mal plantadas na terra e quási independentes dela. Acomodando-se à arribada de navios, mais do que ao acesso do interior, êsses núcleos voltam-se inteiramente para o outro lado do Oceano.

Em tais paragens tratam os portugueses de provocar um ambiente que se adapte à sua rotina, às suas conveniências mercantis, à sua experiência africana e asiática. O processo evolue, graças à introdução da cana de açúcar, destinada a produzir para mercados estrangeiros. A lavoura do açúcar tem o seu complemento no engenho. Ambos — lavoura e engenho — chamam o negro. Incapazes de ajustar-se a êsse processo, os antigos naturais da terra são ràpidamente sacrificados. Aquêles que não perecem, vítimas das armas e também das moléstias trazidas pelo conquistador, vão procurar refúgio no sertão distante.

Vencida, porém, a escabrosidade da Serra do Mar, sobretudo na região de Piratininga, a paìsagem colonial já toma um colorido diferente. Não existe aqui a coesão externa, o equilíbrio aparente, embora muitas vezes fictício, dos núcleos formados no litoral nordestino, nas terras do massapé gordo, onde a riqueza agrária pode exprimir-se na sólida habitação do senhor de engenho. A sociedade constituída no planalto da capitania de Martim Afonso mantém-se, por longo tempo ainda, numa situação de instabilidade ou de imaturidade, que deixa margem ao maior intercurso dos adventícios com a população nativa. Sua vocação estaria no caminho,

que convida ao movimento; não na grande propriedade rural, que cria indivíduos sedentários.

É verdade que essas diferenças têm carácter relativo e que delas não é lícito tirar nenhuma conclusão muito peremptória. A mobilidade dos paulistas está condicionada, em grande parte, a certa insuficiência do meio em que viviam; insuficiência para nutrir os mesmos ideais de vida estável que nas terras da marinha puderam realizar-se ao primeiro contacto entre o europeu e o novo mundo. Distanciados dos centros de consumo, incapacitados, por isso, de importar em apreciável escala os negros africanos, êles deverão contentar-se com o braço indígena — os «negros» da terra; para obtê-lo é que são forçados a correr sertões inhóspitos e ignorados. Em tôda a parte é idêntico o objectivo dos colonos portugueses. Diverge ùnicamente, ditado por circunstâncias locais, o compasso que, num e noutro caso, dirige a marcha para êsse objectivo.

Mas a lentidão com que no planalto paulista se vão impor costumes, técnicas ou tradições vindos da metrópole — é sabido que, em S. Paulo, a própria língua portuguesa só suplantou inteiramente a geral, da terra, durante o século XVIII — terá profundas conseqüências. Desenvolvendo-se com mais liberdade e abandono do que em outras capitanias, a acção colonizadora realiza-se aqui por um processo de contínua adaptação a condições específicas do ambiente americano. Por isso mesmo ela não se enrija logo em formas inflexíveis. Retrocede, ao contrário, a padrões rudes e primitivos; espécie de tributo exigido para um melhor conhecimento e para a posse final da terra. Só muito aos poucos, embora com extraordinária consistência, consegue o europeu implantar num mundo estranho algumas formas de vida que já lhe eram familiares no Velho Mundo. Com a consistência do couro, não a do ferro ou do bronze, dobrando-se, ajustando-se, amoldando-se a tôdas as asperezas do meio.

É inevitável que nesse processo de adaptação o indígena se torne seu principal iniciador e guia. Ao contacto dêle, os colonos, atraídos para um sertão cheio de promessas, abandonam ao cabo tôdas as comodidades da vida civilizada. O simples recurso às rudes vias de comunicação abertas pelos

naturais do país já exige uma penosa aprendizagem, que servirá, por si só, para reagir sôbre os hábitos do europeu e de seus descendentes mais próximos. A capacidade de resistir longamente à fome, à sêde, ao cansaço; o senso topográfico levado a extremos; a familiaridade quási instintiva com a natureza agreste, sobretudo com seus produtos medicinais ou comestíveis, são algumas das imposições feitas ao caminhante nessas veredas estreitas e rudimentares. Delas aprende o sertanista a abandonar o uso de calçados, a caminhar em «fila índia», a só contar com as próprias fôrças durante o trajecto. Salvo na proximidade imediata das maiores povoações, nenhum progresso fundamental será possível antes que se generalize o emprêgo de cavalares ou muares para extensos percursos. Nada indica que o trabalho de reparo e conservação das estradas mais importantes, trabalhos feitos a princípio «de mão comum» pelos moradores, e quási só até onde chega o poder efectivo das câmaras municipais, pudesse modificar apreciàvelmente a fisionomia e o carácter próprio dêsses caminhos.

Parece provável, aliás, que mesmo antes da colonização europeia, algumas trilhas de índios fôssem mais do que picadas incultas e intratáveis onde ao caminhante se recusava todo o confôrto. Isso explicaria, de algum modo, a ênfase com que mais de um historiador se tem referido a «vias nacionais» de tal ou qual tríbu. De uma trilha que se dirigia para o sul, rumo ao chamado sertão dos Patos, já se disse, por exemplo, que era a via nacional dos Tupiniquins. Outra, que partindo da Cananeia procurava o sudoeste — a região do Iguacu e do Piquiri — seria a verdadeira estrada real da «raça» Guarani.

Embora acolhendo, com a devida reserva, tais precisões, pode-se admitir, no entanto, que os índios se utilizassem contìnuamente de determinados caminhos e até mesmo que os adaptassem às necessidades de um trânsito freqüente. Afirma-se dos carijós do Guairá, que chegavam a semear em suas estradas certa variedade de gramínea capaz de impedir o desenvolvimento das macegas e, assim, de evitar qualquer obstrução. Há, ainda hoje, veredas indígenas de muito trânsito onde se deparam, aqui e ali, instrumentos de cozinhar e moquear, canoas, choças, rêdes, cabaças de apanhar

água; tudo rigorosamente previsto para as conveniências de um constante percurso. A presença de tais petrechos faz supor, naturalmente, cuidadosa escolha de local — sítios onde existem rios piscosos, ou lagrimais, ou barreiros que atraem a caça. Vários dêsses lugares privilegiados serviriam com o tempo (em S. Paulo só a partir do século XVIII) para nêles se estabelecerem pousos reúnos, de onde saïriam, depois, alguns povoados prósperos.

Não obstante tais comodidades e o zêlo previdente que nelas se denuncia, o certo é que nada disso chega a alterar, no essencial, êsses caminhos primitivos, destinados ùnicamente à marcha de pedestres. Sóbrios, tenazes, afeitos à fadiga, os devassadores do sertão não teriam nesse ponto exigências profundas, que fôssem estímulo ao progresso. Alguns, os mais respeitados, fazem-se transportar em rêdes carregadas pelos índios. Êsse modêlo de veículo seria pouco usual longe dos sítios habitados, onde se apagavam os derradeiros vestígios da vida civil. E se chegou a ser usado por algum cabo de bandeira durante as extensas jornadas através de terras desconhecidas — como fazem crer vários depoïmentos — é lícito supor que, quando não servisse apenas para alívio dos enfermos e achacosos, fôsse um modo de afirmar ostensivamente a própria superioridade ou dignidade. O mais freqüente, porém, era depender cada qual de si mesmo e dos ardis que pode inspirar a prática de um mundo hostil.

A energia física necessária a muitos dêsses empreendimentos dispensava, de ordinário, qualquer ajuda, a não ser em face de obstáculos mais poderosos. Assim, diante dos rios maiores, rios de canoa, como se chamavam, era forçoso interromper a marcha a pé. E também não faltavam ocasiões em que os rios, deixando de significar um estôrvo para o caminhante, se transformavam êles próprios em caminhos — os «caminhos que andam». Embora não constituíssem, ao menos de início, a via mais habitual de penetração do Continente, desempenhariam, ao cabo, um papel que não foi simplesmente acessório.

SOLILÓQUIO

Ao meu sobrinho, Dr. Jerónimo
de Melo Osório de Castro

Fugir do vão ruído da Cidade,
Fútil agitação de gente inquieta.
Só nos campos é que há conformidade
Com a trágica vida do planeta.

As árvores que amei, irão medrando,
A reflorir em cada primavera.
Do corpo, já minha alma nada espera,
Que vê-la à vida universal passando.

O Árabe ensina: — «A não ter que dizer
Palavra mais formosa que o silêncio,
É-te melhor calar. Não responder...»
Tua alma, ao mundo em flor, num puro mel condense-o.

É silenciosamente que a roseira
Vai criando o milagre do rosal.
Na sombra e paz é que a abelha trigueira
Cria o mel, maravilha do colmeal.

Faz como a abelha, sem na sombra ser.
Ou meia-luz, ou o sol das gavelas.
Mesmo se é noite, é bom ver céu de estrêlas.
Bem basta trevas no sepulcro haver!

Ó luz! alma dos sóis, que intercadentes
Rasgam clarões nas galáxias a flus,
Por abismos terríveis e frementes:
Leva as almas a Deus, ó luz! ó luz!

Setembro de 1939

LUSO-AFRICANAS

Ó mulatinhas, faz-me pena
Ver-vos a branca alma prêsa
Das cadeias da natureza,
Da africana, já só morena...

As Irmãs, na sombra serena
Da Missão, tornaram acesa
A vossa almita portuguesa.
E a vida é tão pouco amena!

Como na areia do Deserto,
O vosso passo segue incerto,
Pode ir ter à desolação.

Dó e ternura dá de ver-vos;
São do estranho Sertão os nervos,
De cativas o coração.

Outubro de 1939

M O R T O S

Ó luar da meia-noite!
Tu lembras-me a morte e a vida.
Pareces ser luz da lua
E és luz do sol reflectida.

A morte é pura verdade?
Quem não volta, sempre esquece.
Mas morto bem de amizade
Sempre à nossa alma aparece.

As imagens que em nós vemos
Dos mortos do nosso amor
¿São luz própria da nossa alma,
Ou luz de algum sol maior?

Outubro de 1944

NOCTURNO NO VENTO E NA CHUVA

> *«Non nasce in me pensier che non vi sia*
> *dentro scolpita la morte.»*
> (De uma carta de MIGUEL ÂNGELO)

Se dói para sempre a pena,
A saüdade não abranda.
Quando a dor não é serena
Bem sempre connosco anda.

Só dormindo se descansa
— Se, dormindo, a alma não vela.
É fementida a esperança.
Só a verdade é singela.

Dor de um membro é reacordada,
Apesar da amputação;
¡Que fará, sendo cortada
A raiz do coração!

A alma é só cemitério
Se os dias nos vão findar.
Mudo o céu, baço, funéreo...
E a terra é um Mau-Lugar.

Hera, hera da saüdade,
Sustêns da alma as ruínas.
És da vida ainda bondade,
Mas com raízes as minas.

São maus os homens, mas têm,
Na natureza tão dura,
Um alto sonho do bem.
Da verdade e formosura.

Não se sente o bem presente
Se não nos vier a faltar.
Só se chora bem o ausente
Se com a morte abalar.

A alma raro tem viSta

Se algum bem não é perdido.

Mas, então, que longe aviSta

O redobrado sentido!

Ter fé, é ter esperança.

Será sim, ou será não!

¡Bem mais ditosa a criança

Com viver sua ilusão!

Outubro de 1944

ALBERTO OSÓRIO DE CASTRO

A MORTE DE D. JOÃO

por

FIDELINO DE FIGUEIREDO

Como há muitas Marias na Terra, pode ter havido, como houve, um Dom João que não fôsse Tenório e não tivesse um grande poeta a celebrar-lhe a morte em exéquias canalhas.

O meu Dom João era de Aguilar, de nobre família da Beira Baixa, na zona fronteiriça com Castela, a Velha, família que no dobar dos séculos trocou muito sangue com o país vizinho.

Da minha roda de amigos da juventude êle foi o mais enfático. Por isso lhe chamávamos, às vezes, «o espanhol». Em Portugal, para os observadores apressados da vida social, a ênfase denuncia sempre sangue espanhol. É uma psicologia fácil — tão fácil como a dos franceses dos séculos clássicos, que na exaltação amorosa viam sangue português. Êsse prejuízo, que era um eco duradouro das *Cartas* de Mariana Alcoforado, ainda atingiu Balzac: Na sua *Recherche de l'Absolu,* uma mulher de imaginativo amor é «la Portugaise».

Mas a ênfase do meu velho amigo Dom João de Aguilar era de curto fôlego. Nós é que a exagerávamos, porque já então militávamos contra a oratória. Por todos os cantos procurávamos adversários para combater. Víamos a cada passo um inimigo do espírito crítico. As mais das vezes, êsses inimigos eram espectros de nossa criação, para iludir o ímpeto de porfia dêsses áureos anos, que tão mal apreciámos e gozámos.

¡Quanto nos rimos, um dia, do sereno optimismo com que um inglês nos explicou a sua preferência pelo inverno de Lisboa: «A terra é bela, a gente é boa e a vida é barata...»! Esta acariciadora síntese, que seria hoje glosada até ao fastio, foi então para nós um rasto das deambulações novas de *Candide* pelo mundo e da sua volta a Lisboa, «a sepulcral».

Êste Dom João, que não era Tenório, morreu. O amigo comum,

que me envia a notícia do seu passamento, acrescenta: — «Como te lembrarás, êle era muito mais inteligente do que parecia. O Luiz tinha por êle uma alta estima». Há certo remorso nestas linhas. Luiz Cotter, cuja rectidão de juízo nunca foi posta em dúvida, dizia dêle: — «Dom João é, talvez, o menos intelectual de nós, mas é, por certo, o mais inteligente».

Isto, trocado em miúdos, significava: «Não ama o exercício profissional da inteligência, o método da análise crítica, a erudição exaustiva em tôrno de um assunto; é incapaz de se tornar um especialista, mas tem uma intuïção pronta e um sentido crítico espontâneo, privilégios que Deus regateia muito. Sabe ver imediatamente, em lampejos, ainda que não possa construir um sistema de idéias sôbre o que observa e não chegue a ordenar um rosário de observações contínuas».

Nas suas curiosidades não haveria um método austero, mas não deixava de haver uma fixidez teimosa. Naqueles anos distantes as suas leituras predilectas eram de físio-psicologia. Mais tarde resvalou para a cabala e para as ciências ocultas. A biografia prendeu-o um momento, mas quanto maior era a ostentação dela em documentos, tanto menos o contentava, porque só buscava adivinhações e rastos do mistério da personalidade. Queria saber, precisamente, o que não se podia saber. As suas idéias fixas, não as curiosidades da sua inteligência, eram matéria de risotas e assuadas, mas também não deixavam de nos assustar. Ríamo-nos delas, com a mesma intenção com que vão assobiando ou cantando os solitários de acaso: para espantar o mêdo. Pelo contrário, êle sofria de que fôssem tão raros os espíritos que sofressem de obsessões análogas.

O que êle queria saber, a todo o transe, era o seguinte:

1.º — ¿Como se faz a passagem da vida para a morte? ¿Há sofrimentos, há consciência do trânsito? ¿É verdade que no derradeiro minuto da existência terrena a memória se aguça sobrenaturalmente e que logra rever tôda a vida numa síntese actualizadora ou supressora do tempo, que parece ser já a adivinhação do juízo final? Aquelas frases de transcendente sentido, proferidas por moribundos gloriosos, ¿são autênticas, e teriam tido tal intenção sublimada?

2.º — Morto o homem, ¿saberá êle que está morto? D. João não compreendia a doutrina da imortalidade da alma sem essa consciência da morte física, «mortis cognitio», que em certa medida tornava extensiva ao despôjo mortal, na maneira de recordação que se iria delindo, conforme o corpo se iria dissolvendo na vida universal. A sua curiosidade tinha um propósito humorístico: gostaria de poder observar de longe ou de perto, mas em cómoda invisibilidade, a maldade humana póstuma, os manejos dos seus inimigos, que não foram poucos. O seu agudo sentido crítico era, por vezes, uma estocada florentina sôbre a ferida oculta pela dissimulação social. Êle bem sabia onde cada um ocultava «a bôlsa da velhacaria». Observando e dizendo, sem ambages, o que observava, parecia-nos algumas vezes o guarda-fiscal a revistar bagagens e a apalpadeira a denunciar candongas astutas.

Essa «mortis cognitio» dava-lhe um antegôsto pérfido: testemunhar o fracasso da maldade humana em algumas das suas investidas, rir-se dela com satânico desdém, como se ri quem se nega a um visitante importuno e pelo orifício da fechadura desfruta o seu desapontamento: «Perdeste o teu tempo. Não estou cá».

Outro objectivo interessado dessa consciência da morte, que Dom João procurava ansiosamente, era ditado por um nobre sentimento de gratidão. Êste Dom João português foi, sob o signo fatídico do seu nome, um militante do *donjuanismo*. Solteiro, belo, galhardo, rico de magnetismo pessoal, amou muitas mulheres e de muitas também recebeu provas de preferência. Através do encanto de cada uma, circulando um pouco entontecido pela infinita selva da beleza, da graça e do feitiço das mulheres, procurava e cultuava a imortal e inacessível unidade da Mulher, diligenciava contemplar o mundo com os olhos preferidos de Deus. Assim se justificava.

Tôdas as enormidades que nos expunha, eram aureoladas das tais intuïções profundas e expostas com um escrúpulo de forma empolgante, a tal ênfase que nos fêz chamar-lhe «o espanhol». Delineava sofismas com verdades e confundia-nos. No seu donjuanismo havia tanta elevação, tão

abnegada ternura, tão longínquas perspectivas e tão ambicioso anêlo metafísico — que bem poderia ser êle o tipo vivo do Dom João português, imaginoso e lírico.

Se a transição para a morte fôsse luminosa e suave, êle poderia ver em abreviatura de imagens tôda a sua vida passada e os vultos esmaecidos das mulheres que amara, a rodeá-lo numa atmosfera de imponderável tepidez, em doces contactos de setim. E era isso que êle queria, êsse incansável gozador, sentir uma derradeira vez uma pele veludínea de eflúvios perfumados, ouvir a música de certa voz, que era como um instrumento novo no concêrto universal, receber o hálito de certo cabelo e a luz de certos olhos, para a tudo envolver no mesmo amplexo de gratidão e tudo levar para além e humildemente mostrar a Deus, ao dobrar os joelhos sob o seu trono: «Senhor, eis os meus delitos e os tesouros acumulados pela minha avareza. Castigai-me, se amei demais a vossa obra-prima».

A carta do amigo comum, que outro amigo trouxe ontem ao meu eremitério, descreve em comovidas pinceladas a morte de Dom João. Sentou-se sôbre o leito, reclamou do seu velho mordomo coisas muito guardadas numa gaveta de móvel íntimo. E vieram as flores velhas, os livros amarelados, os laços descoloridos, frascos de perfumes extintos, cartas e papéis, estojos e todo um bric-à-brac bafiento e triste, como entardecer de outono. Olhou em volta com um sorriso de rei que se despede de súbditos fiéis e que nessa fidelidade confiou sempre. Depois, com aquêle gesto cúpido dos moribundos que tentam levar quanto amaram na vida, puxou tudo para o coração com os dedos arqueados em garras. Logo, num impulso contrário, arredou de si aquelas velharias heteróclitas, que respiravam abandono e morte, e mandou queimar tudo, ali mesmo, à sua vista. A pequena pira iluminou o quarto com luz mágica. E êle via, embevecido, arder-lhe o coração naquelas chamas crepitantes e efémeras. Seguiu o fumo esbranquiçado na sua subida ondulatória, ergueu os olhos numa súplica infinitamente ansiosa e partiu. Partiu e levou consigo as respostas àquelas suas velhas curiosidades: — ¿Como se faz a passagem da vida para a morte? Morto o homem, ¿saberá êle que está morto?

PÁGINAS DE UM DIÁRIO FANTÁSTICO

por

RACHEL BASTOS

ESTRANHAS angústias da minha alma, perturbantes vibrações do meu corpo, ¿como vos hei-de exprimir? Essência de indefinido desejo, ficarás eternamente pairando no Espaço, ignorante de ti mesma, porque uns lábios humanos não souberam as palavras que te dariam corpo. ¡Mas não importa!: o novelo invisível da minha alma desenrolar-se-á sôbre tôdas as coisas da Terra, como um rôlo de fumo que a brisa vai sorvendo. Quando o último fio se desagregar do meu corpo, estarei em tudo. Tu, meu Amor! deixarás de me ver, mas dentro de ti viverei nessas angústias e nas estranhas vibrações que as palavras não souberam nomear. A vida continuará com as noites de luar, com os dias de sol, com as serras, com os mares, com os ramos verdes das árvores, com o perfume da terra; e eu estarei contigo, estarei sempre, porque a minha alma se desenrolou sôbre tôdas as coisas, e viverá na brisa que a sorveu.

* * *

Cheguei ao fim do meu caminho. Vejo longas fitas de luz que não sei onde me conduzem. ¿Como cheguei até aqui? Lancei

um rápido olhar ao Mundo e, despegada da sua carne, passei sem compreender a razão que me impelia. Agora o meu corpo perdeu-se no chão que pisei, e eu, eu que me sinto e não me vejo, estou na essência da Terra, e a minha voz fala nos grandes silêncios do Mundo.

Aquêles que souberem escutar quando os outros não ouvem, aperceber-se-ão da minha voz embargada pelos soluços da mágoa de não ter sabido existir; de não ter agarrado com as mãos ambas esta vida misteriosamente bela do meu corpo em movimento; de não ter beijado a carne do Mundo; de não ter atingido os horizontes que a minha alma buscava.

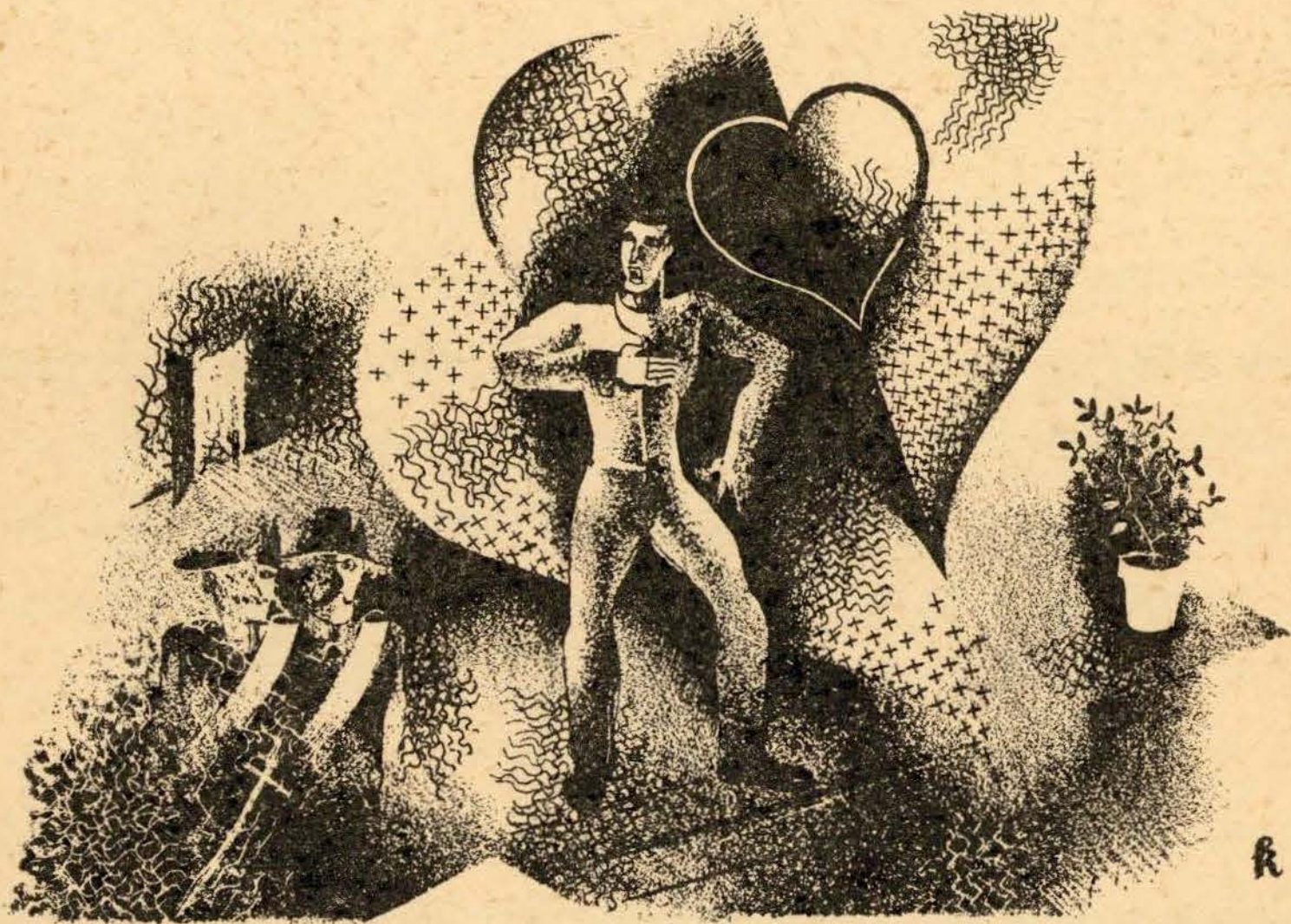
* * *

Hoje não quero pensar. Vou atirar-me sôbre a minha vida e sorvê-la tôda, sem respirar. ¿Para quê, saboreá-la gota a gota, se assim não mato a sêde que me devora? Enterro-me dentro de mim, revolvo a minha carne, engulo o meu sangue, destruo-me tôda, e vivo! Sempre eu, em mim, fora de mim, em tudo. ¿Não estarei também nos outros, nas pessoas que se movem à minha volta, e que só têm existência para mim porque eu vivo, e sinto, e vejo?

Loucura do Mundo, mistérios do Além, ¿porque aterrais os meus olhos e a minha alma sedenta de vida?

O meu olhar tão longo cega na distância, e os braços que

estendo sôbre a Terra voltam a mim desolados de não encontrar. Nesta busca incessante, a vida, intacta, alegre e misteriosa, vai-se despedindo impiedosamente do meu corpo. «Tenho saüdades de mim» — murmuram os meus lábios. E é como se me despedisse de alguém muito amado a quem não tornasse a ver.

Mas eu serei sempre eu. No entanto, as despedidas aterram-me. Eternidade ¿será uma palavra criada pelos homens sòmente para seu consôlo? Vou aconchegar a vida dentro de mim. Tenho mêdo.

LITOGRAFIA DE FRED KRADOLFER

JOSÉ RÉGIO
OU A POESIA INVOLUNTÁRIA

por

GUSTAVO DE FREITAS

AFERIDA por uma abstracta tábua de puros valores estéticos (mas ¿seria possível essa tábua?), não sei se a obra de José Régio — a obra de Régio tal como hoje existe, mutilada, pois não passa de ponta de novelo que pode ter muito fio a desenrolar — se situaria acima da honesta mediania. Não sei, nem cuido de saber, que o absoluto não é da minha regedoria.

Se o «caso José Régio» me interessa, interessa-me na sua relatividade; quero dizer, de um ponto de vista histórico. Nem creio que haja outra maneira de bem compreender uma obra de arte, já que na obra de arte colaboram, com o artista, não só o meio e a raça — como queria Taine —, a geografia, a história e o sangue, a sociedade e o cosmos, mas também — como criticamente lembrou, há pouco, Fidelino de Figueiredo, em «A Luta pela Expressão» — o tempo, ou seja, a leitura de sucessivas gerações.

É claro que não há história do presente, mas só do passado — sentença que não enjeitaria M. de la Palice. E portanto que, para quem pretenda ver històricamente, estudar um autor vivo (e não só vivo como homem, mas vivo como autor, ainda na curva ascendente da sua produção) constitue um contra-senso. E, contudo, êsse contra-senso atrevo-me eu a cometê-lo.

Não passa de lugar-comum chamar à nossa época a da velocidade, invocando o avião e a sem-fios. Parece-me que os meios de comunicação pouco fazem ao caso. Mas muito ao caso já faz que flutuemos bem no cachão de um período de crise, das mais amplas e profundas, talvez, da

humanidade. Nos períodos críticos o ritmo da história acelera-se, como nos que poderemos denominar clássicos, de lenta ordenação sistemática das adquisições anteriores, se retarda, tanto, às vezes, que se diria parar o tempo. Essa aceleração do ritmo da vida, até à vertigem, força a aproximar, e mesmo a abolir, o limite da história. Nestas épocas, por excelência históricas, o próprio presente é já história, porque tão depressa é presente, logo é passado.

E a terrível necessidade de compreender depressa «o que foi» (o que «é-foi»), na trágica urgência de não nos deixarmos cegar por um futuro que avança brutalmente, o anseio de tomar consciência, totalizando o anterior no actual, não encontra remédio senão num balanço constante das fôrças íntimas do espiritual e do social. Eis porque um poeta da geração da *Presença,* tão ainda de nossos dias e tão ainda em plena evolução criadora, tenta a meditação de quem busca compreender-se e compreender o mundo humano em que vive.

Balanço sem dúvida provisório, hesitante, sujeito a tôdas as reservas, a tôdas as correcções futuras. Sabendo-o, humildemente. Mas balanço não inútil, porque indispensável, exigido pela inteligência, que não quere abdicar.

Também não sei se êste interêsse histórico presente de José Régio será um interêsse histórico permanente — se dentro de cem anos o poeta José Régio se não perderá na bruma do anonimato, ou de todo esquecido, ou reduzido a minúsculo ponto do infindo cortejo de escolas e de esteses que desde o início do século perpassa aflitivamente, à maneira daquela parada de filosofias que, uma tarde, em Montmartre, entontecia Zé Fernandes e fazia bocejar Jacinto... Também não sei, e também não me interessa.

Ao homem de hoje, situado bem no redemoínho das próprias águas cujas secretas correntes não desiste de entender, sem a ajuda da perspectiva secular e da longa ressonância colectiva, a poesia de José Régio avulta como significante, mete-se nêle, obceca-o como um prurido quiçá importuno

mas incurável, obriga-o a reflectir sôbre ela; já que nem a simples negação dela o libertaria.

Esta solicitação premente do «caso Régio» é tanto mais difícil de explicar — e, por isso, mais exigindo a atenção compreensiva — quanto é certo que se trata de um poeta em quem, levado o solipsismo ao extremo, numa época de problemática social, não se vislumbra, à primeira vista, preocupação colectiva; e, demais, de um poeta que se afigura jogar às escondidas com a poesia...

Em boa verdade, quem lê desprevenidamente as composições de Régio não pode por vezes furtar-se a uma sensação de mal-estar, quando os lábios recusam pronunciar e os ouvidos recusam aceitar, estèticamente, versos como êste:

«Assim se castram êles próprios, pobres»

que antes parece uma daquelas frases para gimnástica de articulação vocal, como o *«eu tinha um ninho de mafagafes»*...

Mesmo sem nenhum prejuízo estético, admitindo, embora, a mais ampla liberdade formal, com abolição de tôdas as velhas regras académicas dos compêndiozinhos de estilística; mesmo admitindo a supressão do elemento melódico, e até aceitando que a poesia não seja mais que prosa exprimindo o fenómeno poético, algum mínimo fica exigível, quanto à sucessão de sons, um mínimo que impede de considerar poesia um verso como êste, de Tomás Ribeiro: — *«Do ananás a pinha opípara»*...

Se a poesia, se tôda a arte é, como creio, uma forma de conhecimento *pelo fazer,* isto é, um modo de alcançar a Realidade em que a própria *forma* é essencial ao conhecimento, e se a forma poética tem por material a palavra, não se me afigura possível descarnar a poesia até abstrair do seu elemento fonético. (Ao contrário, pode prescindir-se de um sentido gramaticalmente lógico). Assim, quando leio:

«Depois, ruflaram alto asas de agoiro!»

não posso impedir-me de *ouvir* uma sucessão de «aa» abertos, que riem alto, e me dão uma sugestão de alegria, de claridade solar — o contrário do que o verso quere significar ou comunicar.

Estas dissonâncias não são para ver-se, é claro, com a lupa estreita do censor que mede os versos a compasso ou conta as sílabas pelos dedos. Se me refiro a elas, é porque me põem — ou cuido porem-me — no caminho que chega ao âmago do «caso Régio». São um sinal exterior de que alguma coisa parece emperrar na poesia de José Régio. E acode-me, sem o procurar, Unamuno, de quem já se disse que era «um mau novelista de génio», e de cuja poesia, que também emperra, se poderia dizer algo pelo estilo.

E esta lembrança de Unamuno chama-me a atenção para dois factos: que Régio rumina, repete, glosa até à saciedade o tema único, embora de mil facêtas, do seu drama íntimo, essencialmente religioso; e que Régio visìvelmente constrói, recorta, desenha a sua poesia. Juntando e interpretando estes dois elementos se tem pôsto em dúvida a *sinceridade* de José Régio — evidentemente, sem razão e com injúria, de não se dar a «sinceridade» um sentido demasiado simplista.

Sem negar a sinceridade, posso, porém, confessar que a impressão que me surgiu da leitura do poeta, à luz destas verificações, foi a de que em Régio não havia uma poesia que irresistìvelmente se exprimisse, mas a vontade de exprimir *em poesia* a tragédia pessoal de Régio. Isto é, o que busca exprimir-se não seria poesia mas drama, e a poesia não seria mais que um traje, ou uma forma laboriosamente talhada para a expressão dêsse drama.

Esta conclusão é, porém, invalidada (ao menos, em parte) pelo facto de que, todavia, não podemos, de boa-fé, se lermos Régio em *disponibilidade* — em estado de receptividade poética — deixar de sentir o travo profundo da mais autêntica poesia.

Comummente, digamos: normalmente, no poeta a inteligência e todos os dons de ordenação e expressão se escravizam à poesia, senhora

José Régio

absoluta. Raramente poesia e razão se unem harmoniosamente, e como bem-casados mùtuamente se servem, como que fundindo-se: é o que se dá em Antero. O caso de uma poesia em que o «mana» poético se amolda à inteligência especulativa, matemática e construtiva e parece servi-la, embora, na realidade, se sirva dela (em maior ou menor grau, no seu caso extremo em Mallarmé e Valéry), que é o caso dos temperamentos mais filosóficos, dialécticos ou dramáticos que líricos, sensível na literatura francesa, só se evidencia em Portugal nalgum sector barroco do século XVII e, modernamente — e mais nìtidamente — no primeiro quartel do século XX, em (para exemplificar com um nome altamente significativo) Fernando Pessoa.

Mas, em Pessoa, tôda a aparentíssima construção racional, se nos dá a idéia de um fazer *voluntário* de poesia, não consegue esconder que essa poesia é, sem embargo, autêntica, real, profunda, manando de fonte irreprimível, embora o poeta lhe imponha os álveos, os diques e as margens. Pessoa é um dialéctico, um socrático discorredor, talhando geomètricamente a sua poesia viva, como que orgulhosamente querendo submetê-la às disciplinas varonis, como que escondendo-a, até; parece, às vezes, que se envergonha de ser poeta e enjeita a sua poesia; mas ela grita-lhe o nome...

Ora Régio apresenta-se-nos, também, como um cerebral, em quem se diria que sentimentos e emoções, tôda a gama do afectivo a sente na inteligência. Porém, ao invés de Fernando Pessoa, a sua poesia aparece, sim, como construída, mas ocultando essa construção sob a aparência de espontaneidade, de gratuïdade (a sua poesia, digo, porque Régio *êle-próprio* confessa, lealmente, o seu método de trabalho). Esta impressão penosa, que a poesia de Régio sugere parcialmente, poderia levar-nos à convicção de mistificação, de falsidade, de insinceridade, se não fôra que, simultâneamente — e inexplicàvelmente —, dos poemas de Régio brota, extravasa, tocada dos cimos do Real, ou marcada do signo do Supra-Real, uma poesia verdadeira, profunda, humaníssima, que não engana; simplesmente, surge como se não fôsse do poeta José Régio — nem do Régio construtor volun-

tário de versos, nem de um Régio intuindo espontâneamente poesia, mas doutro lado, do seu anjo da guarda, ou do seu demónio interior, *contra êle,* até.

Mas não, não vem de fora dêle, o «Grito» que se lhe alevantou e, contra êle, lhe rebenta nos versos; vem «dos mais escuros longes do seu ser»; o soneto «A Vocação», de *Biografia,* creio que seja o lampejo divinatório do poeta onde podemos encontrar a chave do seu estranho caso.

Êsse Grito que lhe vem dos longes do ser, que traz nos «grumos do sangue» — como diria Alberto Osório de Castro —, devia normalmente vencê-lo, avassalá-lo, submeter tôdas as suas potências criadoras. Mas Régio, portador do Grito, tem no seu sangue outros grumos, não tão longínquos e não menos fortes, que o fazem o que é: cerebral, dialéctico — e orgulhoso. Por isso não se submete — não pode submeter-se. A sua inteligência, especulativa e discursiva, filosófica, tão forte e autónoma e tão falta de humildade, recusa-se a servir — quere ser servida. Assim se desarticula do Real — do real concreto e efémero e do supra-real poético — e se ensimesma, numa espécie de onanismo ideal. Vejam-se as suas páginas de teoria estética: o raciocínio é fluente e dúctil, sem trair esfôrço, ao mesmo tempo que subtil, barroco, escolástico; Régio, como Unamuno, compraz-se no jôgo das idéias, embora com a diferença essencial de que Unamuno as desprezava e Régio se lhes entrega, e daí que o tipo do raciocínio de Régio seja muito comummente aquêle a que Unamuno chamava, desdenhosamente, «abogadesco».

É êste raciocinar abstractamente, sem obediência ao concreto, que faz do teórico excelente, por vezes, um crítico iludido, como no estudo sôbre António Boto, em que o discurso, que parece impecável, conduz a conclusões que parecem rigorosas — e são, todavia, de um evidente exagêro. O processo é o mesmo que levou Pessoa — outro dialéctico, teórico formosíssimo — a errar quando houvesse de pensar de jeito científico, isto é, com obediência aos factos, porque então, invertendo os termos, era aos factos que êle forçava a obedecerem-lhe às idéias (ex.: os artigos da *Águia,* anunciando o super-Camões).

Quando eu era garoto, certo médico de fama errou um diagnóstico em doença de que me queixei; receitou, portanto, erradamente, porque receitou para doença que eu não tinha; daí que o remédio não desse o mínimo resultado curativo, e ao invés... Ora quando lhe asseverei que me encontrava, não melhor, mas pior, o mestre enfureceu-se: — Tais sintomas eram de tal moléstia, tal moléstia curava-se com tal remédio; logo eu, que apresentava tais sintomas, devia tomar tal droga e, tomando-a, devia estar curado. Se o não estava, de quem a culpa? Evidentemente, minha!

Não duvido, aliás, de que esta dialéctica abstracta, filha de uma inteligência egotista, que, como Descartes, parte do *eu*, mas não tem em conta as *circunstâncias* de que o existencialismo e Ortega y Gasset ensinam a fazer tanto caso, pode ser fecunda no domínio das idéias. E pode ainda, como em António Vieira, que vivia também no mundo da sua imaginação,

DESENHOS DO POETA JOSÉ RÉGIO

do seu *eu* hipertrofiado, e dêle partia em fogosas correrias dialécticas e retóricas, ter superior beleza artística em si-mesma.

Ela pode mesmo adaptar-se a um género mais objectivo, como o teatro ou o romance; e é pelo poder da sua inteligência construtiva, mais do que pela sua complexidade e diversidade, que José Régio me parece, de facto, «mais pròpriamente destinado — como êle julga — ao teatro e ao romance, do que à poesia». Êste admirável teórico da crítica, que, por excesso de inteligência, se me afigura sujeito a falhar no julgamento dos outros (embora vendo com claridade meridiana muito do que a outrem ficaria obscuro), acerta — creio — com grande sentido crítico (quiçá pelo exaustivo examinar-se a si-próprio) quando da sua obra diz: — «se alguma novidade há na minha poesia, ¿não derivará, em grande parte, de ter eu revelado *através* da poesia, *quiçá a violentando às vezes,* tendências de romancista e dramaturgo?».

¿Quere isto dizer que Régio não seja poeta? Mas não, bem ao contrário. Fazendo romance ou teatro, Régio é soberanamente poeta; e, aí, já a sua poesia aparece sem luta, sem que Régio a violente, ou sem que ela tenha de violentar Régio — porque aparece indirectamente, e a inteligência do dramaturgo ou romancista se lhe não opõe... Então os grumos próximos e longínquos se fundem, o Grito combina-se com a voz, e esta, falando, veïcula aquêle, como que sem dar por tal.

¿Quere isto, ao menos, dizer que o romance ou o teatro de José Régio são *melhores* do que a sua poesia, ou esta é *pior* do que aquêles? Não se trata de *melhor* ou *pior,* nem vejo como estabelecer essa relação de mercador comparando têxteis. Do que se trata, é de entender *como* nos toca a mensagem de Régio, e *porque* nos toca de uma maneira que não de alguma outra.

Se a mensagem poética de Régio nos toca irritando-nos a epiderme e enchendo-nos de dúvidas e inquietações sôbre a sua qualidade, é, não pela sua voluntariedade, como às vezes se tem entendido, mas — suponho,

como tentei exprimir — pela sua excessiva involuntariedade. Tão grande, que nos chega a *despeito* de Régio...

Assim, a mensagem de José Régio resulta dupla: a que êle quere transmitir-nos — que é a mensagem do seu drama, do seu trágico anseio de *unidade* — e a que não quere transmitir-nos, o Grito que nos chega de além das profundezas do seu sangue («*cantam-me as veias poemas nunca feitos*...»), que é a sua autêntica mensagem poética.

Aquela sua mensagem voluntária antes parece um pedido de socorro — pedido que, orgulhosamente, se não formula, de socorro, que, orgulhosamente, se rejeita, mas por que se ansearia, se se o não soubesse impossível. O grito de socorro e quási desespêro de uma alma essencialmente religiosa, *visceralmente* cristã, aspirando à *unidade* em Deus, mas condenada à pluralidade. Essa pluralidade, essa dispersão, essa inquietação pulverizada, é um fenómeno psicológico muito de certa época — a que vai do fim do século XIX à primeira Grande Guerra. Proust, em vez de fazer dela um drama pessoal, aproveitou-a como fórmula estética. Depois de 1918, à dispersão da personalidade sucedeu, reactivamente, a violenta unidade estreita, facciosa, cega, que era, tanto como a atomização *proustiana,* uma negação da personalidade.

O caso de Régio (considerado de um ponto de vista histórico-sociológico e sem quebra de respeito pelo seu drama pessoal, que não se põe em causa), o caso psico-estético de Régio surge, pois, deslocado, atrasado. Mas furta-o ao tempo que a sua pluralização anímica (e a consciência dela) não seja mera inquietação e dispersão, mas se acompanhe, como em Verlaine e Unamuno, de um doloroso, trágico anseio de unidade — e de unidade em Deus.

Esta aspiração religiosa tem, porém, como que um sabor entre franciscano e (por paradoxal que pareça) calvinista: o seu evangelismo de gôsto tolstoiano, o seu apêlo ao Espírito (como de quem não aceita o «espírito da letra» gassetteano, que d'Ors glosou), o seu individualismo, a pura gratuïdade da salvação do Rei, que se diria predestinado («*Jacob e o Anjo*»), etc., tudo isso, e mais, se não é (e não é) expressa-

mente calvinista, é-o, quási, tendencialmente. Essa vaga tendência evidencia-se, talvez, ainda mais no facto de que o problema do pecado — o drama da carne, a luta entre a Carne e o Espírito, a salvação pelo máximo, total afundamento no pecado — é o problema central do drama religioso de Régio, drama que, num tipo psíquico tão marcadamente intelectual, não toma principalmente a via anteriana da dúvida filosófica. O seu pendor raciocinante manifesta-se, antes, na análise exaustiva, sempre renovada, quási escolástica, da íntima luta entre o desejo de Deus, o anêlo de unificar-se como uma chama dirigida a Êle, e o enraïzamento esparso na terra, a como que falta de paixão, *impossibilidade de amar,* de dar-se, uma impotência afectiva que o faz cair, a cada arranco do ser para o alto, «vencido e tolerado». Por aí se liga Régio aos *Vencidos da Vida,* que também foram, não crucificados, ou, como Herculano, segregados, mas «vencidos e tolerados».

O Herói (em que o amor se hipertrofia e sublima) será vencido, mas não tolerado; o conformista será tolerado e vencedor; o drama daquele que não pode amar suficientemente para subir a Herói, mas tem, como o Herói, a aspiração dos Cimos, é ser vencido e tolerado... E é talvez essa humilhante e trágica posição que explica o orgulho, o isolamento, o egocentrismo quási contundente dêste poeta.

Quem despreza os outros, ignora-os, ou olha-os cèpticamente. Quando parece odiar-se quem nos tolera, é porque existe, no cerne, um desejo de amor. A Deus e aos homens o poeta quere, do fundo do ser, amar; mas a sua tragédia está em que *não pode* amá-los — não pode amar com o amor preciso, o que chegue para que Deus lho aceite, o que baste para esquecer que os homens não são amáveis... E a sua mensagem poética é talvez essa — a do impossível amor...

POESIA

No fundo de um vale solitário,
longe da cidade e dos teatros de revista,
vivia a poesia.
A poesia
era uma pequena aldeia branca
onde não havia poetas.

Entre o riacho doce e melodioso,
que fazia brilhar as pedras e os musgos do seu leito,
e o padeiro
que, todos os dias, à mesma hora,
distribuía o pão na sua bicicleta,
as diferenças eram insignificantes.

Havia grandes árvores verdes
e grandes sombras, onde,
às sete horas,
os homens iam descansar os seus corpos doloridos.
Havia flores
pelos prados incultos
onde pastavam
os rebanhos dos lavradores da região.

Havia uma taberna
(mercearia-correio-drogaria)
onde, aos sábados,
os jornaleiros se pagavam do labor de uma semana.

Naquela aldeia, que era poesia,
por ser poesia
não havia poetas.

Mas um dia
um camponês com alma de poeta
foi à cidade
vender duas vacas leiteiras.
Olhou as ruas apinhadas de gente,
ouviu as buzinas,
os apitos das fábricas,
viu os eléctricos
— e tudo aquilo lhe levantou no coração
uma onda de entusiasmo.

Olhou,
observou
e voltou à sua aldeia.

Agora,
na pequena aldeia branca
há um poeta,
um poeta que canta
a beleza irreal dos prédios de cinco andares,
a suavidade quente do «chauffage» central
e a mágica intimidade dos cafés do Rossio
às oito horas da noite.

E naquela aldeia
onde nasceu um poeta,
por nascer um poeta
morreu a poesia.

O RAMO DE VIOLETAS

A pequena florista vendeu-me um ramo de violetas
e ambos ficámos contentes:
Ela
porque recebeu mais do que pedia;
eu
porque lhe dei mais do que ela queria.
Hoje,
esquecido êsse pormenor de um dia habitual,

sem mesmo darmos por isso,
em mim
há uma nova e invisível parcela de bondade
— e nela
um novo e invisível laço a prende à humanidade.

VOU ABRIR A PORTA DA MINHA ALMA

Vou sair desta minha casa solitária
e percorrer as ruas da cidade.
Vou sair para a rua e conhecer-me.
Sim,
vou preguntar as horas
ao engraxador que nunca terá um relógio
e dar-lhe um apêrto de mão;
vou comprar todos os jornais
ao pequeno ardina que nunca os vendeu todos de uma vez
e dar-lhe uma caneta de tinta permanente;
vou meter conversa
com o condutor do carro eléctrico
e dizer-lhe que sou o imperador do Japão;
vou dar as boas-noites a todos os desconhecidos
embora seja manhã,
e deitar a língua de fora

àqueles que me conhecem
e sabem que sou incapaz de deitar a língua de fora.
Depois,
vou sentar-me no pequeno jardim perfumado
onde há flores
que não precisam de ser compreendidas,
mas apenas olhadas e cheiradas,
onde o ar é doce,
onde o céu azul fica mais próximo,
onde as palavras são mais límpidas
e as fôlhas molhadas pelo orvalho brilham em silêncio,
como se nada fôsse com elas.
Sentar-me-ei naquele banco verde e gasto
ao lado dos velhos que repousam olhando as crianças a brincar
e das criadas que não as deixam ir para longe.
Ouvirei o que diz o guarda do jardim
à menina
que brincou em cima da relva;
olharei o seu riso
ou as suas lágrimas,
ou a sua expressão infantil e admirada.
Então,
junto da quietação daqueles velhos
e do alvorôço das crianças,

das criadas
e do guarda,
depois de compreender o que sinto
quando vejo os outros
e quando os compreendo,
vou abrir a porta da minha alma
e começar a conhecer-me.

ANTÓNIO QUADROS

DESENHO DE STUART DE CARVALHAES

SENHOR AZORÍN!

por

JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA

DESCULPE, mas vou falar-lhe em português. Com todo o meu lusitanismo, tenho a vaidade de julgar que falo o castelhano tão correctamente quanto é permitido a quem nunca o estudou. Estive, apenas, há bastantes anos já, três ou quatro dias em Madrid e outros tantos em Sevilha. Tive, é verdade, um *amorío* com uma espanhola, como todo o bom português, e convivi ìntimamente com um jovem escritor do seu país, exilado em Portugal. Com tão reduzida prática, não falarei muito bem a sua língua, mas poderia, certamente, fazer-me entender pelo senhor.

Receio que, empregando o português, não compreenda muito bem o que lhe quero dizer, pois recordo que não percebeu claramente aquêle meu artigo: *Leituras Espanholas,* que lhe mandei por intermédio do nosso comum amigo Gerardo Diego, «Poeta del ensueño». A carta que então me escreveu tem-me servido — perdoe! — para demonstrar que os espanhóis mais inteligentes dificilmente compreendem o português.

É certo que, aí por volta de 1904, o senhor conversava, em Mondariz, com o doutor José dos Santos Sousa Pinto, que se exprimia em português. É verdade, ainda, que durante essa cura de águas, mais sentimental do que enfêrmo — pois devia andar, então, pelos trinta anos —, o senhor se atrevia a dirigir galanteios, na língua de Camões — e menos mal, vamos lá! —, a uma *señorita* portuguesa. O *ão,* êste terrível obstáculo para os estrangeiros, é que lhe saïria sem a profunda sonoridade que o distingue, ao dizer: «— *Aridia, os seus olhos sao muito bonitos*».

Deixe-me revelar-lhe que muitos portugueses condenam êsse ditongo — que a nossa língua é a única a possuir —, culpando-o de ser pouco cantável, mas que um poeta brasileiro soube ver nêle uma das nossas riquezas,

ao falar do «tronco sonoro da língua do ão». Por mim, amo no *ão* o que tem de essencialmente português, como se apenas com êsse som fôsse, para nós, substancial o *pão,* e expressiva da nossa sentimentalidade a palavra de mil trovas populares e dos lenços bordados: *coração.*

Mesmo que outras coisas não nos separassem dos espanhóis, bastaria êsse característico ditongo — índice da irredutibilidade da nossa língua — para demonstrar que somos diferentes. A «espiritual portuguesa» Aridia Galhardo deve tê-lo compreendido, por mais que a seduzissem os seus *piropos.* Todos nós somos capazes de amar a Espanha, mas todos sentimos que a nossa alma é diversa da espanhola.

Pode crer que o *ão* tem muita importância. Tanta que, para dizer-lhe o que penso, prefiro falar antes na «língua do ão» do que naquela em que o leio desde sempre, em que o entendo tão bem e em que até já me ensaiei, nos tempos em que escrevia para *El Sol.*

Quero confessar-lhe que, talvez com vaidade, me considero dos mais assíduos leitores portugueses da sua língua. Quando comecei a pensar, e antes de ter chegado ao período de francesismo, tomei a revista *España* como fornecedora periódica de idéias. Logo depois, descobri os seus livros — senhor Azorín! —, e até hoje não me separei mais do seu espírito.

Desde o primeiro volume seu que comprei, com o meu modesto salário de jornalista incipiente; desde o tômo da colecção Nelson: *Lecturas Españolas,* até ao seu último livro, agora publicado: *La Isla sin Aurora,* quantas conversas tenho tido consigo! E só há três anos, no tal artigo, disse alguma coisa do muito que penso sôbre a sua obra! E só hoje me decido a tomar, também, a palavra, neste colóquio em que tenho estado sempre silencioso!

O meu desejo era poder escrever um livro que intitularia *Diálogo com a Espanha.* Para tal fim iria, se isso fôsse econòmicamente permitido a um homem de letras português, de terra em terra de Espanha, confrontando a minha sensibilidade nacional com cada paìsagem, com cada velha cidade, com cada *pueblo,* com cada monumento do seu grande país e, em especial, de Castela. Aplicaria ao solo, à luz, à gente e às pedras, aquêle

processo que adoptei para com as obras literárias do génio espanhol: a busca daquilo que nos diferencia da Espanha, pela meditação das suas características.

Mas se não posso dialogar com a Espanha, também não pretendo dialogar com o senhor, porque, na sua idade e sendo tão fiel ao trabalho, não terá paciência para contestar a um desconhecido interlocutor português. Pretendo, apenas, dizer-lhe algumas palavras — agora, por certo, já inúteis — sôbre um pecado seu.

Além de uma referência a Camões — êle é o nosso passaporte junto de todos os espíritos —, nunca encontrei, na sua obra, qualquer alusão a Portugal. É verdade que não conheço todos os seus livros, tão numerosos êles são, mas li, e releio sempre, os principais. Não estranhei nunca êsse silêncio, comum à quási totalidade dos escritores espanhóis, mas vejo agora que Portugal algum dia chamou a sua atenção, talvez por causa daquela Aridia Galhardo dos olhos «bonitos» e da voz «encantadora», tão portuguesa na sua simplicidade e na sua modéstia!

Um amigo estrangeiro que a Espanha seduziu e que sabe do meu gôsto pela arte azorinesca, feita de monótono encanto, trouxe-me aquêle volume das suas *Obras Pretéritas: Veraneo Sentimental,* que eu ignorava que tivesse sido publicado. Aí descobri o seu pecado — senhor Azorín!

Pois então o senhor teve tanto prazer em conversar, nas termas de Mondariz, com os portugueses: senhor Luiz Lopes Sequeira, senhor Lourenço Tavares, senhora Maria da Conceiçao, *señorita* Aridia Galhardo, *señorita* Lucinda Novais, doutor José dos Santos Sousa Pinto, capitão Júlio Correia Marquez, visconde de Laceiras, oficial das *Alfandegas* Joaquim de Mathos Quadros — todos seus «amigos», todos «discretos, afables y cultísimos»; pois então o senhor soube mostrar-se «levemente entristecido por no haber estado en la bella capital portuguesa», e nunca — gostando tanto de peregrinar! — veio até aqui, para saber como é Lisboa, como é Portugal e como somos nós — «irmãos separados» da gente hispânica!

Repare que emprego a expressão usada por certos católicos para designar os protestantes: «irmãos separados». Irremediàvelmente! — acres-

centarei, com aquela acentuação que temos que pôr sempre (nós, os portugueses) em tudo que envolva a nossa independente individualidade peninsular.

Preguntava o senhor: «¿Cómo es Lisboa? ¿Cómo es Portugal, la amable, la bella tierra que nosotros hemos visto a través de las páginas de Eça de Queiroz? [Eça de Queiroz — êsse outro passaporte português, em terras de língua espanhola, pelo menos]. ¿Dónde viven estas muchachas un poco melancólicas, dulces, de anchos ojos, de curvas redondas, armoniosas?» Saüdava o oficial, o doutor, Lucinda, o visconde, o senhor Mathos Quadros, o senhor Correia Marquez, o senhor Lopes Sequeira — «todos, todos los graves y urbanos hidalgos portugueses y las bellas y espirituales lusitanas», dizendo em português: «— *¡Boas noites!*» Sabia, principalmente, dizer amabilidades a Aridia Galhardo: «— *Aridia, os seus olhos sao muito bonitos*», «— *Aridia, a sua voz é encantadora*», e gostava de a ouvir agradecer, sorrindo «ligeiramente»: «— *¡Oh, o senhor é muito amável!*»

Que belo retrato o senhor traçou da «espiritual portuguesa»! : «Aridia es sencilla, modesta; un traje blanco, nítido, cubre su cuerpo; un cinturón de rojo cuero ciñe su talle. Y no exhala de sí ningún perfume [como queria Vives, no seu *Tratado de las Vírgenes*]. Y no brillan tampoco en las orejas de Aridia ni perlas ni brillantes» — como também queria o vosso moralista.

Quando se ia deitar, naquela estância galega onde não havia mais que portugueses, o senhor pensava neste país que os seus compatriotas desconhecem e, porque o desconhecem, julgam ser, apenas, uma parte da Espanha: «Portugal, bello y amado país tan desconocido por nosotros los españoles: yo veo tus montañas verdes, tus ciudades llenas de ensueño, tus *ruas* misteriosas, tus pueblecillos en que viven metidos en viejos caserones los *bachaleres* y los *conselheiros*». Foi a Galiza que lhe permitiu vislumbrar algo da nossa alma — a Galiza e essa Aridia de nome tão estranho.

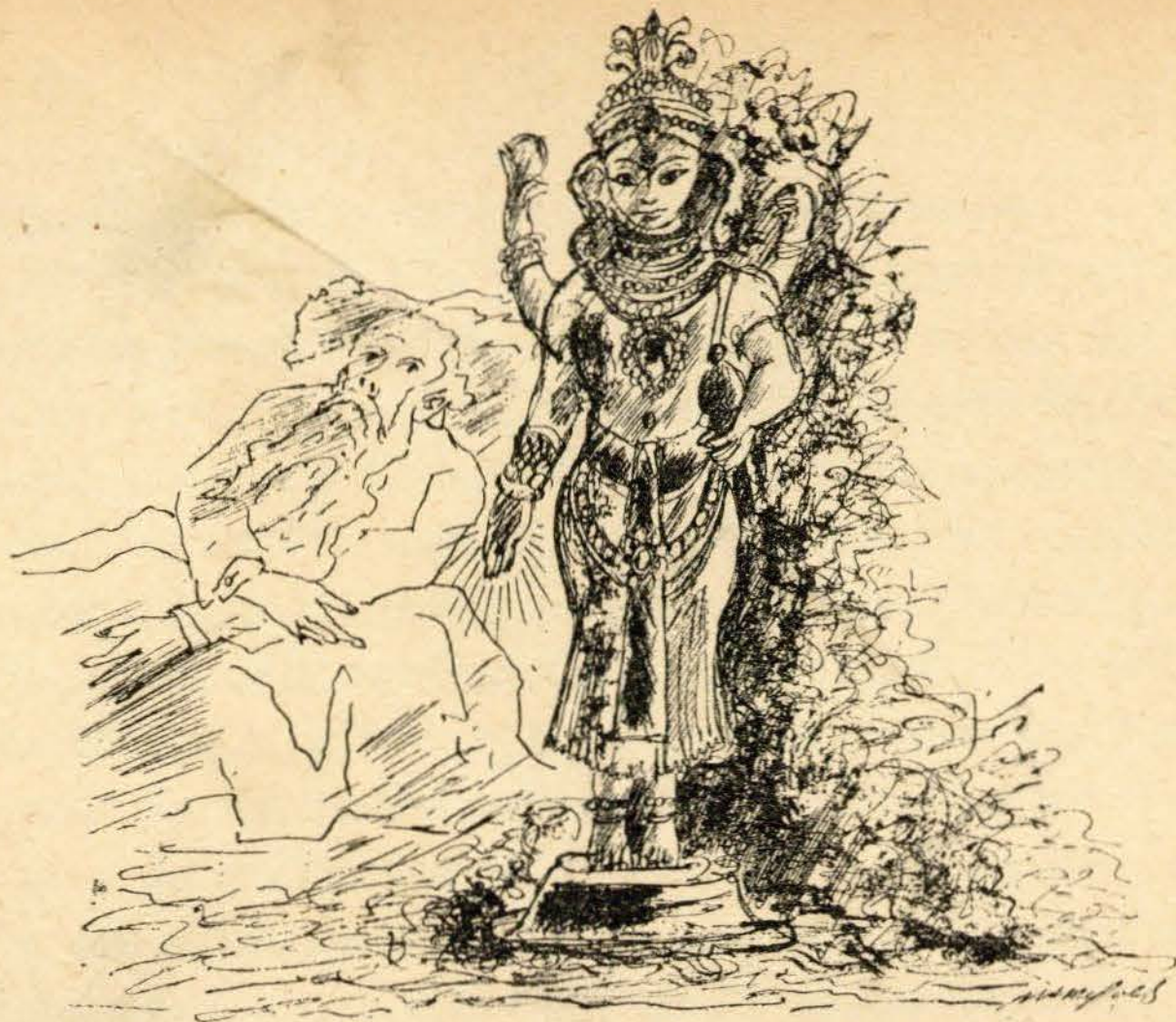
— Senhor Azorín! : ¿como pôde deixar de vir a Portugal? Encontraria aqui a sua tão cara amiga, a melancolia — companheira nossa de

tôdas as horas. Talvez não saiba que, quando vamos a Espanha, é para procurar, no alegre tumulto de Madrid ou no colorido berrante de Sevilha, nas corridas de touros e nas feiras, nas *verbenas* e nas *zarzuelas*, o contrário daquilo que somos.

Na sua obra, com ser tão espanhola, há alguma coisa que singularmente se coaduna com a nossa alma elegíaca. Talvez por isso tenho ido buscar, tantas vezes, um livro seu às estantes, para interpretar a minha melancolia. Por isso lamento, tão profundamente, que não tenha alongado os seus passos até esta nostálgica praia ocidental. Os seus compatriotas compreender-nos-iam melhor se nos vissem reflectidos no límpido espelho da sua prosa com a nossa vaga neblina de país atlântico.

É verdade que Don Miguel de Unamuno... Mas êsse grande espírito, com o seu «sentimento trágico da vida» e o seu iberismo, só viu a nossa inquietação de finisterra, julgando-nos condenados à contemplação do poente sôbre as vagas, sem se lembrar de que haverá sempre, para nós, o mundo que criámos, e que a saüdade não impede, antes mantém em nós o anseio do que está para lá. Talvez o senhor compreendesse que a nossa melancolia é um modo de ser, e não uma condição imposta pela desgraça. Olhe: Camões, que disse quási tudo sôbre nós, falava já do «gôsto de ser triste».

Adeus, senhor Azorín!

Lisboa, 3 de Setembro de 1944.

A QUIMERA DA FORTUNA

NARRATIVA POR MANUEL DE LIMA

A sociedade que me rodeia está permanentemente desconfiada com a minha posição no mundo doirado da riqueza. Os meus amigos e inimigos juntam-se, em hipóteses arriscadas, a respeito da origem dos valores materiais que oficialmente me pertencem. ¡Como se a nascença dos seus fôsse, porventura, mais autêntica! No dia do Juízo Supremo havemos de ver quem apresentará mais convincentes alibis.

Não julguem que me considero antecipadamente — e que antecipação, meu Deus! — fora da condenação que há-de caber a cada um de nós. O que quero dizer é que os caminhos percorri-

dos por mim através do mundo dourado não são, de forma nenhuma, tão tortuosos como os meus amigos e inimigos imaginam. Poderia reservar a minha história para o Juízo Final, maravilhando então tôda a humanidade presente com esta narrativa imprevista. Mas não tenho coragem de esperar tanto tempo. Quero passar de cabeça erguida perante os que são arrastados pelo julgamento injusto dos correligionários e adversários que à minha volta tecem rêdes emmaranhadas e estendem tentáculos venenosos na minha direcção, desesperados por não conseguirem atingir-me.

Quando meu avô morreu, o seu último gesto mundial foi apontar convulsivamente para uma das paredes do quarto escuro onde a morte o esperava, impaciente. Êsse gesto delirante foi traduzido à letra por meu pai, como indicação de tesouros escondidos pelo avarento da comédia representado na personagem sórdida do velho moribundo. O resultado imediato foi a casa sofrer um profundo abalo na sua construção, a ponto de deixar de ser uma casa respeitável e habitada, transformando-se, a golpes gananciosos de picareta, em desprezível telheiro, onde de futuro os ratos e os vagabundos poderiam encontrar abrigo. O oiro, desgraçadamente, não constituiu o prémio da destruïção e, por conseguinte, a casa nunca mais se reedificou, porque meu pai contava com o dinheiro escondido para a restaurar.

Eu era pequeno, mas, apesar da minha tenra idade, compreendi coisas de que ninguém suspeitou. E, para maior fatalidade dos interessados, entre tanta gente, ninguém se dignou consultar-me. Os adultos que me rodeavam não foram capazes de ver

no menino cavalgando em cavalo de pau o «condottiere» que os poderia conduzir à conquista do grande amarelo dourado. E nessa inconsciente ingratidão escavei os profundos alicerces da minha proposição universal.

Mais tarde, quando chegou, pela ordem natural das coisas, a minha vez de herdar, meus irmãos e todos os membros da família em geral acharam estranho eu trocar tão boas propriedades pelo telheiro arruïnado. Incapazes de adivinhar a fortuna no meio da miséria, imediatamente me deixaram as ruínas, radiantes pela loucura que me dominava. Êles tinham mulheres e elas — ambiciosas como só as mulheres sabem ser — incitaram-nos a abandonar todos os direitos sôbre as ruínas inúteis. Pensaram na possibilidade de eu ter endoidecido, e aproveitavam o meu suposto estado de demência para fazer uma transacção comercial verdadeiramente proveitosa.

O negócio realizou-se e eu, para deixar aparentemente dissipar desconfianças indecisas, parti para o estrangeiro, onde me demorei alguns anos. Quando voltei, as propriedades de meus irmãos prosperavam, enquanto que o meu telheiro apodrecia na imundície, que aumentava de ano para ano. Todos os vadios dos arredores, malfeitores e criaturas inconvenientes estabeleceram sob os destroços o seu quartel general. Fui chamado às autoridades para solucionar, de qualquer forma, aquêle sério problema local, pois o caso agravava-se, porque os habitantes vadios do telheiro representavam grave perigo contra a tranqüilidade respeitável da vizinhança. Basta dizer-se que já ninguém tinha coragem de passar fora de horas perto dos escombros onde se albergavam os inimigos da sociedade.

Particularmente, gostei que isso acontecesse, porque assim pude empreender as obras que há muito tempo planeava, a pretexto de exigências civis, sem despertar desconfianças, ou melhor, para despertar desconfianças da parte da família, que no fundo conservava idéias secretas a respeito da minha insistência em possuir o telheiro inútil.

Os trabalhos resumiram-se em levantar quatro paredes de vinte metros de altura à volta do telheiro, formando um quadrado fechado por todos os lados menos por um, o lado norte, no qual mandei abrir uma pequena porta por onde só se poderia entrar de rastos.

A obra surpreendeu muita gente que, apesar de assistir constantemente a realizações arquitectónicas desajeitadas, não conseguiu apanhar o sentido de uma construção tão fora dos moldes comuns. Vieram pessoas curiosas de longes terras examinar o caso. Contemplavam, de bôca aberta, a fachada, afastando-se ainda mais desnorteados e perplexos.

Concluídos os trabalhos, fechei a porta com um cadeado de segrêdo e despedi o pessoal que colaborara na estranha edificação, depois de o gratificar convenientemente, como quem diz: «nem uma única palavra a êste respeito!» — para conseguir efeitos contrários.

Todo o mistério teve, como resultado, chamar a atenção da vizinhança, que fêz, segundo o gôsto de cada prédio, a sua versão particular. Minha família inquietou-se, principalmente com a lembrança assustadora de um mau negócio. E para coroar os efeitos desnorteantes da comédia, eu atirava, por questões comerciais, para o mercado, quantias fabulosas de desconhecida origem social, colo-

cando-me à frente de várias firmas importantes. Ninguém reparava tanto na minha pessoa, como na original constrção, onde todos os olhares convergiam, cobiçosos. E enquanto as suspeitas caíam sôbre o inválido telheiro, eu operava no campo da fortuna, livremente, obtendo êxitos retumbantes.

Como garantia da minha tranqüilidade, organizei um competente serviço de informações, para colhêr todos os boatos à volta da misteriosa construção, vindo a saber que outros serviços de espionagem mantinham cerradas observações sôbre o quadrado enigmático. Havia quem permanecesse de ôlho alerta, de dia e de noite, por conta de outros interessados.

Sem dúvida se criara uma firme crença acêrca de tesouros escondidos dentro daqueles quatro muros desproporcionados. Resolvi, portanto, atiçar o fogo que ardia ainda em chamas brandas. Escolhi uma noite que pudesse realizar a adaptação convenientemente certa para o mistério da minha criação e, sob a primeira tempestade que pude arranjar, dirigi-me, envergando trajos sinistros, para o enigmático telheiro. Peguei numa velha mala do meu defunto avô, para realçar a mímica teatral do avarento procurando o seu tesouro na noite tempestuosa, e entrei de rastos pela porta da fortuna. Rompia já o dia quando saí, vergando debaixo do pêso da velha mala a abarrotar de oiro fantástico, enquanto algumas sombras, que os primeiros raios do sol começavam a desenhar, fugiam cautelosas, levando para longe novidades inacreditáveis.

Oito dias depois comprei um chapéu alto e um fraque, e fiz-me o principal accionista de uma companhia de caminhos de ferro, acabando de uma vez para sempre com dúvidas sôbre a possi-

bilidade de riquezas escondidas. E para evitar qualquer expedição arriscada, coloquei uma sentinela na pequena porta, onde havia agora a certeza de existir, para lá do limiar, o empório da prosperidade.

No entanto posso afiançar — pois não tenho neste momento necessidade de ocultar a verdade, porque sei que ninguém me irá denunciar a terceiros interessados — que dentro daquelas paredes espectaculares tudo o que se poderia encontrar era sujidade e miséria. Quem ultrapassasse a pequena porta poderia ver as coisas mais inúteis, como velhas panelas ferrugentas, tachos partidos, pedras sôltas ao acaso ou farrapos do tempo em que o telheiro era albergue titular dos vadios e párias sem colocação na vida corrente. Mas nunca devia alcançar a fortuna tal qual ela é concebida pelos homens. A fortuna alcancei-a eu por outros caminhos por onde uma velha quimera me conduziu!

Na agonia, meu avô fêz esforços inauditos para revelar o segrêdo que devia pôr os seus descendentes na posse de uma das maiores fortunas universais. Meu pai não era, porém, forte na linguagem simbólica dos moribundos, além de que a ambição, arrastando-o apenas num sentido único, levou-o na direcção exactamente oposta da riqueza. O velho moribundo apontava convulsivamente para a parede fronteira com o dedo indicador da mão direita, trémulo, enquanto que com a mão esquerda fazia sinais angustiados

à morte, para esperar. E naquela luta entre uma apressada morte e a idéia desesperada de revelar um segrêdo espantoso, a chave do enigma perdeu-se na confusão dos gestos. Mas eu era criança e, portanto, o mundo dos horrores encontrava em mim uma compreensão imediata, igual ao sentido misterioso dos videntes ou dos hábeis decifradores de enigmas.

A mímica e as côres da tragédia final do velho integravam-se de maneira admirável no meu mundo de então, habitado por fantasmas, lobishomens, piratas, palhaços e até realizações mecânicas próprias da minha imaginação palpitante.

Numa das idades em que certos esgares começavam a marcar gestos intencionais contra a minha própria vontade, ocupou o primeiro plano a quimera de mármore que meu avó guardava com estimação dentro de uma vitrina. Pois foi essa quimera o objecto do agonizante; estava precisamente por detrás da parede, e era para ela que o moribundo apontava o dedo trémulo.

Desesperado pela impossibilidade de se fazer compreender, o velho levantou-se, num último esfôrço, dizendo em gritos para a morte, que tomava a seus olhos embaciados proporções cada vez mais exageradas, para esperar alguns grãos de areia da sua ampulheta até conseguir revelar o derradeiro segrêdo.

Mas nessa altura deixei de ver o meu avô agonizante: No lugar dêle estava a quimera de mármore com os olhos desiguais metidos para dentro e olhando para fora, uns olhos que deviam ver

coisas espantosas e inacreditáveis noutros mundos que estão no intervalo do mundo humano, noutros espaços, noutras dimensões inconcebíveis para nós. Depois caíu, e o seu rosto tomou imediatamente o aspecto sereno do rosto de um homem morto.

Passada a grande impressão do luto pedi a meu pai licença para guardar, como recordação, a quimera, o que me foi concedido prontamente. Nessa altura outras preocupações dominavam todos os espíritos. A casa ia ser demolida, na impossibilidade de uma expedição ao interior dourado das montanhas do Alaska.

O meu primeiro cuidado foi descobrir o segrêdo que a quimera encerrava. Abri uma tampa disfarçada no fundo e imediatamente rolaram pelo chão papéis cuja importância, nesse momento, não fui capaz de conceber.

Cresci, como todos os meus contemporâneos. Cresci por fora, como tôdas as pessoas e coisas da minha idade, mas por dentro atingi um maior desenvolvimento. Depois, quando abandonei as várias idades transitórias e cheguei a uma quási definitiva, empreguei-me a fundo na interpretação dos meus secretos documentos.

Fácil me foi perceber que meu avô, por conveniências várias da parte de seus antepassados, vivera dentro de uma personalidade imaginada por interêsses de ordem privada. Esperei a altura de outros indivíduos passarem desta vida para outra, e caí, inesperadamente, sôbre os seus descendentes.

O efeito foi surpreendente. Procedeu-se a uma diplomática

troca de títulos de grande importância social por alguns notáveis valores materiais, com honra para ambas as partes.

Isto deu-se na altura em que partira para o estrangeiro, a pretexto de viajar, protegido pelo carácter aparente de herdeiro perdulário que ia desfazer-se, pròdigamente, da fortuna adquirida com o trabalho de honrados progenitores. Mas o meu segrêdo era tremendo. Um mêdo horrível de suspeitas fêz-me imaginar os planos da casa destroçada, que felizmente se realizaram dentro dos melhores resultados. A minha idéia era criar um tumor de fixação onde a inveja, as más intenções e a chantagem possìvelmente viessem aniquilar-se. Eis a razão por que aproveitei a idéia latente no íntimo de todos os que poderiam interferir na minha ambição: convencê-los de que dentro daqueles majestosos muros existia um valioso tesouro, era fazer fôrça no que ninguém tinha coragem de acreditar ou duvidar e, portanto, criar uma ficção capaz de destroçar tôdas as fôrças geradoras de suspeitas ameaçantes.

Já se passaram alguns anos sôbre êstes acontecimentos. Sinto-me, presentemente, mais tranqüilo. No entanto, a sentinela vigia sempre e eu, em procelosas noites espectaculares, pego na velha mala do meu defunto avô e entro de rastos pela invejada porta da fortuna. E quando saio, ao romper da aurora, algumas sombras esboçadas pelo sol nascente fogem, cautelosas, levando para longe novidades inacreditáveis.

DESENHOS DE BERNARDO MARQUES

C A N T O

... e o vento,
o vento dos altos a que me dei,
a ti me trouxe
a ti me entregou.
Se em mim já estavas!
Pela bôca, pelos olhos e pelas mãos,
arreigado e voraz,
meu invasor enternecido.

*

Cinco vidas, nada menos,
cinco vidas querias ter.
Cinco vidas...
Mas uma, apenas, ardente, violenta e dissipada,
uma só não te bastaria?
Uma,
quintuplicada, centuplicada na hora inefável,
no momento embriagado...
Uma, para me dares, para eu de ti receber,
vergada, sucumbida?

É primavera! saíu-me da bôca.
E tu sorriste.
Sorriste, creio.
Primavera e tôdas as estações...
Chuva e sol, tempo sem idade.

Aquêles suaves, langues verdes, tão cariciosos;
os redondos troncos
e os musgos fofos;
os melros agrestes
e as campainhas roxas daquelas flores da minha infância,
de que me ensinaste o nome tão doce, tão estranho...
E as loucas nuvens corredias
e as pedras hieráticas
e as veredas amáveis,
como se nos ofereciam!
Amavam-nos.
Não o viste?
No passo certo em que ambos íamos
tudo, tudo nos prendia
e nós tudo deixávamos.

Mas o vento...
o vento dos altos a que me dei,
mais do que o resto a ti me trouxe,
a ti me entregou.
Como se eu te esperasse
e te pudesse fugir,
sôfrego quiseste-me prender.
Eu prêsa já estava...

★

E assim continuámos.

★

Aquela hora não esquece.
Não pode esquecer,
nem se repete.

Mudarás tu ou mudarei eu.
O mundo acena-te.
E não se é nada...

Mas a hora, a hora, a hora tão cobiçada,
a hora que chegou,
Passando, não passa...
morrendo, ficou...
Nos ramos,
nas heras luzentes,
na chuvinha suspensa,
nas voltas do caminho,
na frescura aspirada,
na solidão alegríssima e confidente,
em ti e em mim.
Ficou.
Está.
Mas a ninguém o confesses
nem disso te convenças.

★

Permanece,
está naquelas flores rosadas,
quási sem côr, dos lindos arbustos...
Tornaremos amais a vê-los sem nos lembrarmos?
Êles... somos nós passando.
Tu, silencioso;
eu, aconchegada.

Na tua mão quente,
a minha, prêsa e enraïzada,
tão segura e tão confiante,
era uma dádiva.
Naquele breve momento
tu a recebias e guardavas.

Assim, inteira, a mim me guardasses!

Ou, sequer, a lembrança inconfundível
do repente doce e acre
em que me beijaste,
como se eu fôsse uma fôlha,
uma baga de árvore
e tu uma rajada.
Em que me aspiraste
ou em que me sorveste...
Não me ficaria a bôca em sangue?
Deixaste-me,
deixaste a tua escrava um pouco atemorizada,
meu senhor.

Se eu pudesse voar,
soltar-me dos teus braços,
iria como um pássaro, receoso e deslumbrado,
de árvore em árvore, de ramo em ramo,
sem nada ver, tonto, tonto,
até que de novo o chamasses.

★

Mas a longa,
a magnânima tarde
não me concedeu asas...
Por isso a minha mão dentro da tua,
sensível e cativa,
te disse, te repetiu longamente, à saciedade,
o que bem querias saber
e até o que sentias.
Te confessou quanto lhe pediste.

IRENE LISBOA

ARTISTAS PORTUGUESES

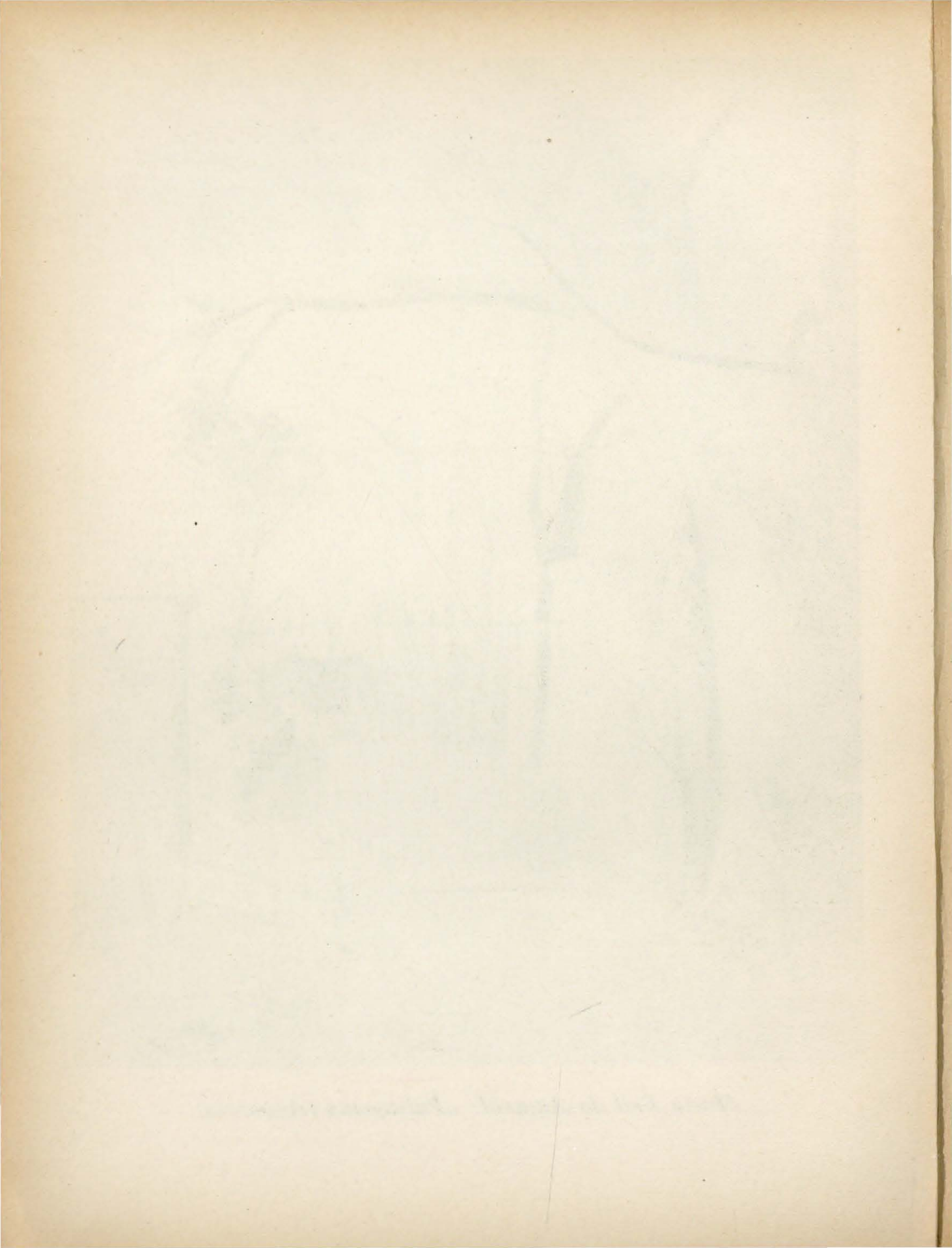
MARIA KEIL DO AMARAL

por

CARLOS QUEIROZ

ALGUNS artistas detestam que se ocupem das suas obras os leigos do seu ofício. Há pintores que preguntam, com irónico acento de reprovação: — ¿Que poderá saber de pintura um poeta, para se atrever a falar dos meus quadros? Também muitos poetas estimariam que sòmente se atrevesse a discretear sôbre os seus versos quem fôsse capaz — e altamente capaz — de criar poemas.

Isto sucede porque existe, revelado ou latente, um culto da técnica de cada arte, uma quási mística dos seus segredos específicos. Dir-se-ia que o aprofundamento experimental de um *processo* artístico (pictórico,

Maria Keil do Amaral: «Paisagem» (Aguarela)

musical ou poético) tem mergulhadas na alquimia as suas longínquas raízes. Fàcilmente se apercebe dêste fenómeno quem observar com atenção, em certos momentos propícios, a conversa de dois pintores, de dois músicos ou de dois poetas: há nela qualquer coisa de fechado, de proselítico, de secreto, que exclue desapiedadamente a presença dos leigos.

Outra face do tema colòca-nos perante esta outra realidade: conscientemente ou não, é para o público que o artista cria. Não corresponde à verdade — ou sòmente corresponde a parte dela — dizer-se que os poetas escrevem para os poetas, os músicos compõem para os músicos, os pintores pintam para os pintores.

Todo o artista precisa do seu contrário, que é o público. Mas o público é mudo. De nada vale interrogá-lo. Mesmo nas artes audíveis, espectaculares, onde se manifesta (e até numa larga escala de expressividade) por ruídos de agrado ou desagrado, o público não esclarece o artista; ensina a experiência que, bem pelo contrário, pode contribuir de modo decisivo para a sua perdição.

O público é sempre mudo *para o artista*. No ponto de vista da visualidade, é míope e daltónico. Pretendo dizer, já se vê, que é como se o fôsse. Essa entidade colectiva, inumerável, quási mítica...

Mas o artista não pode nunca guiar-se só por si, só pelo seu gôsto, só através da sua experiência cultural e da aprendizagem da sua arte. Precisa de pontos de referência, alheios e contemporâneos; precisa de dados concretos para achar a pista certa, a única que poderá guiá-lo na sua evolução. Bom era, se a sua exclusiva finalidade fôsse criar para os seus pares: então, bastaria, talvez, que se interrogassem e se guiassem uns aos outros. A dificuldade reside em que o artista não pode passar sem o seu contrário, que é, como se disse, o público. E como, no fundo, com maior facilidade confia nêle, do que nos do mesmo ofício, pregunta-se: ¿não deveria o artista estimar ouvir quem, do meio do público, espontâneamente se ergue e toma a palavra, como seu representante? ¿não deveria apreciar o que se propõe dizer-lhe: — eu não sei como tu criaste, mas sei que a tua obra me sugere isto e aquilo?

O artista, porém, é terrìvelmente insatisfeito, demasiado exigente. Só isso não o contenta — e do silêncio não gosta. Supõe que o ideal seria êste impossível: que o representante do público fôsse, ao mesmo tempo, conhecedor profundo do seu ofício. Falso ideal. No íntimo, o que o artista mais deseja, é sugerir, semear ficções, gerar sonhos, pôr asas no espírito do público — por meio de uma técnica de que êle, público, não se aperceba. Também o actor (todo o artista tem algo de actor) não logra impressionar quem analisa a frio, sàbiamente, os truques da sua arte. Sem o mistério que implica a ignorância da técnica — dos meios específicos da expressão — o total encantamento, o *milagre* a que todo o criador aspira, não se realiza.

Não sejam, pois, ingratos os artistas. Reconheçam os plásticos que os melhores representantes do seu público são os poetas — e vice-versa. Mais: — ¡tenham ambos (e também os músicos) a sinceridade de confessar que lhes confrangem e de pouco ou nada lhes servem as sábias críticas apontadas aos seus meios de expressão, à técnica das suas artes!

Sugerir, semear ficções, gerar sonhos, pôr asas no espírito do público... — Quem isso não deseja, com tôdas as fibras e ganas do seu ser, é porque não é, verdadeiramente, artista. Doutro modo: a capacidade criadora do artista mede-se pelo potencial de sugestão que a sua obra contém. Por *obra-prima* entenda-se: uma obra cujo poder de sugestão é inesgotável. Não importa que isto seja um lugar-comum, desde que contribua para pôr mais uma vez a descoberto a calva aos habilidosos. Por isso vale a pena ir um pouco mais longe, exemplificando: um quadro que reproduz hàbilmente, com maior ou menor fidelidade — realismo, verismo, neo-realismo, etc. — uma cara, um trecho de paìsagem ou uma natureza-morta, mas que é incapaz de transportar-nos o espírito para léguas de distância da sua evidente realidade, pode ser um objecto interessante, de mérito decorativo e, até, belo, mas não será nunca uma obra d'arte. (O mesmo na literatura, claro). Daí o ter sido expulso do país da Estética o conceito pri-

Maria Keil do Amaral: «Composição» (Óleo)

mário de que só é produto artístico aquilo que lisonjeia a nossa noção ou sentimento de *beleza*.

Que nada disto tem que ver com as definições escolares de *clássico, romântico* e *moderno* — prova-o a «arte moderna», que é, a um tempo, clássica e romântica. O que especìficamente a diferencia, ou muito contribue para diferenciá-la, é o esfôrço de atingir, através de uma consciente superação das técnicas, o máximo potencial de sugestão. De sugestão poética, já se sabe — embora se imaginem diminuídos, quando isto ouvem, aquêles plásticos *puros* que ainda ignoram ser a poesia a fonte seminal de tôdas as artes.

Vem a propósito notar-se que ainda dificulta a compreensão da razão de ser da arte do nosso tempo o mal-entendido acêrca do conceito de *liberdades* nos meios expressionais. O público tem mêdo das liberdades do artista. Há quadros modernos que geram o pânico. Ora, quando já não se é cronològicamente criança — e o público das obras d'arte é adulto — o mêdo causa repulsa, antipatia, por vezes raiva. Onde o público ainda manifesta os restos de infância que no seu íntimo jazem, é em pretender disfarçar com o riso o mêdo que essas liberdades lhe provocam. Se olharmos mais para dentro, talvez se descortine o verdadeiro significado dêsse mêdo: é que o homem-comum-sensível aprecia que ponham asas no seu espírito, mas deseja que essas asas tenham remígios curtos. Voar por alguns instantes, sim; que certo poder de sugestão o afaste da realidade, está bem; mas não para muito longe, nem para muito alto. Com conta e medida. A recordação da experiência de Ícaro perdura e lateja no íntimo de todos nós.

Esta — sòmente apontada nos seus traços dominantes — a reacção psicológica do público perante as liberdades que a ânsia de sugerir impôs aos meios de expressão-estética do nosso tempo. É bom repetir que essas liberdades foram heròicamente conquistadas pelos artistas, embora seja um problema a pôr (mas aqui descabido) o de que o tenham sido ou não prematuramente. A verdade, porém, é que tôdas as grandes aventuras são

fenómenos de antecipação, de prematuridade — e nesse particular reside o mais alto conceito de heroísmo.

Também as liberdades são temidas pelo artista. Compreende-se: as liberdades que lhe interessam, que o solicitam, são as que sòmente se conquistam à custa de silentes renúncias e dolorosas disciplinas. Outrora, bastava-lhe adquirir uma técnica para exprimir o que um restrito número de temas lhe impressionava a retina. A base da sua evolução era um árduo labor profissional. Mas o antigo conceito de técnica (de ofício, de processo ou maneira) foi superado. Impôs-se a necessidade de trespassá-la, para ir mais longe e mais alto — *fazendo ir* mais alto e mais longe. Assim se multiplicaram os meios de expressão e os temas tornaram-se inumeráveis. Tudo isto, sabe-se, porque se alargou parabòlicamente a amplitude da sensibilidade. «Fazer a mão» até à máxima destreza, foi o que atribuíu categoria de *génio* aos plásticos das outras eras. Evidentemente que essa genialidade não só não pode ser posta em dúvida, como até nos assombra que fôsse alcançada por tão estreitos caminhos. (O inesgotável potencial de sugestão de uma *Gioconda,* por exemplo). É o segrêdo, o mistério dêsse largo ciclo de evolução — que todos têm o seu.

Hoje, artista genial não será *o que melhor diz,* mas *o que mais diz,* ou antes: o que mais amplamente sugere, através de uma técnica imponderável. Imponderável, à fôrça de vencida, após uma luta de vida ou de morte que o artista travou consigo próprio e com ela, sofrendo-a como raínha — o despotismo da técnica como «fim em si mesma» — e reduzindo-a, depois, a escrava — simples «meio de expressão do que mais importa dizer».

Daqui, a trama de problemas que aguarda o despontar da vocação do artista moderno. Sem dúvida que tem de «fazer a mão» (não esquecer a impecabilidade *clássica* de tantos desenhos de Picasso), mas para lhe pôr asas. Porque o seu caminho é um só, mas desmarginado: o da liberdade. Ora, já o saber que o fim para que tem de fazer a mão é êsse, parece-nos suficiente motivo de mêdo, bem comparável ao que possam gerar no ânimo do homem-comum-sensível os frutos sazonados dessa luta.

Maria Keil do Amaral: Retrato (Óleo)

Acrescente-se a isto a necessidade de uma *atmosfera* especial, que tantas vezes se nega ao convívio do artista: — o estímulo-ambiente das reacções directas, a quási mística de uma nova ordem estética, o calor de uma freqüente camaradagem artística, as polémicas doutrinárias, a desordem cosmopolita, o ócio, as viagens de estudo ao estrangeiro, o «snobismo» do público.

O artista moderno está cada vez mais só. Talvez não tenha actualidade dizer-se que a sua vida é heróica, mas devemos confessar que se nos afigura dramática. Isto tem importância, porque, se há coisa que tenha permanente importância, é o que diz respeito aos destinos da arte.

Além de tôdas as interrogações que o artista encontrava no limiar da sua carreira, aguarda-o agora, terrìvelmente enigmática, mais esta: o *para quê* da sua vocação. ¿Terá algum sentido o acto gratuito de pintar? ¿Qual o lugar da missão do pintor na hierarquia dos valores contemporâneos?

*

Tudo isto me ocorreu durante e após uma recente visita ao *estúdio* de Maria Keil do Amaral. Já prevejo a desproporção do intróito com o que objectivamente poderei dizer da individualidade e da pintura desta artista, cuja biografia pode resumir-se em três linhas e cuja obra mal chegará para cobrir as quatro paredes de um salão. No entanto, foi ter já falado dela, o ter expresso o que pensei.

Suponho que Maria Keil nunca faria, nem para si própria, aquela pregunta que no comêço dêste artigo atribuí à natural exigência de certos pintores *puros:* «¿que poderá saber de pintura um poeta, para se atrever a falar dos meus quadros?» E não a faria, talvez, por estas razões: porque não sofre do culto proselítico da técnica e porque sabe o que é poesia. Por outras palavras: porque deve sentir quanto lhe seria difícil, senão

impossível, descolar a emoção poética dos seus meios de expressão pictural. Isto dizem, em côro, todos os seus quadros (óleos, «gouaches», aguarelas, desenhos) com um lúcido sorriso de ternura onde transparece a mais digna humildade perante o milagre das coisas e dos sêres.

Sugerir, semear ficções, gerar sonhos, pôr asas no espírito do público... — dificilmente se encontrará no nosso país quem tão discretamente e por tão vários *processos* o consiga, através de um retrato, de uma natureza-morta, de uma paìsagem, de uma composição livre. É, de facto, surpreendente a variedade de géneros e de temas plásticos que a ávida curiosidade desta artista impôs à sua vocação, sem prejuízo para a inteireza de uma personalidade quási formada.

Na arte de Maria Keil é sensível a repulsa por tôda a espécie de artifícios. Onde a habilidade ameaça despontar, logo a emoção a recalca; onde procura impor-se o gôsto — ou mesmo a necessidade — do espírito decorativo, logo a poesia vem em seu socorro.

Tudo, assim, resulta fúlgido e cálido, no desenho como nos tons, na composição como nos volumes.

O predomínio dos motivos amáveis (figuras de anjos, paìsagens líricas, animais elegantes, flores e frutos viçosos) salva-se quási sempre do bonito-ornamental; a insistência das côres mais límpidas nunca sugere o adocicado. Qualquer coisa de grave, de amorosamente sofrido, como que amadurece por dentro dos quadros de Maria Keil, mesmo dos mais especìficamente femininos, tanto pelos temas, como pelo colorido e pela estrutura.

«Sentir pintura é bom!» — exclamou, num artigo publicado nesta revista, o escultor Diogo de Macedo. Eu (não plástico, mas cuja experiência de amador já me impeliu um dia a falar em «sêde de pintura») peço licença para corrigi-lo: «— Não é bom, é óptimo!» Abre não sei o quê dentro de nós, do outro lado da paìsagem que a grande música descobre; leva-nos pela mão através dos belos livros que já lêmos e promete-nos o conhecimento de uma poesia mais alta. «Operação mágica», chamou-lhe

A pintora Maria Keil do Amaral

Baudelaire, acrescentando, também numa exclamação: — «¡Se pudéssemos consultar, a êsse respeito, a alma das crianças!»

Fonte de entusiasmo, a pintura eleva sempre o tom dos que falam dela por amor. Nem se temem as fífias — como sucede quando se fala doutras artes. É uma arte que arrebata para os extremos, para as paixões. Por isso, também, é a que mais ódios desencadeia. Já vi defronte de um quadro uma pessoa de bem com espuma verdadeira à flor de uma crítica feroz. ¿Donde viria aquela raiva? Quando percebeu que se excedia, declarou que nem de vista conhecia o autor. Por mim, fiquei a compreender melhor o fenómeno da pintura — e a psicologia dos pintores.

*

Maria Keil do Amaral nasceu em Silves, em 1914. Quem conhece o Algarve, sabe que se trata de uma região propícia para um rítmico desabrochar da infância; o clima, a paisagem, o próprio povo acalentam as imaginações, infiltram para sempre nas almas, desde o berço, o gôsto da poesia. (Maria Keil tem uma auto-biografia desenhada onde se descortina, em certos pormenores mais enternecidos, a génese da sua vocação).

Em Silves freqüentou uma Escola Industrial, vindo depois para Lisboa, onde se matriculou no curso de Pintura da Escola de Belas Artes. Como tantos outros artistas do seu tempo, também de lá saíu antes de o completar. (Aqui me ocorre sugerir o interêsse que teria a organização de uma estatística que pusesse em evidência a vantagem ou a inutilidade dos diplomas para o incremento das artes nacionais).

Começou então essa coisa dramática, absurda e admirável que é a luta do artista com o *meio*. Tudo vazio de estímulos, senão ostensivamente adverso. Pontos de referência, dados concretos para a descoberta da pista única, que é a sua própria, eram e são tão raros, entre nós, como nascentes no deserto, águias no espaço, pirilampos na cidade.

Assim mesmo, vai para seis anos, Maria Keil apresentou-se pela

primeira vez ao público de Lisboa, numa exposição de vinte e poucos trabalhos, em que já se afirmavam as dominantes dos seus dons invulgares. Num artigo de impressões que então publiquei (*Revista de Portugal*, n.º 7, Abril de 1939) salientei o facto de poder-se apreciar, através das várias fases documentadas nos seus quadros, a curva ascendente da evolução da artista, «dirigida à mais nobre alegria e à mais natural audácia para os temas *vivos*».

Uma ansiosa busca de simplicidade era também notória nesses trabalhos, mesmo naqueles em que mal se continha o prazer juvenil de brincar com a técnica, de exibir prendas, de dizer às visitas: — ¡Vejam como eu fui capaz de pintar êste copo e dar volume palpável à dobra desta toalha!

Tudo isto me foi grato observar, então. E mais agora, talvez, verificando que as mais recentes pinturas de Maria Keil confirmam generosamente o que as suas primícias me inspiraram: — «Desenhar ou pintar, são, nela, actos de génese poética. A sua arte não se parece com versificação. Não é uma técnica perseguida pelo desejo de afirmar-se; nem ela quere afirmar-se; apenas precisa de exprimir-se plàsticamente. Por isso, até o lirismo dos seus quadros mais líricos não tem o sabor de literatura fora do seu lugar. A *Menina com uma boneca na mão*, por exemplo, pode ser considerada motivo literário; mas foi tratado em pintura, directamente, com as côres que lhe pertencem e com o necessário desenho por dentro. Não lembra uma página de álbum, como acontece a certos motivos mais convencionalmente pictóricos, tratados por muitos artistas--técnicos».

Assistir à evolução de um artista plástico é dos mais belos espectáculos que a vida do espírito pode proporcionar-nos. Sobretudo, quando a sua obra deixa transparecer, ao longo das várias fases, o triunfo da poesia (fonte seminal de tôdas as artes, não esqueçamos) sôbre a técnica.

Essa laboriosa superação dos meios expressionais encontra-se bem patente nos últimos óleos, aguarelas, «gouaches» e desenhos de Maria Keil, que teve a virtude de poder contrariar certo receio manifestado, dêste

modo, no final do artigo que há perto de seis anos lhe dediquei: — «A sua pintura já tem estrutura própria, já responde pelo seu nome. Devem fixá-lo os casuais leitores destas impressões, para que ela, jovem como é — e, logo, mais sujeita aos apelos de desistência que têm perdido tantas esperanças da arte nacional — sinta a responsabilidade dessa memória e a use como estímulo.»

DESENHOS DE MARIA KEIL DO AMARAL

A MAIOR FIGURA DO ARABISMO PENINSULAR

D. MIGUEL ASIN PALACIOS

por

J. GARCIA DOMINGUES

O falecimento recente de D. Miguel Asin Palacios, o maior arabista da Península, Presidente da Real Academia de História de Espanha e a mais notável figura actual da erudição espanhola, é um penoso acontecimento que não pode ficar sem um comentário, embora leve, sôbre a personalidade e a obra dessa excelsa individualidade que a morte roubou ao convívio e à perene admiração dos homens cultos.

Se atendermos às estreitas relações culturais que hoje existem entre Portugal e Espanha, essa perda duplica-se. Mas representa um golpe fundo, sobretudo para os arabistas e arabizantes que viam nêle a primeira estrêla do firmamento brilhante da cultura arábica hispano-luso-marroquina.

D. Miguel Asin Palacios não era nem um alucinado pela côr que se tivesse deixado seduzir pela miragem da África e do Oriente, nem um apaixonado pela sensação que visse na cultura arábica o protesto da carne e do sangue, nem mesmo um radical exaltado contra as disciplinas clássicas da Europa cristã que numa fuga psíquica tivesse procurado compensação na luxuriante floração intelectual e artística do islamismo.

Muito pelo contrário. É no campo oposto àquele de que surgem geralmente os arabistas que o devemos procurar.

Nem o esteta, nem o crítico por paixão, nem o céptico desejoso de se enganar na multiplicidade e no exotismo das fontes; mas o apologeta, o místico, o historiador, o filósofo, o teólogo, o padre que ambiciona prestar à Igreja um dos mais inigualáveis serviços.

Contràriamente à tradição dos arabistas, estamos em face de um

padre católico que, se não se tivesse entusiasmado com as coisas arábicas e a defesa da cultura cristã, se teria, talvez, perdido em pequena aldeia da serra, como cura de almas. D. Miguel Asin Palacios preferiu prestar à Igreja, à Espanha e ao mundo da cultura um grande serviço, cumprindo uma missão histórica que se impunha.

Natural de Saragoça, onde nasceu em 1871, licenciou-se pela Faculdade de Filosofia e Letras dessa cidade, em 1894, e doutorou-se na mesma Faculdade em 1896. Tendo seguido a carreira do sacerdócio, doutorou-se, posteriormente, em Teologia, por Valência. Catedrático de Humanidades e de História da Filosofia no Seminário de Saragoça e professor de árabe da Universidade, foi chamado, em condições honrosíssimas, a reger a cadeira de Árabe na Universidade Central de Madrid, em 1903.

Em 1914 entrava para a Real Academia das Ciências Morais e Políticas; em 1919 para a Real Academia Espanhola e em 1924 para a Real Academia de História. Quando morreu, era Presidente desta Real Academia de História e a figura mais prestigiosa da actual cultura espanhola.

¿Qual a obra que justifica esta ascensão e, de facto, está ainda muito além dela?

D. Miguel Asin Palacios fêz-se arabista, «verdadeiro arabista». Êle escreveu:

«*Para cumplir con el espíritu y la letra de la encíclica «Aeterni Patris», en que Su Santidad abogava, años hace, por la restauración de la Escolástica, es preciso seguir las huelas de los más insignes doctores escolásticos.*»

E ¿que entendia êle por seguir o caminho dos escolásticos? Repisar as suas doutrinas? Transformar-se em arauto declarado e desvergonhado da mediocridade? Não. Para êle, os escolásticos tinham dado um grande exemplo, procurando no mais actual e vivo da cultura do seu tempo os elementos principais com que depois construíram o grande edifício intelectual, êsse exemplo que Asin Palacios recomenda que se siga intemeratamente, em relação à cultura contemporânea.

Para Asin Palacios, os escolásticos foram buscar à cultura árabe da Espanha, aos averroístas e aos místicos sufis, aquela nova ciência que vinha dos gregos e da Ásia com a qual renovaram todo o pensamento cristão medieval.

Desde logo, é para êle fundamental o conhecimento da língua árabe, dêsse instrumento com o qual poderá penetrar nos segredos do pensamento medieval e revelar ao mundo a originalidade dum momento do que hoje consideramos chã banalidade insuportável.

Estudara árabe na Universidade de Saragoça, de que depois foi professor. Mas eis que surge um arabista, completamente diferente do costume. A sua preparação lingüística, histórica, filosófica e teológica é enorme. E êle não aceita as teses comuns que até aí corriam. Nem Renan, com a sua fina ironia, nem Dozy, com as suas famosas tiradas de oratória empolada.

O estudo do arabismo espanhol estava, então, no início e já tinham sido dados alguns passos em falso. Depois do velho Casiri e de Conde, surgiam algumas esperanças, como Codera, Saavedra, Simonet e Tarragó, mas persistiam as visões erradas do problema.

Considerava-se como característico e fundamental do pensamento arábico-hispânico o averroísmo, tradução irónica de Aristóteles, e esquecia-se, por desconhecimento, todos os outros grandes sistemas que na Península se haviam gerado.

Nem Ibne Massara, nem Ibne Házme, nem Ibne Arabi, o Mohidin, figuravam no quadro dos filósofos árabes da Espanha.

Para se fazer uma idéia do estado dos estudos arábicos em Espanha, quando Asin Palacios iniciou os seus trabalhos, basta que se diga que Algazel, o místico, o céptico e o mais formidável apologeta do islamismo, inimigo irreconciliável da filosofia peripatética, era apresentado em Espanha e na Europa tôda como discípulo fiel do Estagirita.

Ignorância absoluta, ou confusão de idéias? Um facto simples. De Algazel, era apenas conhecido um «Tratado de Lógica» da sua juventude, em que procura expor a lógica como a entende Aristóteles.

Ora foi precisamente por êste Algazel que D. Miguel Asin começou. Apresentou à Faculdade de Filosofia e Letras de Madrid, como tese de doutoramento: «*Algazel y sus ideas teológicas y místicas*». Tempos depois, em 1901, êste trabalho era completado por um outro: «*Algazel, Dogmática, Moral e Ascética*».

Desta forma, D. Asin Palacios atingia dois objectivos: primeiro, entrava no mais profundo da teologia dogmática e mística do Islão; depois, iniciava a descoberta das íntimas relações entre a cultura muçulmana da Espanha e a cristã, europeia, na idade média. Verifica então:

1.º — Que os tratados de lógica aristotélica hispano-árabes influíram em Santo Tomás de Aquino;

2.º — Que Algazel influíu em Raimundus Martini, catalão dominicano, autor da «Pugio Fidei», e esta obra em Santo Tomás, na construção da «Summa contra Gentes»;

3.º — Que Duns Escoto emprega argumentos contra as provas peripatéticas da espiritualidade e imortalidade da alma, que são uma repetição dos argumentos de Algazel.

Entretanto, começa a desenterrar os grandes autores muçulmanos da filosofia e da teologia, da Espanha, graças a uma prodigiosa intuïção e a um profundo conhecimento do sentido das expressões filosóficas e místicas, de carácter analógico e alegórico, empregadas pelos autores.

E dá-se esta coisa espantosa: textos de Algazel, de Avincena, de Averróis e de muitos outros que os doutores árabes dos séculos XII e XIII não conseguiram compreender, são interpretados correctamente por Asin que não se poupa nas suas vigílias extenuantes.

Surgem, para o mundo culto, traduções, como «*Introdución al arte de la Lógica*» por Abentomlus de Alcira e «*Los Caracteres y la Conduta — Tratado de Moral Prática*» por Abenházam de Córdoba (1916).

Codera, num gesto espantoso de admiração por êsse homem, tinha-lhe oferecido, em 1903, a sua cátedra de árabe em Madrid. Verifica-se, agora,

que se estava em face de um erudito extraordinàriamente invulgar. Mas o grande acontecimento maravilhoso estava em preparação.

Entrando para a Real Academia Espanhola, em 1919, Asin Palacios apresenta, como discurso inaugural, a sua «*La escatologia musulmana en la Divina Comedia*».

Agora é o clássico poema da cristandade medieval que analisa à luz do arabismo e eis descobre que a viagem de Dante através do Inferno, do Purgatório e do Paraíso foi ideada com base na leitura de romances, novelas, contos e lendas da Espanha Árabe em que se descreve a imaginária viagem nocturna de Mafoma ao Paraíso de Alá.

Não só a filosofia cristã medieval foi influenciada pelo arabismo, mas o mesmo se pode dizer da literatura. O eco desta descoberta, na Europa, foi estrondoso. Sôbre o ruído das discussões e polémicas levantadas, arabistas e romanistas, holandeses, suecos, italianos e alemãis erguem um côro de aplausos à formidanda erudição e à bem dirigida argumentação de Asin Palacios.

Volta aos estudos arábicos, filosóficos. Depois de ter publicado «*Abenmasara y su Escuela*», lança-se no estudo do mais famoso polígrafo árabe da Espanha, Ibne Házme, sôbre o qual escreve nada menos que 5 volumes: «*Abenházam de Córdoba y su Historia Crítica de las ideas religiosas*» (1927).

Ibne Házme era, ainda, uma figura quási desconhecida dos estudiosos. Revela-se, então, uma personalidade gigantesca dos fins do Califado de Córdova. Político, poeta, historiador, jurista e filósofo, em todos os domínios representou a última palavra do seu tempo, da cultura árabe da Espanha.

Como político, tomou parte na revolução de Córdova, que levou ao poder Abderramão V, Almostádir e foi nomeado seu «hadjibe» ou primeiro ministro. Manifestou, nessas funções, excepcionais qualidades, mas, tendo Abderramão V sido destronado, Ibne Házme, seu amigo íntimo, desgostoso da política, retirou-se para o solar que tinha na sua terra natal,

onde se dedicou à redacção da sua obra literária, verdadeiramente monumental.

Êsse solar, segundo Edrici e outros autores árabes, ficava próximo de Sagres — portanto, no Algarve português. Outras fontes indirectas, mas que Asin julga melhor informadas, colocam êsse solar nas proximidades de Huelva.

Ibne Házme, que antes da sua carreira política tivera uma forte paixão não correspondida, dedica-se agora à poesia e compõe o seu famoso «Colar da Pomba», que é considerado como do mais belo da poesia clássica hispano-árabe.

Também na jurisprudência Ibne Házme se distingue, opondo-se à escola malequi, que então triunfava em Espanha. Como historiador, escreve a sua famosa «História Crítica das Religiões», preparação para os «Prolegómenos» de Ibne Caldune, o primeiro grande autor medieval que realizou uma concepção superior da filosofia da história, antes dos modernos, antes de Vico e de Bossuet, antes de Hégel e de Spengler.

Filósofo, Ibne Házme escreve vários tratados de teologia dogmática, mística e ascética em que defende, muito antes de Santo Tomás, a concepção de que se tem de estabelecer uma harmonia entre os domínios autónomos da fé e da razão, entre a religião e a filosofia.

Êsse sistema de equilíbrio entre a razão e a fé, que nos muçulmanos da Espanha antecede a escolástica tomista, não seria mais tarde seguido pelo pensamento árabe, mas representou, sem dúvida, uma bela intuïção de um grande espírito arábico-andaluz.

Os estudos de Asin sôbre os filósofos árabes desconhecidos da Espanha prosseguiram com um trabalho sôbre Ibne Arabi, o Mohidin, a maior figura do pensamento místico espanhol, quási inacessível, por sua linguagem mística estar sobrecarregada de termos misteriosos de sentido esotérico. Mas Asin vence dificuldades seculares, e não só interpreta Mohidin, como abre caminho para a interpretação de todos os heterodoxos hispano-árabes.

Depois de conhecido Ibne Arabi, não será impossível compreender-se

Ibne Alarife, de Almeria, ou Ibne Caci, de Silves. Estes encontram-se na linha que vai de Ibne Massara a Ibne Arabi.

Discípulos da escola *massari* que ensinava a receber inspirações divinas e seguidores das idéias de Algazel, Ibne Alarife e Ibne Caci deixam discípulos, como Ibne Barrachán, de Sevilha, Ibne Imran, de Mértola, e Oryani, de Loulé. É em Sevilha, nesta altura, que Ibne Arabi toma contacto com a escola dos sufitas e que se inicia nos mistérios estranhos pelos quais o homem pode participar desde esta vida na vida divina, através do êxtase (*tasawwuf*).

E Asin descobre mais esta coisa estranha: que o pensamento místico de Raimundo de Lúlio está profundamente influído pela mística muçulmana sufítica e que a obra de Turmeda se encontra em íntima relação com as idéias da confraria muçulmana dos «Irmãos da Pureza».

A missão de Asin em relação aos filósofos árabes da Espanha ainda desconhecidos, estava cumprida. E Asin Palacios regressa ao seu ponto de partida, a Algazel. E prepara uma obra monumental sôbre Algazel, a qual saïrá em 1934. Mas, entretanto, publica, em 1929, «*El Justo Medio en la Creencia*», tradução do Compêndio de Teologia Dogmática de Algazel. Em 1934 saem os 5 tomos da «*La Espiritualidad de Algazel y su sentido cristiano*».

Esta é a obra máxima de Asin e a coroação de tôda a sua carreira de arabista de fama mundial. Nela, Asin demonstra que não só os árabes da Espanha influíram na cultura cristã, como o espírito cristão medieval acabou por dominar, em grande parte, o sentido espiritual dos filósofos do Islão. Isso que em Algazel é ainda resultado de eflúvios espirituais distantes, e que em Ibne Házme resulta, em parte, de um sentimento contrariado que leva à resignação e à sublimação, é bem patente em Oryani, discípulo de Ibne Caci, que declarava abertamente, no fim da sua vida, seguir «o método espiritual de Jesus».

Por esta obra monumental sôbre Algazel, Asin terá que ser estudado no futuro, não só na Espanha e na Europa, mas em todo o mundo

muçulmano, onde será uma autoridade respeitada e, como historiador das idéias muçulmanas, digno da maior confiança.

De Marrocos, Argélia e Tunísia, até ao Cairo, Jerusalém, Istambul, Baçorá, Bagdade, Samarcanda e Delhi, o seu livro sôbre Algazel, o maior doutor do Islão, figurará nas universidades, ao lado dos maiores escritos sôbre a sabedoria muçulmana. Desta maneira, mais do que o soldado que se bateu em Marrocos pelo Protectorado Espanhol, êle elevou a Espanha no conceito das nações muçulmanas e abriu caminho aos elos da mais franca amizade hispano-árabe.

Se a Igreja lhe fica devendo um extraordinário serviço, a Espanha não lhe ficará menos agradecida e a cultura europeia não deixará de reconhecer, sem ingratidão, os méritos de um homem que, mais do que qualquer outro europeu, provou neste século que os europeus podem e sabem compreender o que há de mais recôndito e de mais sublime na alma muçulmana.

Muitas vezes ouvi o Doutor David Lopes falar com a maior veneração dessa figura excelsa do arabismo espanhol e mundial. Dizia que era extremamente modesto e simples, apesar da sua assombrosa cultura. Muitas vezes me falou da necessidade de se traduzir o livro de teologia de Ibne Caci de Silves, que o director da Biblioteca de Constantinopla lhe comunicara encontrar-se aí, e que viria abrir um panorama completamente novo ao arabismo lusitano. Mas, terminava sempre com duas considerações: as fotocópias seriam caríssimas e, depois... ¿quem traduziria um trabalho de teologia mística eriçado pelas dificuldades de uma espantosa complexidade de termos de significado ocultista? E acrescentava, como sugestão: «só Asin». Sem dúvida que, nesta declaração, se pode ver duas coisas: uma modéstia excessiva do Doutor David Lopes, e a consideração enorme que tinha pelo grande mestre espanhol.

Sabemos que Asin sentia pelo Doutor David Lopes admiração semelhante, pois o considerava «eminente arabista». Mais do que mútua consi-

deração, havia entre o Doutor David Lopes e Asin uma certa e amiga familiaridade, dada, talvez, certa identidade de temperamentos.

Antes da guerra civil de Espanha mostrou-me o Doutor David Lopes um postal de Asin, a propósito de qualquer assunto técnico nêle versado em duas palavras, no qual Asin se queixava pela sua saúde, que ia mal. Apesar disso, acabaria o trabalho que tinha em mãos, para depois ir descansar e poder voltar no inverno (estávamos no verão) à sua faina. Os estudos árabes de teologia mística tinham perturbado grandemente não só a sua saúde física, como a psíquica.

Uma neurastenia grave o atingia, por vezes, obrigando-o a pôr tudo de parte. Era o tributo que pagava por ter tentado descobrir, em Avenpace, Averróis, Algazel e Ibne Arabi aquilo que os doutores máximos da Ásia e do Egipto não haviam apreendido e pelo que tinham gasto existências. Mas Asin, com uma resignação perfeitamente cristã, subordinava-se e, quando a crise vinha, com fé em Deus, aguardava que passasse, até poder retomar, na maior serenidade, a mesma ordem de investigações. Já velho, com 75 anos, a morte abeirou-se dêle, depois de ter cumprido, até ao fim, a sua missão.

O seu exemplo frutificará em numerosos discípulos que deixa, entre os quais se podem distinguir González Palencia, Alarcón, Pérez, García Gomes e muitos outros que vão continuar a sua obra numa proliferação de traduções, comentários e sínteses — pedras fundamentais para a construção do edifício da cultura arábica da nova geração espanhola.

Em Portugal Asin conta já hoje com um grupo assaz numeroso de admiradores dos seus trabalhos.

Chamar a atenção para a figura altíssima de D. Miguel Asin Palacios, não é apenas um acto favorável à divulgação dos estudos arábicos em Portugal, como um preito de homenagem à cultura espanhola que teve em Asin uma das suas mais belas expressões.

Lisboa, 10 de Outubro de 1944.

DIÁRIO DO ESTUDANTE NÓMADA

A VIAGEM AO ALGARVE

Outubro, 12 — *Hoje, fui dar outro passeio de barco. Acabo de chegar, fresco, satisfeito. Desta vez, porém, virámos costas à terra; atravessámos a barra e deixámo-nos andar à deriva, até o vento e as ondas nos atirarem para a praia da Rocha. Como de costume, fomos embarcar a Portimão.*

A cidade, vista de longe, de manhãzinha, forma um dos conjuntos mais agradáveis para os olhos de um pintor. É preciso, todavia, procurar o sítio próprio para se poder ver; de contrário, tudo o que representa luz, côr e proporção, se perde num casario incaracterístico, alastrado por uma das margens do estuário. Mas o encanto persiste, para todos aquêles que sabem ver e têm a paciência de procurar o momento, no espaço e no tempo — aquêle momento em que as palavras na bôca de um poeta refluem poesia.

Portimão é assim: à primeira volta da estrada para quem vem da Rocha; à primeira volta em que a cidade se nos depara, logo, dentro da alma, se dá início a uma festa. Faz lembrar o quadro, não sei de quem, onde o primeiro plano é ocupado por um estaleiro a crescer de vida, e o segundo por uma cidade que se reclina nas águas plácidas de um rio — sonhadora até nas chaminés das fábricas, tão nìtidamente recortadas no azul do céu. Ao martelar das vigas, que pouco a pouco formam o esqueleto das futuras traineiras; ao vozear das gentes animosas e satisfeitas com o trabalho, sobrepõe-se, na distância, a calma e o silêncio longínquo, branco,

em contraste, por sua vez, com os montes violetas, que sobem para a serra de Monchique. De quando em quando, desloca-se do cais uma traineira, uma vela; é quanto basta para animar aquêle cenário parado.

Outubro, 13 — *Pèssimamente dormido; às 5 horas ainda me levantava da cama e ia até à janela, para enganar o tormento insuportável. Mas ¿quem se importa com doentes? Se eu próprio, agora, troço das angústias que me assaltaram... Abro um parêntese para poder, à vontade, duvidar do estado do meu espírito. Decerto se encontra em franca degenerescência — assim deve ser — pois que, em lugar de descrever tudo o que pode perdurar, em beleza, na mente de um homem são, se perturba e, com ignominiosa obsessão, se detém em vagas considerações sôbre os modos variáveis da alma ou, mais precisamente, do corpo, dada a ausência peregrina desta. Nervos, nada mais* (o delicado!) *foi o diagnóstico que, no meio de bem duras dores, eu atirei às paredes do meu quarto, na esperança de as ouvir repetir — o que para mim já era certeza assaz consoladora.*

Quando me debrucei da janela, a noite ia nos seus fins; o mar, muito calmo, desdobrava-se em ondas suavíssimas; os rochedos da praia e a linha distante da costa alteavam-se, cortantes como navalhas, golpeando o corpo translúcido da ante-manhã. E tudo isto alumiado por um luar leitoso, encantador, abúlico.

....

Tôda a manhã de barco, mar fora, bolinando. Ao contrário de ontem, não estive nada conversador. Para mais, eu era o capitão do barco: dirigia o leme e segurava a escota; não me apetecia conversar, entregue, como estava, àquêle novo mister. Nestas alturas, cerram-se-me os dentes e fico sério, por dentro e por fora. Digo mais: severo. Sério e severo. ¡Há lá coisa melhor do que guiar um barco e sentir-se uma pessoa responsável pela sua tripulação! O Jaime diz que, quando se me mete uma idéia na cabeça, não há ninguém que ma tire.

Quando chegou a altura de voltar, sobressaltei-me um pouco com a delicadeza da manobra, tanto mais que neste caso estava pondo pé em ramo verde. É preciso vibrar com precisão a tôdas as indicações do vento, direcção das ondas, altura da vela, estabilidade do barco. É preciso virar a vela a tempo e desviar o leme para a direcção contrária. Mas ¡que satisfação tudo isto me deu! A manhã esteve linda, com o vento necessário para não cairmos em calma. O céu muito azul, com nuvens aniladas, em flocos engrinaldados sôbre a serra de Monchique. Cá em baixo, a costa a desmoronar-se, a entregar-se pròdigamente ao mar, em castelos e pirâmides, em ramos de flores vermelhas e amarelas, em jóias preciosas que o sol fazia refulgir através da atmosfera irisada... O mar gostoso e quente, para os olhos; frio, de arrepiar, quando a mão de um dos companheiros atirava com um punhado de brilhantes. A pureza inconfundível do ar...

— «E se fôssemos até Marrocos?!»

— «!...»

— «Mas podemos ir a Sagres.»

Outubro, 20 — *Aprestos de partida. Logo de manhã, vamos a Portimão marcar lugares e entregar o barco que, devido ao mau tempo, só tem dado trabalhos ao Jaime. Voltamos a pé, em passo de marcha. O dia clareou e promete melhorar. Com grande gáudio dos miúdos que nos acompanham, e das raparigas e homens a esta hora saindo para o almôço, das fábricas de conservas... Passo de marcha. Em silêncio, note-se; durante o trajecto não trocamos palavra; o que desperta a admiração é o nosso trajo. O Jaime já várias vezes ouviu referirem-se aos seus calções brancos, como se fôssem cuecas, e as bóinas vascas que trazemos dão-nos um ar estrangeirado. Os homens olham-nos com benevolência, enquanto as raparigas, precipitadamente, num gesto de defesa perante o inimigo, juntam-se a cochichar, sabe-se lá o quê!*

A camioneta leva-nos de Portimão a Lagos. Aí, teremos de mudar para

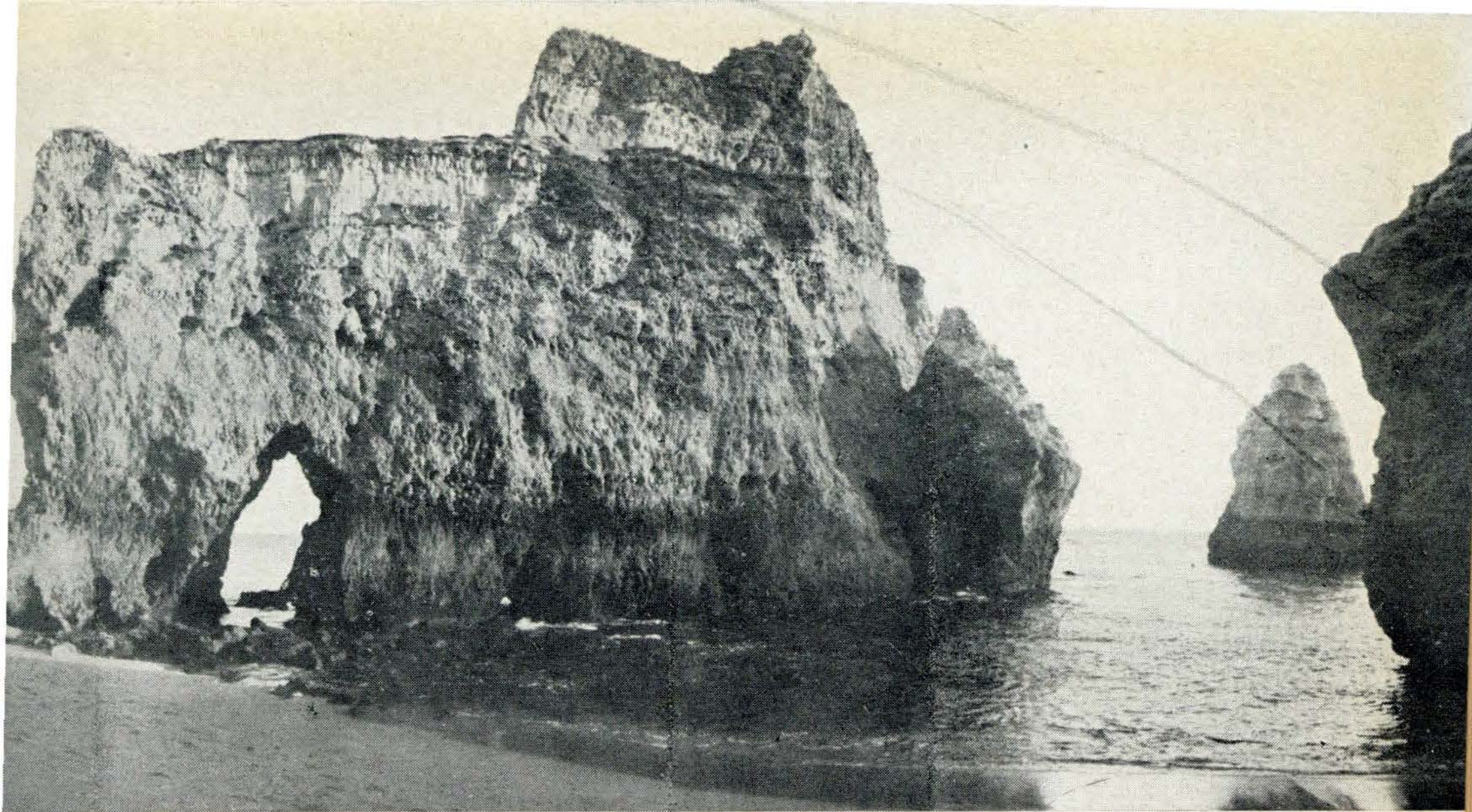
outra. Detesto Lagos. A não ser a baía enorme e aquela pequena praça rodeada de habitações muito brancas, aliás de arquitectura incaracterística, Lagos perdeu muito do que eu julgo ter sido. Da outra vez que aqui viemos, bem procurámos os vestígios...

Eu bem não quero falar, por'ora, no que já me está atravessado na garganta, como soluço profundo; eu bem procuro desviar o fio do pensamento para coisas comezinhas, cotidianas, testemunhas de uns tantos dias de férias passados sem outro intuito além de repousar e ver com os olhos da cara.

¡¿Que hei-de fazer, se até me sinto traído pela expressão!? Nunca tive jeito para enganar seja quem fôr; a minha face retrata a minha alma; e se tomo como verdade o dizer dos antigos, o qual discorre ser a escrita a obra dos homens onde melhor se adivinha o seu carácter, estou inteiramente perdido. É melhor dizer tudo, sem mais delongas. Pois ¿¡não foi em Lagos que eu vi os paramentos eclesiásticos que serviram à missa campal antes da partida para África!? Um dêles, em sêda branca, amarelada pelo tempo, com flores miüdinhas pintadas de azul claro e côr de rosa... Sêda da Índia!... O passado assedia-me, como a guerreiro na fortaleza. Para piorar a situação, encontro-me com o inimigo já dentro das muralhas, no lugar mais vulnerável, em mim.

¡¿Porque não hei-de eu ser um simples agrónomo, preocupado com a cultura e exportação dos figos e das amêndoas!? Dizem-me que as hortas algarvias se excelsam em primores. Devia, portanto, ocupar-me com problemas de maior fertilidade, selecção e experiência de novas culturas. E muralhas da cidade com a mesma isenção com que vai ao café *da terra ¿porque não simples turista, pronto a exclamações e a tirar fotografias às beber uma cerveja?*

— «*Aquela praça...*»

Naquela praça realizou-se o primeiro leilão de escravos negros. Lá está a casa onde os encurralavam — hoje, sede de departamento do Es-

ROCHEDOS DA COSTA ALGARVIA, ENTRE AS PRAIAS DA ROCHA E LUZ DE LAGOS

tado. Será do fisco?... — e o alpendre onde os olhos curiosos dos portugueses apreciaram a novidade trazida pelos navios do Infante das terras misteriosas do além-Bojador. Não me sai da mente a figura austera do Infante a cavalo, presenciando o espectáculo que, pela certa, (¡ai a aparição de um forasteiro em terra de província!) devia apresentar um ar festivo. Para ser maior a comoção de ontem e de hoje, parece que os portugueses olhavam aquêles bichos negros como a ovelhas tresmalhadas. Segundo rezam as crónicas, preparavam-se para os receber em suas casas, como a filhos pródigos. O veneno comercial e lucrativo ainda se não tinha entranhado nas mentes maravilhadas e essencialmente franciscanas dos portugueses de então.

¡¿Como posso dizer que detesto Lagos?! De tanto me referir a esta cidade, habituei-me a ela e é com certo gôsto que descerro ante os meus olhos o quadro do casario branco a descer para a larga baía azul, sobrepondo-lhe, todavia, a visão de um passado longínquo em que a gente da terra se entregava com ardor à faina dos estaleiros navais. ¡Imagine-se o tumulto do cais e das praias limítrofes, agora quási desertas, descanso de inúmeros bandos de gaivotas e sòmente humanizadas pela presença de uns tantos barcos de pesca!

Não posso querer mal a nenhuma das povoações do meu país. Chamem-lhe fraqueza, ou o que quiserem. Agora, que estou aprendendo a amá-las, comove-me o seu desleixo, a sua estagnação, o seu voltar costas ao progresso (apesar das utilíssimas fábricas, fonte de trabalho no mar e na terra para a população pobríssima), bem notável nas construções modernas, feias (cafés, cinemas, etc.), de um mau gôsto que mais realça a aparente nulidade da arquitectura regional.

Quando a buzina deu sinal de partida, uma velhinha chorosa, de voz aflautada, veio pedir esmola aos passageiros. O motorista virou a cara para o lado contrário e, pacientemente, esperou que todos lha dessem.

A mão do motorista impacientava-se de encontro ao travão, mas outra vontade mais forte sustinha-lhe a impaciência. Assim costuma ser entre portugueses.

De Lagos a ... 33 quilómetros. Já há muito ultrapassámos a série de montes arredondados, harmoniosamente semeados de amendoeiras. Ficaram para trás as hortas caprichosas onde as árvores e as culturas arvenses disputam o terreno e se entremeiam de pequenos vinhedos e figueirais quási sem fôlha. As casas vão rareando: uma aqui, outra ali, isoladas por largas extensões de charneca, já não dão a nota alegre de intimidade à paisagem, com a sua brancura a espreitar por entre os ramos finos das amendoeiras. Também escasseiam os canais de rega e as superfícies onde a água e a terra se misturam em lamaçais fecundos ou em pântanos cobertos por uma vegetação baixa, cerrada, de uma verdura ennegrecida. Correlativamente, o tráfico diminue. Foram-se os burros e as carroças, e já não se encontram camponeses em passeio de uma casa a outra, ou servindo-se da voz para comunicar uma notícia ao seu vizinho. O relêvo abranda e muda de aspecto; torna-se pedregoso, nu. A vegetação desce para os vales, onde um ribeiro sêco atesta, em contraste com os anteriores, a pobreza em águas e a subida da camada rochosa emergindo em aresta viva, numa falha do terreno. A população, agora, concentra-se em povoações anichadas na confluência de dois ribeiros ou nas encostas protegidas pelo vento engenhosamente aproveitado nos moinhos. Estas povoações surgem-nos, de súbito, numa volta da estrada, muito brancas e harmoniosas, com a tôrre da igreja, como é do estilo, e o largo — vazadouro de notícias e de trocas comerciais. Ali está o café, *a barbearia e a taberna. Ali esperam pela camioneta os habitantes interessados da aldeia e os que ali vão, provàvelmente, só para ver, só para ter que contar, à noite, ao serão.*

Os caminhos que vão dar a estas aldeias são ladeados por renques a um tempo tumultuosos e estáticos, de piteiras de valado; as várzeas

cultiváveis onde as figueiras mal se levantam do chão devido ao vento e à pouca altura de terra, e que compensam a falta de arejamento com uma super-multiplicação de ramos torcidos uns sôbre os outros (parecem hidras, estas monstruosas figueiras), ladeadas, por sua vez, de canaviais. Tudo o resto que depois a vista alcança é pura charneca, ermos extensos cobertos pela esteva laudanífera. Conheci-lhe logo o cheiro; o ar está empregnado com o aroma sudoroso da resina que nestas plantas é inconfundível. Entretanto, a tarde vai caindo. Os montes e as colinas desapareceram, para dar lugar a longas ondulações acinzentadas que se vão indefinindo, e onde não se descobre um vestígio humano.

Na última povoação onde parámos, e onde um bêbedo queria por fôrça obrigar um dos passageiros conhecido a ir beber um copo, ouvimos nomear uma terra que fica mais para além e cujo nome, ao raspar por esta massa obscura, latente de coisas explosivas, que vai dentro de mim, irradia, por momentos, a claridade da sua visão. Mas foi um relâmpago distante, passageiro. Caio outra vez numa expectativa sorna, voluntariosamente distraída. Corro a vista pelos plainos amplos, escuros, onde a luminosidade do fim da tarde consegue, através da atmosfera, a espaços ennevoada, dar um brilho metálico de paìsagem astral. O Jaime vai muito calado. Já fumámos inúmeros cigarros. ¿Quem, senão nós (os portugueses) se lembra de amenizar e... de humanizar êste deserto, plantando de cada lado da estrada cordões de sardinheiras? As preguntas sucedem-se no espírito: ¿Quanto tempo para chegar? ¿Quanto tempo, naquele tempo, para chegar?

Sucedeu o que estava previsto, mas que eu desejava atribuir a uma disponibilidade do acaso. Lá longe, a grande muralha de rocha que avança, mar dentro; o casario branco aconchegado; a neblina iluminada sôbre a paìsagem, como um véu; a noite que se adensa e vai descobrindo as primeiras estrêlas. E entre aquela visão, agora real, e dois peregrinos do passado, o planalto a perder-se na distância embrumada, a diminuir ante a rodagem da camioneta, a ser ultrapassada pela fuga veloz do sonho.

Sagres! Sagres, enfim! O ritmo do pensamento submete-se ao martelar do coração. As imagens sucedem-se uma após outra, num desfilar fantástico, vertiginoso. A um segundo de alegria intensa, contrapõe-se outro em que apetece chorar, chorar apenas como criança, sem razão nem motivo. Em que apetece pedir perdão, — sabe-se lá porquê! — meter-se uma pessoa pelo chão abaixo, para mais alto levantar os braços e louvar, em estado de graça, aquela geração tão grande, tão sobrenatural, tão predestinada, que jamais, sequer com o «venturoso», tornou a viver a nação portuguesa.

Pois estamos quási a chegar. As casas começam a aparecer. Ao contrário do que primeiro supusera, espalham-se, como grão mal semeado, embora se notem indícios, alguns bem precisos, de aglomeração e arruamento. Não há, porém, observação que perdure num homem apaixonado. Tudo se transfigura. O sonho impera, como condenação irrevogável. «Eu amo», adquire a potência absoluta do «Eu sou» evangélico. A alma canta e é tal a efusão de luz interior que o espírito cala-se, atemorizado. Deixa-se levar, como criança curiosa e bem comportada, para um reino matinal onde, com um gesto, confirma amàvelmente o que lhe estão mostrando. Momentos tão grandes como os anos, e que a memória, mais tarde, glorifica!

A camioneta parou. Piso, pela primeira vez, terra de Sagres!

Outubro, 21 — *Ontem à noite não descansámos, enquanto nos não metemos estrada fora, em direcção à fortaleza, onde, por detrás de grossas muralhas, caem em ruínas os últimos vestígios de uma povoação ainda mais antiga que a da vila do Infante, em S. Vicente. Foi um passeio sentimental realizado com espírito diferente daquele com que hoje escrevo.*

Diz Azurara... Mas, para quê?! Não agravemos o mal. Sinto-me cansado e triste. A exaltação de ontem prostrou-me. A permanência de umas tantas quantas pedras mortas *entristeceu-me. Sempre me revoltei contra o já lugar-comum da «apagada e vil tristeza», empregado a torto*

e a direito pelos nossos abstracto-lamuriantes profissionais. Por muito que me revolte, em face da realidade, sentida com o sangue e as lágrimas, tenho de me resignar e dar-lhes, de certo modo, um silencioso sinal de assentimento.

Quási a sumir-se, o empedrado gasto por tão longos séculos de penúria, a presença de ervas bravias que vão ocultando e ajudando a destruir o pouco que dela resta, a grandiosa rosa-dos-ventos, instrumento e símbolo de trabalhos idos, fita-me com o desdém profético de um espectro. Não há confissão, por mais comovedora, que lhe arranque um dizer, um gemido... A gente fica pasmada de assombro. É uma coisa hirta, e só como pedra morta, que é. Talvez seja melhor assim. Imagine-se que transformavam aquilo em jardim público — um dêsses, tão caricatos, com festões de rosas vermelhas a pender de poste em poste de cimento armado! Sim, porque o terreno, aqui, não serve para árvores. Terra desta é como certos homens: não admite, nem a brincar, que com ela se brinque; não suporta o mais pequeno deslize da parte dos que com ela tratam. Ou êles (os homens) se levantam à altura dela e fazem, com sua paixão, obra que se lhe equipare em fôrça e perspectiva, ou a terra recobra os direitos naturais de valor mais subido.

É melhor e mais digno esquecer definitivamente Sagres e não ultrajar a memória de lugares que com estultícia pretendemos encarecer em artigos de jornal. Qualquer lauda celebrada em louvor dêste saüdoso símbolo em pedra feito carne, equivale ao tratamento dado a Mousinho, quando do seu regresso de África. Ergamos outra Sagres no cabo do Mundo e deixemos em paz o promontório sacro.

Quem quiser, venha cá ver — mas de espírito contrito — as ruínas tristíssimas de uma capela românica e umas quantas casas pouco menos que desfeitas onde vivem pescadores — gente que não fala e está habituada a maravilhas maiores do que as descerradas no palco dos discursos. Arrasem aquilo tudo.

Eu não esperava encontrar nada de especial, além do cabo, que por si basta. Por isso não suporto o pó da poeira das coisas velhas. A missão

acabou. Arrasem tudo, repito. Ponham-lhe uma lápide simples, sóbria ou, se quiserem, refaçam a rosa-dos-ventos.

Ali só uma coisa vale: o farol. Ao menos, êsse, continua a iluminar os caminhos do Mundo.

Outubro, 22 — *Noite velada, e os dois sentados no extremo do finisterra, sôbre penedias eriçadas, ouvindo o mar a reboar lá em baixo, nos penhascos, como longínquo trovão. De vez em quando eram alumiados pelo facho luminoso do cabo mais adiantado. Então, viam mais longe, na distância marítima, devassavam a escuridão adensada pela neblina e sentiam-se gelar pelo fluido estranho que a luz descobria, encinerando o ar.*

Momentos como êsse, de santo temor e encharcada admiração, não rareavam na vida dos dois rapazes; porém, esquecidos dos antigos tesouros, entregavam-se de alma e coração à descoberta, e meditavam no mistério que êles próprios não sabiam definir.

Para que houvesse maior comunicação com os elementos, tinham-se separado; cada um dêles isolara-se sôbre um rochedo e, na noite funda, só no alto picada pelas estrêlas, a visão de uma silhueta prolongando o recorte obscuro das rochas, dava para imaginar e sentir uma outra fôrça tomando forma, corporizando-se, como de esfinges sonhadas, E assim, por ser tamanho o encanto, as suas mãos crispavam-se nas pedras, as suas pernas ladeavam as faces angulosas, como se naquele contacto se estivesse transfusando sangue e bebendo o vinho de uma carne petrificada.

Prometeus de agora, agarravam-se à terra e exhauriam-lhe dos veios fluentes uma seiva tonificante capaz de os fazer debruçar sôbre os abismos jacentes e receber nos olhos a iluminação súbita, de aparição, das ondas quebradas em lava de neve. Eis senão quando estas duas figuras se levantam e caminham uma para outra.

— *«¡Cuidado, Jaime! A terra acaba aí!...»*

Aquêle grito repercutira-se no espaço e, ao voltar de novo à lembrança de quem o soltou, parecia ter vindo de longe, cruzando a noite, o

tempo, o mar e a neblina, o facho em rotação; parecia sinal de relâmpago no céu, golpe dado na terra que se abria para dar passagem a férreas figuras de homens, vestidos de noite e brumas, porém, logo tolhidas por não sei que desalento que lhes enraïzava os pés e ao corpo prendia os braços no instante supremo em que êles se adiantavam, apontando. Por certo não lhe pertencia aquela voz temerosa, carregada de ameaças e avisos, cortante como ordem não amada que se não pode recusar. Mas o interpelado acabava de lhe responder e a sua voz, mais estranha ainda, soava-lhe persistente e anónima, tal como a de um búzio, marítima e total.

— *«Descansa, que posso ir mais adiante».*

Outubro, 23 — *Quis trasladar, nas linhas anteriores, tudo o que senti em Sagres; tudo quanto a imaginação, alimentada por breve cultura e pelo próprio sentir de português, me fêz viver: o júbilo daquela noite memorável, a raiva triste do dia seguinte e a lúcida calma de que hoje disponho. Estava dentro de mim o desejo de me referir a Sagres, ao Infante, a todos os símbolos concretos e ideais que a coisa, o ser, e mais nós dois representámos — ou podemos representar. Não sei como foi. Quando principiei a escrever, encontrava-me longe de saber como ia terminar; sequer tinha em mente o que ia dizer. Parece que as coisas ganharam pernas e desataram a andar por si. E eu a segui-las, cheio de mêdo e de respeito... (Nota: preciso de ler a «Pátria», de Junqueiro, para não cair em excessos de nacionalismo ridículo, e depois «A Ilustre Casa de Ramires», manual de portuguesismo, no que êle apresenta de mais autêntico).*

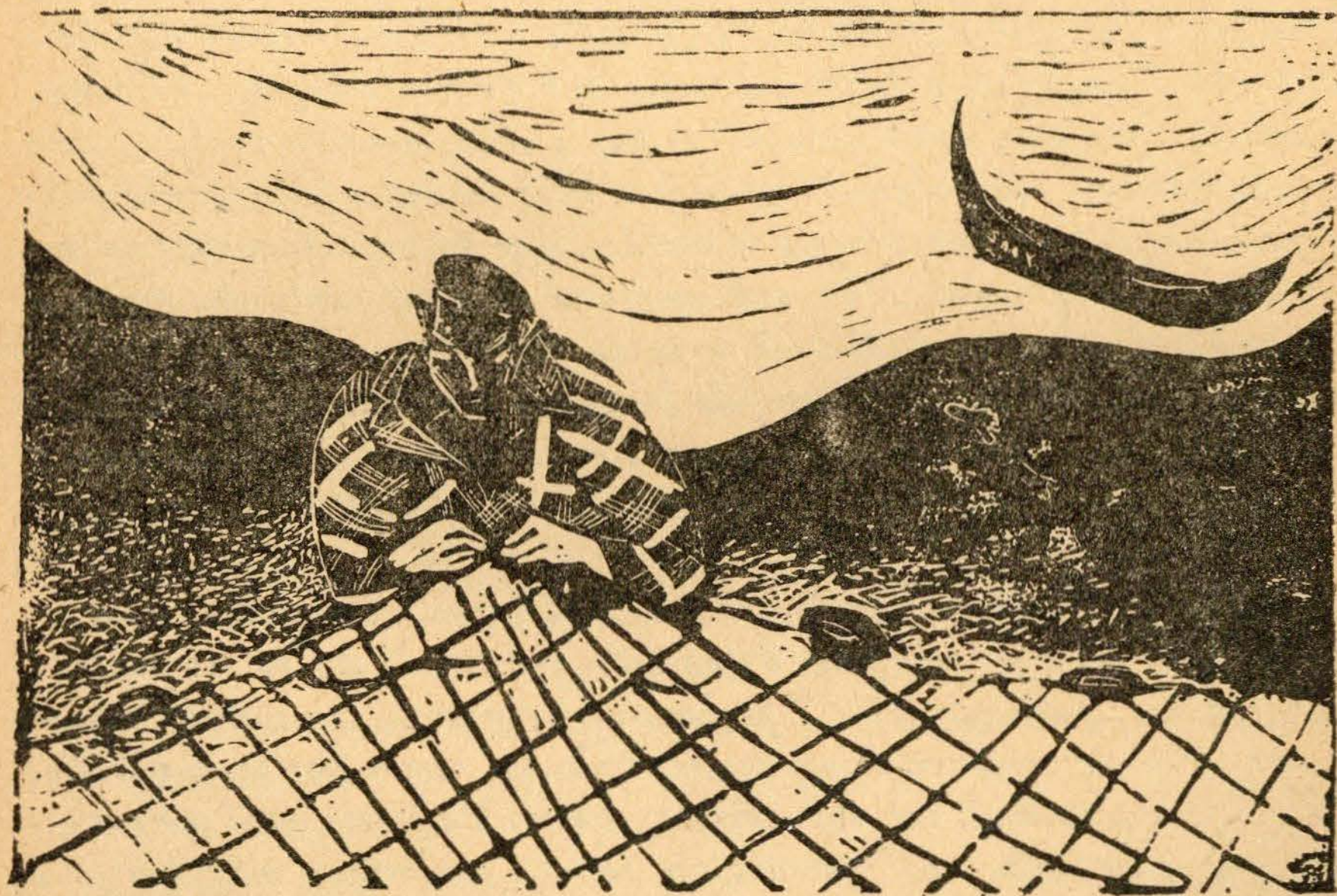
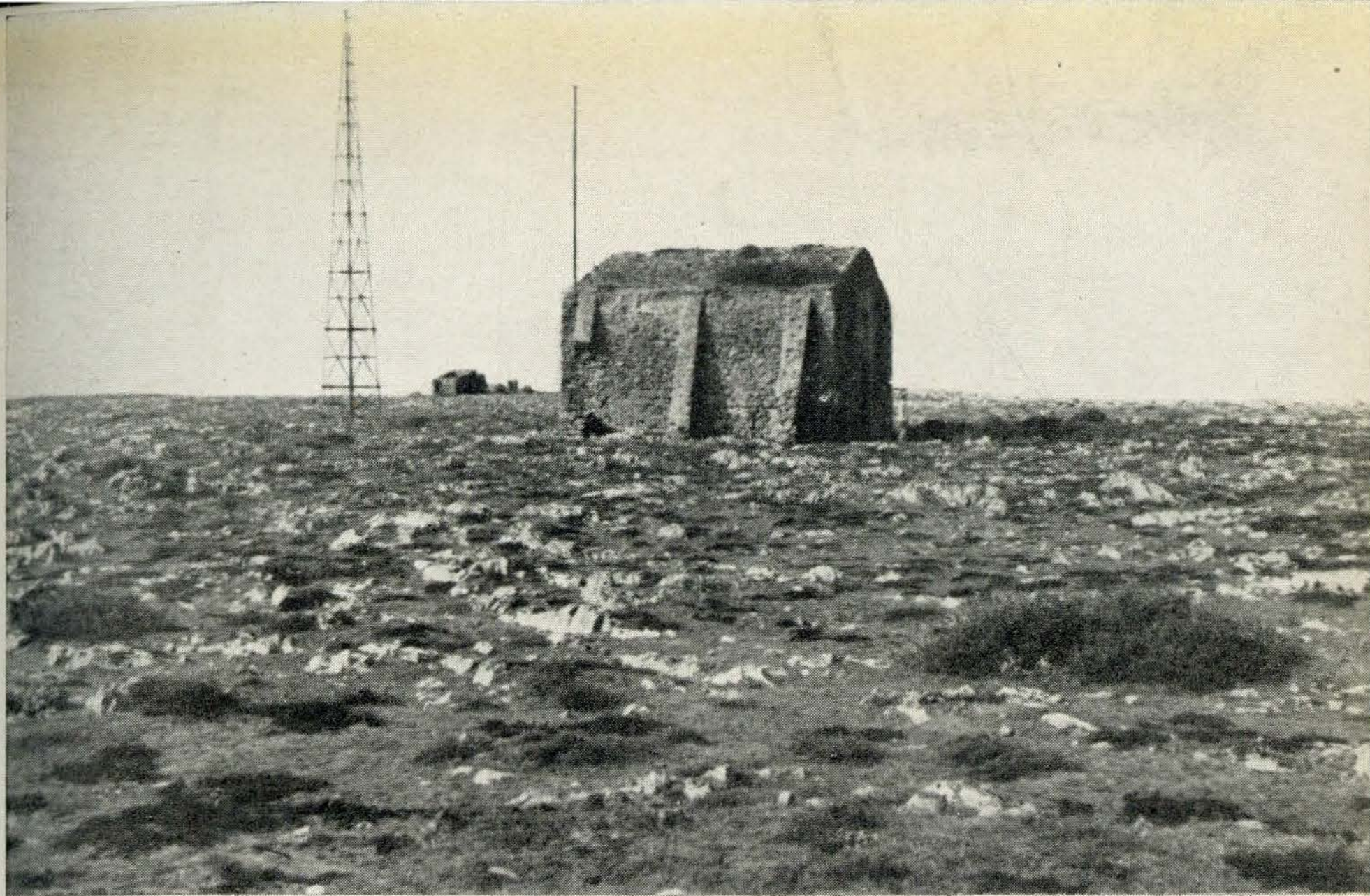
O resto do tempo, em Sagres, temo-lo passado devaneando pela estrada, pelos campos, pela beira da enseada que circula até ao promontório maior. Hoje acordámos tarde e perdemos a camioneta. Ou melhor, esqueceram-se de nos chamar, talvez na mira de nos terem por mais um dia. Mas o tempo mudou; vai, com certeza, chover. Da janela onde me encontro envio um adeus ao promontório sacro e ao outro, mais longe, a S. Vicente.

Percorro com a vista os campos separados por piteiras e canas, detenho-me no desenho árabe das chaminés algarvias, recordo o anoitecer de ontem, na baía, o mar como um lago e a flotilha de pesca que a ela se acolheu...

Cá dentro de mim baloiça uma saüdade e uma ternura imensas. Para tudo ser completo, acabam de passar, em vôo baixo, dois corvos — os corvos de S. Vicente!

O automóvel acaba de chegar e a chuva começou a cair.

Adeus, Sagres!... — Voltarei?

RUY CINATTI

GRAVURA EM MADEIRA DE MARTA HUGUENIN

UM ASPECTO DESOLADOR DE SAGRES — COM A CAPELA EM RUÍNAS —
E UM TROÇO DO PROMONTÓRIO DE S. VICENTE, VISTO DE SAGRES

Desenho de Bernardo Marques

Relatório sôbre o estado mental de Angelo de Lima

O conselho médico-legal de Lisboa é incumbido pelo M.^mo^ Juiz do 2.º Distrito Criminal desta cidade de examinar o estado mental de Ângelo de Lima, prêso no Teatro de D. Amélia numa das noites de Dezembro de 1901, por proferir obscenidades. Para êsse exame foi o réu recolhido no Hospital de Rilhafoles, onde entrou em 19 daquele mês.

Ângelo de Lima, de 30 anos de idade, solteiro, nasceu no Pôrto e vive em Lisboa há cêrca de 2 anos. Sabe-se que o pai morreu alienado — consta isto de uma certidão relativa ao doente que foi passada no Hospital do Conde de Ferreira; o filho, porém, fala de sífilis, de doença de espinha. Informações extra-oficiais dizem que era um poeta de talento. A mãe, no dizer do doente, tinha cinco anos mais do que o pai; é senhora muito inteligente, ilustrada, muito habilidosa em bordados; tem hoje 61 anos. Dêste casamento, ainda por informação do doente, vieram nove filhos: 1 e 2, dois gémeos que nasceram mortos; 3, o doente; 4, um rapaz que morreu de um ataque do fígado, no Brasil, com 21 anos; 5 a 8, dois rapazes e duas raparigas que morreram de meningite, ainda novas; 9, uma rapariga que hoje tem 20 anos e mora no Pôrto com a mãe. Finalmente, o doente ouviu dizer que o avô paterno matara a mulher com quem tinha amores e de quem houvera o pai de Ângelo.

As informações extra-oficiais relativas ao doente concordam com a seguinte auto-biografia, que é interessante aqui juntar, não só porque mostra a vida acidentada que êle tem vivido, mas ainda por muitos pormenores de redacção, significativos do seu estado mental.

*

«*Nasci em 1872 a 30 de Julho no Pôrto.*

Na minha mocidade, grandemente atento mentalmente à vida, que reflexionada com um certo prazer meditativo, era um indolente materialmente, conservando-me horas imóvel quási na contemplação e reflexão sôbre um só objecto, brinquedo ou espectáculo da natureza, atento fixo.

No entanto, qualquer idéia de maior facto no exterior, como mais notável exemplo, as idéias um pouco mais tur-

bulentas de meu irmão, interessavam-me às vezes muita vez em pôr da estima tal ou qualmente cuidadosa que a êste meu irmão (mais novo que eu um ano) notava e mais especulativo-intelectual eu refinava, dando-lhe maior franqueza, e alcance, e assim valor, as já então comuns turbulências. Aos dez anos notàvelmente adiantado em cultura intelectual, pois sòlidamente sabia ler desde os 6 anos ou 7, e escrever de há pouco, mas ortográfica e caligràficamente suficientemente, além de contar notàvelmente bem, mesmo até ao cálculo de quebrados, e conhecer um pouco de francês e cosmogonia rudimentar, — aos 10 anos entrei no Colégio Militar, aonde fui sempre, por tendência e um tanto por preocupação, embora em menor grau, sôbre um turbulento — o maior desde 10 havia, diziam, talvez porque raciocinasse com certo valor as turbulências, um leal e dedicado bom camarada: isto me valeu a expulsão que aos 16 anos sofri, quando distinto freqüentador do 4.º ano do curso (menos em inglês em que apenas suficiente se tanto, como padecente em pecha de pouco jeito para o árido estudo de cor, como o obstruso dos absolutos gramática e dicionário — o estudo das línguas) repetente neste 4.º ano, no entanto, após uma repetência total do terceiro, que seguira a freqüência regular, e até algo notável do 1.º e 2.º

Expulso, fui para o Pôrto e freqüentei umas aulas, a que gazeteava notàvelmente, e entre as quais a aula de desenho na Academia de Belas Artes do Pôrto — freqüência que deixei para sentar praça. Com uma certa noção moral da disciplina, não fui militar insubordinado, o que da parte dos superiores me não criou pelo menos desagrado: fui suficientemente competente no meu serviço, menos como soldado, sobretudo, porém, como cabo e 2.º sargento, graduação máxima que atingi.

Era bom para os subordinados; isto naturalmente, e satisfazia bem no serviço.

Porém, noctâmbulo de tendência, e aborrecendo a maçada inútil, algo estroina, como se costuma dizer, na medida das minhas posses, faltei quási constantemente, além da muita dispensa, a quási todos os actos inúteis militares, notàvelmente à formatura do recolher, e entre alguma embriaguez que várias vezes tomei, uma delas me levou a tais distúrbios no quartel depois do silêncio, que sofri por 30 dias de prisão correccional.

Durante o meu serviço, andando com licença para estudos e tendo-me alistado então num projectado batalhão académico, batalhão que o govêrno proïbiu, lançado na corrente de idéias simpáticas ao meu carácter aventureiro, de uma ida à África, pedi e obtive que me abrangessem no pessoal da expedição a Manica.

Deixei o Pôrto, e providencialmente aquêle galcimatia de criancice e presunção em que estava envolvido, como aliciado, e que se chamou a revolta, depois fixada em data por facto em 31 de Janeiro — do que soube em Adem, indo em viagem — julgando-a sucedida como foi ao princípio rejubilei por alguns amigos que na revolta envolvidos tinha — e sofri com a decepção dêles — e tal ou qualmente ao menos, da instituïção do País, que aquêle insucesso foi.

Na África andei 7 meses, como quem diz, com as vísceras flutuando em vinho, que nessa abundância arranjava com facilidade, no entanto satisfazia, tanto quanto mo requeriam ao meu serviço especialmente incumbido — correio e um serviço auxiliar de navegação da expedição.

Quási no fim daquela restrita aventura do exército nacional, fui em Quelimane pôsto ao serviço — aborrecido e tendo-me deixado de beber, não só por menos fácil obtenção de vinho em quantidade, mas sobretudo por cuidado de deixar o hábito alcoólico a tempo, nessa hora do quási regresso ao Reino, sofri ali o ataque de duas bilioses, ou gástricas sobrelevadas, que me tiveram às portas da morte, e me deixaram aquela fraqueza e infecção aumentada ao meu temperamento, de muito onanista na mocidade de colegial e antigo — desde os 11 anos — fumador, já bilioso, sôbre que dominou a infecção por aquêle ambiente palúdico, em palustre infeccionação e anemia conseqüente...

Uma bronquite seguida de uma pneumonia dupla me auxiliou creio, no reerguer do sistema central, sôbre que há muito, há talvez os dez anos, a minha enorme energia faz viver, e até tem vivercido e beneficiado, a saúde orgânica material.

Foi depois que vim da África e freqüentando a Academia de Belas Artes do Pôrto, com algum aproveitamento por esta 2.ª vez, que, após irregularidades de conduta, por excitações irregulares de sentimento, creio que judicialmente, a sociedade portuense acordando tardia da bronquidão de sentimentos mentais legais, à sobreexcitação prematura de uma espécie de poltronaria, — isto num grosseirismo, a que a vaidade de parvena não deixou na sombra, e assim bem me foi sensível — me encerrou no Hospital do Conde de Ferreira, aonde a ingénua reclamação do revoltado na surprêsa mais auxiliou mentalmente o só motivado encerramento, bastante, custosamente sofrido durante 3 anos e tal. Dali saí, algo sobreexcitado daquele sofrer, para o Algarve, aonde estive 2 anos, e pintei, com irregular facilidade, alguma coisita; vim para Lisboa, há dois anos quási, e aqui tenho vivido quási sem ter que fazer, com alguma irregularidade, embora melhor, com umas 4 ou cinco, se tanto, maiores estroinices em todo êste tempo de 2

anos — e ainda quási sempre nas horas de enfastio — aplicado geralmente a trabalho de gestão em ilustração e correcção em censo, da mentalidade. E agora aqui estou, resultado final, sob concorrente exótica — a determinação tão arbitrária dêsse acobertado com a autoridade legal — resultado final até aqui, dêste viver aqui neste papel descrito.»

Ângelo de Lima

*

Há a acrescentar a isto que é incontestável ter o doente estado no Hospital do Conde de Ferreira, desde 20 de Novembro de 1894 até ao fim de Janeiro de 1898 (?). O diagnóstico então feito foi o de delírio de perseguição num degenerado hereditário, idéias de perseguição, alucinações do ouvido, desconfianças de família, insónia, períodos de forte excitação.

O acto criminoso foi, segundo o argüido, praticado como explosão do apêrto em que o punham no «promenoir» do Teatro de D. Amélia. Veremos, mais tarde, as justificações que êle encontra para a palavra que então pronunciou e que, segundo êle, não pode ser acoimada de obscena.

O argüido apresenta-se naturalmente, sem arrogâncias nem servilismos. A sua conversação é a de um homem regularmente inteligente, preocupado na escolha de palavras bem soantes ou que mostrem os seus conhecimentos, bem como na defesa do acto incriminado e doutros ainda mais imorais, defesa em que parecia haver pretensões a paradoxo, se não fôsse mais certo julgá-la sincera:

— A palavra dita no D. Amélia não é obscena; o dicionário do Morais dá-a como legal; a opinião pública não é juiz na questão, porque então não devia tolerar o frontão. Neste negócio há, porém, um acinte do juiz, que o há-de julgar, porque sendo êle tão severo com faltas de respeito à autoridade, é êle próprio que desrespeita a legalidade; parece-lhe mesmo que o juiz ainda pensou noutra obscenidade quando o doente falou em *frontão.*

O doente diz-se um *meningítico* e define que «um meningítico é um homem sobreexcitado das meninges». Além disso é um neurasténico. Tem mais moléstias em cima de si; julga sofrer de uma tuberculose intestinal e tem diabetes — porque tem comido muito açúcar. Reconheceu esta doença nas urinas, onde vê uns coágulos esbranquiçados com um «miroitement» azulado, seguindo-se uns depósitos de côr branca. Tudo isto é seqüência do alcoolismo.

Está em Lisboa, porque a mãe não quere que se reacendam os sentimentos que o levaram ao Conde de Ferreira. Há informações que o dizem tentar amores com uma irmã. Efectivamente julga o doente ter andado numa forte excitação sexual para com uma senhora, que dizem ser sua irmã. As condições de fraternidade não tornam ilícita a coisa. A moral impósita não é moral lícita. Compreende que a moral impósita é uma necessidade: a educação das famílias seria desviada. Mas entende que o feminino de um indivíduo é precisamente sua irmã. De resto, não pensa que fôsse sua irmã; diziam-lhe que era uma filha natural do pai, mas para que êle se desviasse.

Durante a observação hospitalar, freqüentemente se via o doente em solilóquios pelas janelas, pelos corredores, mesmo quando estava entretido nos seus desenhos e pinturas, que por muitas vezes fizeram a sua ocupação habitual; parecia conversar com alguém, em fortes gesticulações e tom colérico. As ameaças, as cóleras, acompanhadas de pala-

vrões e de socos pelos móveis, com que muitas vezes o doente interrompe o seu trabalho, são resposta a alucinações do ouvido. O doente diz que é mania do hospital; é uma ocupação subjectiva, um subjectivismo do hospital. Cria visões, diz êle, que não chegam a ser alucinações. Não são vozes que ouve, declara espontâneamente; êle é que aperfeiçoa a figura que está criando no seu espírito.

O exame físico do doente dá o seguinte:

Grande altura (1^{m},70). Corpo e membros «élancés». Dedos muito longos, encurvados. Orelhas grandes, mal formadas, de lóbulo muito curto em ponta aderente. Crânio muito alto; depressão na glabela; convexidade frontal muito pronunciada. Índice cefálico: 78,4 (14,2) 18,1. Face muito longa. Campo visual normal (por 60-85 nos diversos raios). Cavidade bucal muito espaçosa. Dentes cariados, alguns mal implantados. Queixo recuado. Tempo de reacção: 21,2 (mínimo 14, máximo 29).

Resultados negativos em tôda a restante exploração.

*

O fundo mental dêste doente é de um formidável desequilíbrio. Ao lado de qualidades artísticas, que os seus amigos talvez exagerem um pouco, mas que em todo o caso são incontestáveis, apresenta no mesmo campo coisas lamentáveis. Assim, com o lápis, é um emérito desenhista; um pouco académico, não perdoa a nitidez dos contornos, sendo, talvez, um pouco duro. Mas o claro-escuro é de grande primor e as figuras que desenha oferecem um alto relêvo. Com o pincel, porém, é uma lástima e não chega a ter consciência do seu nulo valor; dois quadros que estão em Rilhafoles mostram-no com tôda a evidência.

Poeta a suas horas, tem coisas de valor, como, àparte ligeiro senão, os versos que seguem:

«*Para alguém foi do teu olhar a flama,*
Como, após noite escura, a luz da aurora.
Da «selva escura» *entre a sombria trama,*
Ouve, mulher, como êsse alguém te implora.
Ó, baixa sôbre mim o olhar fulgente!
Que o teu olhar é bálsamo que inora
Do céu sôbre êste seio, em que, latente,
Remorde há muito o cancro de um anseio,
De um desejo insensato e sêde ardente
De um não sei quê, que em teu olhar eu leio.»

E ao mesmo tempo produz bocados de prosa sem redacção nem gramática, tentando guindar-se e caindo, como na auto-biografia atrás inserida.

A mesma funda desigualdade na vida associativa do intelecto. De permeio está um caminhar de idéias tendo a inteira aparência de normalidade, idéias que são a falsa interpretação das coisas, como se palavras menos usuais ouvidas tivessem logo despertado uma tradução de pura imaginação e faltasse o critério bastante para o reconhecimento da ignomínia. Ao mesmo tempo uma lógica tôda parcial, ou sincera; ou por exigência de ocasião, em todo o caso ajeitando-se à necessidade do momento.

Finalmente, do lado moral as coisas mais extravagantes, encaminhando-se mesmo para actos dos mais condenáveis, ligando-se a uma conduta hospitalar regrada e disciplinada, a ponto de ser dos doentes que mais livremente andam pelo hospital.

Sôbre êste fim de desequilíbrio rompeu um fim delirante, em que o carácter persecutório parece incontestável, com alucinações do ouvido que não se podem negar. A exploração da natureza do delírio tem sido impossível; encaminhada para ali a conversação, o doente subtrai-se e afoga em pala-

vras guindadas, algumas vezes ininteligíveis pelo sentido, a concepção que se tentou arrancar-lhe.

Apesar desta lacuna, porém, não pode haver dúvida sôbre o estado mental do doente submetido à nossa observação. Trata-se, com tôda a evidência, de um degenerado, ao princípio parecendo afectar o simples aspecto clínico de uma *loucura moral*, hoje levado para a fabricação de delírios alucinatórios, a que talvez o alcool não tivesse sido estranho — não como originando um delírio alcoólico, qualquer que êle seja, mas perturbando ainda mais uma evolução cerebral já de si desviada.

Em resumo:

1.º — Ângelo de Lima é um alienado;

2.º — O acto incriminado não pode ser atribuído senão ao seu fundo mental mórbido.

Rilhafoles, 26 de Novembro de 1902.

(*a*) MIGUEL BOMBARDA

NOTA. — *O documento que neste número publicamos, excede particularmente o interêsse que costumam ter os textos da mesma ordem. Não que se trate de uma peça de escândalo ou de um elemento capaz de excitar a curiosidade doentia dos amadores de minúcias biográficas, nem que seja um trabalho literário de perfeição atingida. O valor dêste documento está em que se refere, não à vida cotidiana que poderia ser a de qualquer escritor ou artista, apreendida num momento de singular espontaneidade (como costumam ser as cartas e certas páginas de diários íntimos), mas a um viver que decorre já na transição para um plano de realidade que, por misterioso, permanece vedado à maioria dos homens.*

Ângelo de Lima, poeta quási exclusivamente conhecido pela colaboração que prestou à revista Orfeu, *foi considerado um louco. Ora a cada momento os sêres dotados de finíssima sensibilidade artística se interrogam, perplexos, sôbre o que será, verdadeiramente, a loucura, quando se encontram perante figuras estranhas da história literária, como Edgard Pöe, Gerard de Nerval, F. Hölderlin ou Frederic Nietzsche.*

¿Não será a loucura — nestes casos em que nos são apresentadas provas irrefutáveis de uma lucidez genial ou de uma imaginação divinatória que têm o seu correspondente na esfera da verdade — uma designação errónea que não apreende o estado quási angélico em que êsses excelsos espíritos volitam?

O homem louco é, aos olhos do mundo, o anti-social. É esta a característica em que, por demasiado evidente, todos concordam; por isso, é também a que menos cinge a essência dêsse incoercível estado da personalidade. Anti-social e amoral é sempre denominado aquêle que, não se comportando segundo as directrizes comummente impostas à vida dos instintos, se excede numa tumultuosa aspiração — facto que nos cumpre interpretar com prudência, atendendo à diversidade e à relatividade dos preceitos morais, tantas vezes de difícil aplicação às situações concretas.

Aliás, no relatório consciencioso de Miguel Bombarda, poderá ser apreciado o respeito que o célebre alienista manifesta perante o caso tão singular que lhe foi apresentado à observação, a delicadeza na interpretação dos sintomas, enfim, a probidade na elaboração do documento, cujo senão *reside na linguagem de uma psiquiatria demasiado dependente das características somáticas, segundo a corrente positivista dominante nos fins do século passado.*

Sem dúvida que um psiquiatra que trabalhasse hoje com a orientação de, por exemplo, um Karl Jaspers, nos daria um relatório muito mais «compreensivo» da alienação psíquica da personalidade de Ângelo de Lima. Muito mais compreensivo, muito mais iluminante, muito mais — digamos — afectuoso.

Mesmo assim, no trabalho de Miguel Bombarda nunca fica diminuída a figura do poeta — cuja obra ajudará a inteligência do leitor a interpretar êste documento, à luz de uma poesia tão estranhamente derramada.

*

Os poemas de Ângelo de Lima, que se encontravam dispersos em revistas literárias de difícil aquisição, foram reünidos e vão ser brevemente publicados num volume da colecção «Poesia», editada por Luís de Montalvor.

Uma perspectiva iludida

Quem quer que se aventurasse a uma resenha, mesmo rápida, do nosso esfôrço de reflexão crítica, não o faria sem de início escrever logo o nome de Moniz Barreto, tendo-o como o grande precursor dos processos críticos da geração dos nossos dias.

No entanto, a personalidade dêsse rapaz franzino e retraído, morto em plena mocidade, conservava qualquer coisa de misterioso, de velado, à semelhança da longínqua e misteriosa terra onde nascera. Os seus escritos, dispersos por revistas e jornais, alguns dêles de quási impossível consulta, eram apenas conhecidos (e, mesmo assim, não na sua totalidade) por meia dúzia de estudiosos das nossas letras. Os outros, digamo-lo, citavam-no apenas na seqüência de uma tradição que se vinha avolumando, sem cuidarem de abonar tal citação com o adequado conhecimento da obra respectiva. Em boa verdade se diga que

Moniz Barreto visto por Silva Pinto, em Paris

neste caso, como é evidente, não se tratava só duma manifestação daquela tendência para a afirmação gratuita e infundamentada tão característica do nosso pendor subjectivista. Havia, não há dúvida nenhuma, a dificuldade de consulta a pôr um pouco de água benta na nossa habitual falta de verdadeiro método de estudo, na nossa tradicional ligeireza de processos de trabalho.

Urgia, portanto, acabar com as desculpas de mau pagador, condicionar ao molde por que fomos talhados, no capítulo da iniciativa pessoal, a totalidade da obra dêsse tão mal conhecido crítico do século passado.

Coube a Vitorino Nemésio a honra dessa tarefa. Quanto a mim, ninguém melhor que êle a poderia ter realizado. Vitorino Nemésio é, ao mesmo tempo, um erudito, um homem culto e um artista. Um erudito que conhece bem os necessários limites da simples pesquisa do dado, nunca se limitando, portanto, à ostentação falsamente aparatosa dessa fase necessária, mas incompleta, da actividade crítica. Tôdas as obras firmadas com o seu nome apenas supõem *êsse trabalho miúdo de investigação, de informação mais ou menos completa e apresentam-se-nos logo elaboradas em idéias gerais, em relacionações adequadas, em juízos de pertinência.*

Como artista, tem Vitorino Nemésio o dom de vivificar as coisas em que toca: com dois traços incisivos põe de pé, vivas e palpitantes, as figuras de que se ocupa; com uma pequena soma de pormenores acertadamente escolhidos reconstitue um ambiente; dá-nos a idéia de uma época pela interpretação original das linhas que mais caracterìsticamente a definem. E tudo isto servido por uma riquíssima linguagem, cheia de propriedade e de pitoresco, precioso instrumento com que nos tem dado admiráveis e vivíssimas evocações das nossas épocas e figuras literárias.

No entanto, apesar de tôdas as circunstâncias excepcionais que rodearam a publicação dêstes «Ensaios Críticos», *quando tudo faria supor que a iniciativa da livraria editora fôsse largamente festejada, comentada e dada a conhecer por todos aquêles — e muitos são — a quem o volume profundamente devia interessar, eis que um silêncio quási unânime começa a cair sôbre tal publicação. Nem a natural curiosidade de vir, finalmente, a conhecer-se a parte porventura mais importante desta tão citada e desconhecida obra (só em parte revelada num pequeno caderno publicado por José Osório de Oliveira), nem a autoridade de quem tal compilação organizou, foram razões suficientes para criar em volta de tal volume o interêsse que, em verdade, merece.*

¿Não merecerão estes ensaios a atenção dos nossos críticos? ¿Não seria curioso analisar a singularidade do caso literário *de Moniz Barreto, da sua vocação especulativa exercendo-se no campo dos puros valores estéticos, numa altura em que a tendência dominante ainda ia tôda para uma crítica mesclada de prejuízos sociais, mesmo quando exercida sôbre obras literárias? ¿Não seria igualmente de interêsse mostrar onde o mestrado de Taine o conduziu, por vezes, a um simplismo linear, a uma rigidez de*

visão que se sobrepõe à sua original e aguda visão crítica?

E êsse belo ensaio sôbre a literatura portuguesa contemporânea *¿não mereceria meia dúzia de palavras de justiça pela antecipação dos seus juízos, pela finura crítica com que são tratadas algumas das obras mais representativas do século* XIX?

Não pretende esta breve nota outra coisa que não seja chamar a atenção para um livro que, pelo seu mérito intrínseco, pelo seu real valor histórico-literário, injustamente passou despercebido, ou quási despercebido. Nem sequer inclue a tentativa de explicação de tão estranho facto. Há coisas que mais vale nem pensar nelas.

No entanto, estes «Ensaios Críticos» *são daquelas obras que não morrem com o momento em que foram publicadas. E ainda bem, porque, além do resto, é sempre tempo de delas nos ocuparmos.*

GUILHERME DE CASTILHO

Da vida universitária

O estado actual da nossa Universidade é o resultado de uma decadência secular, não só de uma Universidade, mas de uma nação inteira. Perdeu-se a tradição, o espírito, a própria consciência do que seja uma Universidade autêntica.

A Universidade de Lisboa, na maioria das suas Faculdades, pelo menos, está reduzida, actualmente, a uma repartição do Estado destinada ao fornecimento de diplomas comprovativos de uma ciência que a maior parte das vezes não existe.

Reconhecemos o esfôrço de tantos Mestres para que algum dia se modifique um estado de coisas que nos envergonha a todos. Mas êsse esfôrço individual, essas tentativas, realizadas mesmo muitas vezes pelos próprios alunos, são como se se tentasse reanimar a vida de um mar morto soprando-lhe na superfície. Os homens passam, as gerações seguem — e tudo fica como dantes.

No primarismo da nossa mentalidade urge apontar, em plena consciência, o estudante universitário, como uma espécie disfarçada de ignorante, cheia, ainda por cima, de convencimentos pedantes.

Na sua missão de Casa de Cultura a Universidade dá-lhes a ler a *sebenta,* e pouco a pouco a vida toma uma coloração de *sebenta.* Tudo se desvirtua: — a possibilidade espiritual de uma verdadeira cultura, de uma atitude de beleza ante a vida, a alegria natural de uma mocidade assim arredada do sol e de tudo quanto é belo, simples e, com certeza, verdadeiro.

Note-se que não tomamos aqui uma posição anti-intelectual. Pelo contrário, sustentamos que todo o rapaz com um mínimo de curiosidade intelectual, com um espírito possível de cultura ou de arte, se sente sufocado no ambiente universitário.

Criou-se uma situação paradoxal e estranha: a necessidade de evasão, diremos quási o «dever» de o estudante universitário criar uma vida para além dessa Universidade, para se não deixar mutilar humanamente, para não adquirir uma deformação intelectual funesta.

E, no entanto, sustentamos que uma característica essencial de uma verdadeira Universidade está na sua potencialidade para abranger a vida dos alunos; isto é, a Universidade devia, antes de tudo o mais, ser uma grande e viva escola de Humanismo.

Devia ser um lar, onde o conceito de for-

mação se antepusesse ao conceito utilitário que a domina hoje.

Quando um rapaz entrasse para uma Universidade, devia entrar para uma vida totalmente diferente da dos outros, retirado do mundo, como viviam os estudantes medievais — e como hoje vivem os estudantes de tantas universidades europeias e americanas.

Se a nossa Universidade, hoje, não cumpre, nem pode cumprir a sua missão cultural, é talvez porque, simplesmente, não existe. Com efeito, pulverizada, desprovida de qualquer humanismo, vivendo à margem das grandes preocupações humanas, a nossa Universidade é um conjunto de institutos oficiais de habilitação profissional, mas não, de forma nenhuma, uma *Universidade*, no sentido riquíssimo e fecundo que o passado reüniu nesse conceito.

É preciso não esquecer que a Universidade tem em si a missão cultural e a missão técnica. A primeira, hoje, quási desapareceu. As nossas Universidades cometeram o êrro de se desprenderem do sentido de humanismo universal em que a Idade-Média se moldara, para se converterem meramente num polipeiro de técnicas.

É essa a razão que leva Ortega y Gasset, por exemplo, a propor a fundação, no seio da Universidade, de uma espécie de Faculdade de Cultura, de freqüência obrigatória para todos os estudantes, onde em 4 ou 5 cadeiras se desse uma visão geral da Biologia, da Física (encaradas sob um prisma cultural), da História, da Sociologia e da Psicologia humanas.

De facto, através da variedade necessária das técnicas, urge conservar um mínimo de cultura humana, que entrelace e una as inteligências lançadas pelos mais diversos caminhos. Só assim se restabelecerá o sentido perdido, o conteúdo riquíssimo que a Idade-Média soube dar à Universidade.

Notemos que a nossa crítica é, assim, essencialmente diferente da que vulgarmente se ouve formulada pelos estudantes; acusam estes a Universidade de uma excessiva «teorização», não dando a necessária preparação prática para a vida. Aceitamos êste ponto de vista, como perfeitamente certo. Mas não anula o nosso. Conjugam-se. A ausência de uma preparação prática não significa superioridade intelectual ou excessiva preocupação cultural.

O que importa relevar é que, para o nosso conceito, Universidade deve ser algo mais que o conjunto de cursos superiores. Ser *estudante universitário* não significa apenas ser aluno de um curso universitário. É neste algo mais, nesta zona mais ampla que vai do conceito de «Curso» ao conceito de «Universidade» que se insere a nossa crítica, a nossa acusação de ausência, de nulidade, de esquecimento absolutos.

Portanto, quando se acusa a Universidade de não dar ao estudante uma preparação técnica em moldes rápidos e práticos, é a forma e a organização de «cada» curso que se ataca e critica. E quando se acusa a Universidade de não cumprir a sua missão cultural, é a ela própria — na totalidade das suas manifestações, na sua essencialidade de ente moral — que o ataque se dirige.

Contamos, em futuras notas, evidenciar e desenvolver os nossos pontos de vista. Hoje apenas pretendemos colocar o problema nas suas linhas gerais e justas.

O problema universitário tem, portanto, dois aspectos: o da qualidade e orientação do ensino de cada faculdade, e o do mundo de idéias e aspirações ligadas à palavra «Universidade».

Dissemos acima que o problema, neste segundo aspecto, se resumia talvez na não existência de uma Universidade. Assim o

cremos. Inegável nos parece esta afirmação, depois de tudo o que acabamos de dizer. A atitude a tomar perante o problema universitário difere, portanto, conforme se reconhecer, ou não, o conceito que usamos de Universidade.

Se se quere apenas que a Universidade seja um organismo oficial competente e eficiente de estudos superiores, uma reforma universitária consistirá apenas numa reforma do ensino.

Mas se se aceita a idéia de uma Universidade como centro vivo de cultura e senado intelectual da Grei, Casa-mãe da Inteligência e escola de formação das gerações futuras, então o problema desdobra-se num panorama complexo de questões de facto, ligadas à aceitação forçada do princípio básico e essencial de que urge a todo custo a fundação de Universidades em Portugal.

FRANCISCO DE SOUSA TAVARES

CRÍTICA

Vitorino Nemésio: «Mau tempo no canal» (romance). Livraria Bertrand, Lisboa, 1944.

Depois de, no campo da literatura de ficção, ter produzido, há já um bom par de anos, um romance titubeante e fortemente vincado por influências estranhas, eis que Vitorino Nemésio publica, neste ano de graça de 1944, um outro romance — mas êste um dos mais originais, mais fortes e mais completos dos de que a nossa história literária dá conta até ao presente. Chama-se êle «*Mau tempo no canal*» — e êste título, como, aliás, os dos restantes livros de ficção e os dos livros poéticos de V. N., é mais uma alegoria do que uma definição. No caso presente, contudo, o título possue o mérito de libertar o romance das pessoas que nêle perpassam para o fixar apenas naquilo que êle é em verdade: — mais do que romance de pessoas, êle é, antes, o romance de um aglomerado social; mais do que o romance de um qualquer aglomerado social, êle é, antes, o romance de uma ilha açoreana (a do Faial), ilha que se não confina no factor limitativo da sua insularidade, pois que ao seu lado se ergue ainda, a tapar o horizonte, a recolher o divagar dos olhos, a reduzir o âmbito da própria vida e como que a introverter forçadamente tudo quanto nela se passa, a massa cónica, ciclópica e opressiva do Pico.

Por sôbre tudo isto, o romance de V. N. é ainda, mais do que um romance de acção, um romance de insinuações. Nisso está a sua maior virtude e nisso está, também, a sua maior novidade — num país como o nosso em que o romance tem oscilado, quási sempre, entre a reportagem sem calor e a desfiguração sem verdade. Já se deixa ver, evidentemente, que quando falamos em romance de insinuações queremos significar um em que paira sôbre sêres e coisas a realidade que não é já a dos sêres e das coisas, porque é a expressão poética de ambos. E isso nem é susceptível de descrição directa nem decorre da simples acção: o romancista só pode exprimi-lo por um processo indirecto de insinuações e de anotações subtis que em si, a bem dizer, nada significam, mas que são como que uma potencialidade expressiva, densa e envolvente, que na fôrça do que contém mas não revela directamente tem o seu maior valor como elemento romanesco. O conseguir um tal modo de realização romanesca é uma virtude — e isso pode dizer-se que V. N. o conseguiu de modo admirável.

Por isso, o que do romance de V. N. primeiro visita o leitor e dêle se apossa, e logo o envolve, é aquilo a que, à falta de melhor

têrmo (e vá lá que êste ainda não é muito mau e está já consagrado), poderemos chamar a *atmosfera*. Mas não que o romancista se evada das trivialidades do quotidiano e esqueça as pessoas e o modo de agir destas. A sua memória é, porém, reminiscente e vivaz, tentacular e insidiosa. Assim essa memória selecciona do passado e nesse passado colhe pormenores às vezes aparentemente insignificantes mas que, cheios de virtualidades romanescas, ganham singular vivência quando embrechados no conjunto e respirando o hausto poético que se insufla em todo o livro. «*Mau tempo no canal*» está cheio disso, e forçoso é dizer que daí tira grande parte da sua fôrça de encantamento e quási tudo que verdadeiramente o vivifica e anima.

Mas o que neste romance é uma virtude e uma novidade pode ser também um sinal de fraqueza do romancista, quando encarado êste como fôrça criadora. Efectivamente, do facto de ser «*Mau tempo no canal*» mais romance de um grupo ou sublimação romanesca da vida de um grupo do que romance de pessoas, resulta que estas perdem um pouco da sua consistência ou nem chegam mesmo a ganhar uma estruturação suficiente para individualmente se imporem. Nada do que vem a acontecer às personagens se situa numa *constante* dos caracteres, nada no seu evoluir nos parece certo ou falso, verosímil ou incrível — como nada nos pareceria certo ou falso, verosímil ou incrível se o seu evoluir se verificasse em qualquer outro sentido. Não se diga, é claro, que isso é afinal a virtude de todo o verdadeiro romance (o de não deixar adivinhar-se prematuramente), porque uma coisa é o inesperado e outra coisa é o inverosímil ou o verosímil. Note-se bem que, num romance como o de que nos estamos ocupando e pelas razões já atrás expostas, não é aquela indeterminação das personagens um defeito. Aqui Margarida e João Garcia, Roberto, Januário e todos os outros nada significam, afinal, só por si — porque no fim de contas a grande personagem, o herói do livro é a vida ilhoa nos pequenos nadas de todos os dias e nas grandes páginas de alguns dias apenas, mas a vida que não é já acidente do calendário, «fait divers» ou simples crónica, porque se volatilizou e depois se fixou naquela atmosfera já atrás aludida. E sob tal aspecto (e é sob tal aspecto que há que apreciá-lo), êste romance é, não só um grande romance, como é ainda (se nos é lícito fazer saques assim sôbre o futuro), um romance que perdurará. Isso não poderá obstar, todavia, a que se arrisque o receio de que a acção humana individual e, como conseqüência, a modelação de caracteres (que é diferente da expressão pitoresca das pessoas), sejam o ponto fraco de V. N. — do V. N. para quem, decerto, esta não será a última experiência romanesca. Mas, quanto a tal receio, só o futuro poderá apresentar a sua razão ou a sua sem-razão de ser, e oxalá que o futuro venha a mostrar a sua insubsistência.

Falando de V. N., injustiça seria esquecer uma das mais interessantes facêtas da sua personalidade, qual seja a que revela o grande *artista* que êle, na verdade, é. Com efeito, a prosa de V. N. é ágil e ondeante, ainda quando aqui e além se macula com um ou outro obstáculo mais duro (vício não de todo raro: certos rodeios de frases que misturam o elemento indirecto «imagem» com o elemento indirecto «circunlóquio», o que por vezes perturba o entendimento do leitor). E dir-se-ia até que V. N. é o primeiro a gozar do prazer que dá essa prosa, tanto nela parece transparecer a como que voluptuosidade do próprio autor na maneira como a faz fluir e como a entremeia de acidentes e a contorna e desenvolve e a vivifica e torna insinuante e envolvente. Depois o artista mostra-se ainda na própria construção do ro-

mance, quer no modo como neste consegue interpor pormenores a-romanescos ou eruditos, quer ainda no virtuosismo com que faz centrar tanta coisa díspar num conjunto harmonioso e uno, como se o romance no seu todo participasse da unidade de uma sinfonia. Dêste ponto de vista haverá só que entremostrar dois senões — dois levíssimos senões. Queremos referir-nos ao modo talvez precipitado como certas personagens surgem no romance — e ao epílogo. Àquêle, pela confusão momentânea em que lança o leitor; a êste, pelo que representa de fuga do ponto de vista em que até aí o Autor se colocara (não pelo facto de do Faial se passar para a Terceira — pois já anteriormente se passara a outras ilhas — mas sim porque nesse epílogo o núcleo romanesco se *descentrou* ao fixar-se no destino de *pessoas*, ainda mesmo que se leve em conta aquilo que ali transcende a existência de Margarida).

Enfim: dêste admirável romance de V. N. fica, nos escaninhos da nossa memória, uma Margarida que emparceira com outras personagens de outros romances que a êle se agarram para sempre. Não importa — porque não é de Margarida nem de João, Roberto ou Ângelo que o romance vive. Mas fica connosco qualquer coisa de bem presente — aquilo a que à falta de melhor têrmo se começou a chamar *atmosfera* — aquilo que nos fêz quási esquecer (por exemplo) uma Judite existente num livro famoso de Rosamond Lehmann, mas que nos prenderá sempre à lembrança êsse livro famoso («*Dusty answer*»), porque nesse livro as figuras pouco são quando comparadas ao poder de encantamento que ressuma do total. Com êste seu romance V. N. deu-nos aquilo a que só certos romancistas ingleses nos haviam habituado: um romance em que a realidade não enjeita a poesia, e em que a poesia *anima* a realidade, sem a desfigurar.

ALBANO NOGUEIRA

António José Brandão: «Vigência e temporalidade do direito». Coimbra, 1944.

Enganar-se-ia completamente quem, a julgar pelo título, supusesse tratar-se, nesta centena de páginas, de uma discussão mais ou menos árida de um mais ou menos forçado e especioso tema de qualquer ramo do direito, mais ou menos desinteressante para o comum dos leitores, predominantemente dedicado aos problemas vitais da cultura contemporânea. E, no entanto, é para estes, especialmente para estes, que o livro de que tratamos tem um grande interêsse.

Realmente, o título não está perfeitamento adequado ao tema tratado. Diminue e circunscreve a discussão aparentemente a um domínio restrito, enquanto o conteúdo do livro alarga e estende a noção de vigência e temporalidade a tôda a cultura. Sirva êste aviso, e fique o leitor convencido de que o título, pela errónea especialização sugerida, foi muito mal escolhido. No livro encontram-se, palpitantemente tratados, temas de interêsse geral próprios a todos os homens cultos e desejosos de aprofundamento. O seu autor, plenamente integrado nas mais modernas tendências da filosofia contemporânea, procura meritòriamente levar os leitores, em cada uma das suas páginas, a integrar-se na nova forma de pensamento, valorizando do passado apenas o que tem fôrça de sugestão e é capaz, ainda, de vigência.

Relativamente a êste conceito e ao de temporalidade — que o Autor distingue — poder-se-ia discutir a validade de tal distinção. Vigência e temporalidade, aplicadas ao direito, ¿não significam um e o mesmo problema? Não há, parece, no direito, vigência intemporal, entendendo-se direito como expressão normativa das relações entre os homens em determinada época. Época é, por sua vez, como o Autor afirma, um sistema

de vigências, e êste tem sempre, também, uma nítida dimensão temporal. O que no direito tem aparência de transtemporal não lhe pertence essencialmente. São princípios de ordem ética, cuja aporia da temporalidade — como lhe chama o Autor — se move em outro plano, diferente e superior ao do direito. Direito é um fenómeno temporal, exclusivamente temporal, e a sua vigência consiste na sua possível adequação ao tempo em que nasce, vive e, portanto, vigora. O facto de existir uma história do direito, isto é, de o direito ter história — encadeamento de noções derivadas sucessivamente — é suficiente para invalidar a suposição de que o direito em si poderia aspirar a qualquer forma de vigência «sub especie aeternitatis».

Se a respeito da ética tal afirmação é de real natureza aporética, muito mais e evidentemente o é quando aplicada ao direito. Pode-se, é claro, como faz o Autor, reduzir a aporia da temporalidade apenas à apreensão do pensamento, considerado em si como intemporal. Mesmo assim, porém, o problema não se modifica, porque o direito é resultante dessa mesma apreensão e o que, como ideal, não é apreendido, fica naturalmente invigente. No domínio especulativo, na busca do ser ideal, pelo contrário, dá-se fenómeno oposto: é o intemporal, pelo seu apêlo a ser expresso, que é autênticamente aspirante a vigente. Seguindo a distinção aristotélica, poder-se-ia dizer que a passagem da potência ao acto, neste domínio, é o trânsito da intemporalidade à temporalidade, da invigência à vigência.

Mais uma vez, assim, encontraríamos argumento plausível para a demonstração de que temporalidade é vigência, e vigência temporalidade. ¿Como entender, pois, a afirmação de António José Brandão sôbre a índole acrónica da vigência? Vigência é o carácter de actualidade epocal de certos valores. Nunca ela pode ser independente dêstes. Vigência é uma qualidade adjecta e não substantiva. Parece-nos que o tratamento, como independente, do que nunca pode ser independente — porque é qualidade adjectiva — radica na falta de uma distinção fundamental, que o Autor não fêz e cuja carência se manifesta em alguns pontos do seu livro: a distinção entre idéias e valores.

O que importaria, feita esta distinção, era o estudo da modalidade da vigência do ser ideal e do ser dos valores. Seria então possível, e com bom fundamento, falar de vigência acrónica, como modalidade típica do ser ideal. Todavia, relativamente ao problema dos valores, a única modalidade de vigência que lhe compete é sempre de natureza temporal. E êste é o caso do direito. Continuando esta via, poder-se-ia ainda pretender comprovar o grau de verdade da afirmação feita pelo Autor sôbre a falsidade da aporia da temporalidade. Falsa, ¿relativamente a quê? Ao ser das idéias, certamente que sim. Ao ser dos valores, certamente que não. Aliás, é isto mesmo que o Autor nos dá a entender quando, mais adiante, trata da coordenação temporal do espírito objectivo e do espírito subjectivo pela vigência.

A distinção já apontada teria permitido a António José Brandão uma visão sistemática do problema, liberta das aporias aparentes daí resultantes. Aliás, se a interpretação da lei é elemento constitutivo da sua vigência, como o Autor afirma, isto mesmo mostra que a vigência nunca pode ser independente da lei interpretada, na qual se realiza o encontro valorativo — e não ideal — de certa época com os valores admitidos pelo hermeneuta.

Estes e muitos outros temas para reflexão encontrará o leitor desperto neste livro, que é um belo testemunho de um espírito bem apetrechado para o tratamento dos problemas da filosofia do direito, e sintoma seguro de que tais problemas encontraram em Por-

tugal mais uma inteligência bem formada e da qual muito há a esperar. As suas reais capacidades pedagógicas de expositor merecem ainda ser postas em relêvo e, igualmente, as qualidades eminentemente sugestivas do seu estilo.

DELFIM SANTOS

«A ilha maravilhosa de Calemplui». Edição «Ática», Lisboa, 1944.

O aparecimento de um autêntico «livro de luxo» entre a já vasta produção dos editores portugueses representa um acontecimento de relêvo na vida cultural do País, que bem merece uma apreciação de ordem técnica e palavras de louvor.

«*A ilha maravilhosa de Calemplui*», extraída da «*Peregrinação*» de Fernão Mendes Pinto, é um livro sensacional, por se tratar — suponho — da primeira realização gráfica que, no género, se publica em Portugal. Primeira no tempo e única na qualidade.

Para o estado de atraso em que se encontram entre nós as artes gráficas, êste esfôrço editorial tem a virtude de apresentar um modêlo, indicando o caminho a seguir às numerosas emprêsas que se propõem lançar livros no nosso mercado, cada vez maior e mais exigente. Aos compradores, bibliófilos e coleccionadores podem os poucos que conhecem a matéria dizer com absoluta convicção e respeito: — Eis, finalmente, um «livro de luxo», uma verdadeira obra de arte.

Infelizmente, é preciso dizê-lo e repeti-lo, talvez até fazer a propaganda e provocar a corrente «snob» — sempre susceptível de derivar, depois, para o gôsto sincero e para a convicção esclarecida; se não fôsse necessário atacar a questão num dos seus fundamentos, evitaríamos confessar, uma vez mais, esta vergonha: por falta de educação artística e de gôsto apurado, ignora-se quási, entre nós, o que é um «livro de luxo». Experimentem os que me lêem preguntar o que isso é, aos livreiros, aos chefes de tipografias, aos editores. Reúnam e comparem as respostas... e verão. (Aos profissionais a que me refiro não devo, sequer, perdir-lhes desculpa de os ter magoado, e limitar-me-ei a dizer-lhes: — os senhores não têm culpa, o *meio* é que é assim!). Digam-me, depois, quantos sabem responder-lhes.

Preparem-se para ouvir a descrição do tipo *PUPILAS DO SENHOR REITOR* em bom e pesado «couché», com reproduções de aguarelas em tricromia, a dispendiosa encadernação de carneira, ricamente ornamentada em «repoussés», oiro por tôda a parte — nas letras, à cabeça, na lombada... E quanto à arte pròpriamente do livro, à qualidade dos materiais, da tipografia, ao arranjo da página, à ilustração, à conjugação criteriosa dos elementos constituintes; ¿que recomenda, afinal, êste primorzinho monstruoso, vasto, espêsso e rutilante que enche o ôlho do novo-rico e está destinado a ornamentar-lhe a sala? Nada possue que o recomende. Antes pelo contrário.

O papel «couché», feito à base de cal, fàcilmente se altera e está banido, em todo o mundo civilizado, das «edições de luxo»; o formato desmedido é absolutamente absurdo, e mais ainda a relação entre êle e a mancha da composição; nesta, a justificação relacionada com as margens e o corpo da letra é de uma desharmonia verdadeiramente confrangedora; a ilustração é mecânica, a selecção das côres feita por um operário que não é necessàriamente artista criador; enfim, tudo o mais é falsa pompa, regalo para apreciadores de cachuchos nos dedos, almofadas pelo chão da sala, visão estreita e sensibilidade grosseira.

Mas, afinal, ¿que vem a ser um livro de

luxo? — Porque há, certamente, uma definição de livro de luxo, e a essa definição correspondem requisitos indispensáveis.

O livro de luxo tem de ser obra de um artista, o *arquitecto* do livro, que sente e compreende o pensamento do autor e o traduz plàsticamente, com o formato, o papel, a tipografia, a ilustração e os outros elementos componentes, mais adequados pela sua natureza e pelo seu estilo, pela idéia e pela forma.

São requisitos indispensáveis: o papel de certa qualidade, velinos e «vergés»; o tipo de fundição nova e de estilo puro; a ilustração manual (madeira, água-forte, litografia; excepcionalmente, para reproduções, a de impressão plana, fototipia e fotolitografia); a conjugação lógica e estética dêstes elementos; a tiragem limitada.

Tudo isto possue «*A ilha maravilhosa de Calemplui*», na formosa e delicada realização da «Editorial Ática», dirigida por Luís de Montalvor.

Vejamos a sua descrição:

O formato é *in*-4.º «carré-coquille»; 18 fôlhas de impressão e mais quatro páginas de guardas.

O papel, de pasta espêssa e de côr de nata, é o magnífico «Japão». O texto, impresso a negro e sépia, é composto em tipo «Bodoni» romano, da fundição «Bauer», corpo 14, com iniciais em «elzevir» de corpo maior (talvez 48), impresso a côr.

A mancha, constituída pela massa compacta da composição, impecável nas suas proporções com o formato da página; e a justificação harmónica com o corpo e o ôlho da letra, reservam, para as margens interior, superior, exterior e inferior, espaços de largura rìtmicamente progressiva, dentro do critério clássico de $B = A + 1$; $C = B + 1$.

A numeração das páginas, ao centro, na parte inferior e em itálico.

Cada capítulo é antecedido por um ante-rosto em versais de «Bodoni», de corpo 14. O texto abre com frontispício arejado, composto em redondo e itálico do mesmo tipo, impresso a preto e a sépia, tendo uma pequena vinheta de espirituoso recorte e de transparente colorido ao meio da composição, inscrita por sua vez dentro de moldura de cantos boleados, cravada apenas e a limitar as dimensões da mancha.

É precedido o frontispício pelo ante-rosto em versais de «Bodoni» de corpo 20, e seguido de uma breve nota editorial em itálico da mesma família e de corpo 12.

No final: um glossário, índice e notas acêrca da justificação da tiragem, tudo em «Bodoni» de corpo menor.

Três litografias a preto, e outras três a côres, tôdas de Milly Possoz, impressas em extra-textos dentro de reservas cravadas, ilustram o volume.

Na capa de cartolina, apenas uma litografia simbólica, a negro, na frente, e o título do livro na lombada, impresso a sépia.

Composto e impresso nas oficinas da Emprêsa Nacional de Publicidade, sob a direcção gráfica de Luís de Montalvor, dêste livro tiraram-se 256 exemplares numerados para o mercado, e mais seis que não são para venda.

O valor desta obra-prima de bibliografia reside no facto de ter sido concebida por um notável artista gráfico e ornamentada por uma grande ilustradora; por ter sido executada sob a direcção de um técnico esclarecido e realizada com requintada sensibilidade.

Na verdade, Luís de Montalvor, um dos raros que em Portugal possuem competência e gôsto para superintender em actividades dêste género, tem já, atrás desta, uma série de obras que afirmam plenamente as suas excepcionais faculdades técnicas e o seu talento. E Milly Possoz, delicadíssimo temperamento de pintora, desenhadora e decora-

dora, é uma artista da mais elevada categoria, que muito contribuíu para elevar, em Paris, o nível do «livro de arte» francês. No seu traço intencional e no jôgo harmónico do colorido há uma graça que enche de inefável beleza todo o seu labor.

No ponto de vista estético pode discordar-se, num ou noutro ponto, da orientação seguida; mas é preciso levar em conta as possibilidades do *meio*, e é justo reconhecer que de qualquer forma esta obra excelente, honrando a arte gráfica nacional, ficará para sempre a marcar, como a primeira afirmação, na especialidade, de uma consciência técnica e de uma elevada expressão artística.

LUÍS REIS SANTOS

Álvaro Ribeiro: «O problema da Filosofia portuguesa». Edição «Inquérito», Lisboa, 1944.

Assentou a filosofia escolástica sôbre a lógica e a metafísica de Aristóteles. Tem girado a filosofia moderna em redor da física de Galileu. À tradição aristotélica, de tipo lógico-metafísico, opôs-se, polèmicamente, a tradição cartesiana, de tipo físico-matemático. Simplesmente, fechando o homem no seu conceito de lei natural, aprisionando-o em uma concepção determinista da vida e do espírito, «artificiosas por tendência utilitária, cativas por princípio empirista», as ciências experimentais hão-de culminar — e inevitàvelmente culminam — em doutrina que, ou nega o homem, ou amesquinha a cultura. Se quere recuperar, ou manter a sua missão vivificante, erguer-se à função criadora, deverá a filosofia deixar de rastejar pelos métodos do inerte (do tipo físico-matemático) ou desistir de ser simples estudo positivista do *dito* e do *feito* (do tipo histórico-filológico) para, antes, se aproximar dos processos que na inspiração religiosa e artística têm o seu mais expressivo modêlo. A filosofia dependerá, proeminentemente e em última instância, da capacidade da imaginação criadora.

Desligada, porém, das suas raízes especulativas, logo a imaginação descai e se torna *moralista*, edificante, prática, rastejante no plano da acção imediata ou escrava dos seus interêsses, gestadora de ídolos, limitadora, afinal, não só da especulação, mas da própria acção que quere servir.

Se uma razão sem imaginação, razão sem asas, leva a um conceito estéril da cultura, uma imaginação sem razão implacàvelmente resvala em atitude dogmática na escola e na vida. Impossível separar reflexão e acção, moral e cultura. «É na própria filosofia, é no momento de filosofar que se realiza a eticidade. Não há ciências morais, nem políticas, nem pedagógicas para quem tiver clara noção da gnoseologia». O que nos conduz, por necessidade dialéctica, ao conceito de uma razão criadora, a um tempo prática e teórica, discursiva e mística, gradual porque humana, mas mirando ao Absoluto, como sua aspiração e seu limite. O objecto próprio da filosofia é a metafísica, e o método próprio da metafísica é a lógica. Assim se concilia o sentido ascendente com a pureza crítica. Que só enquanto é razão criadora, intuïção do divino, esfôrço alado, a filosofia poderá ser a seiva fecunda sem a qual «todos os ramos da cultura secam e definham».

A escalada filosófica caberá ao pensador solitário, àquêle que, fora da disciplina cultural, leva às regiões espirituais não exploradas a audaz reflexão. Mas, dado que sempre a filosofia reflecte o carácter do povo em que se elabora, a iniciação filosófica pressupõe continuïdade de cultura, sistema, coordenação de arbitrários e individuais empreendimentos, logo «prevenção erudita», intervenção magistral. À escola pertence buscar

aquela continuïdade — informando uma tradição mantida, ou (e é, no pensamento do Autor, o caso especial nosso) recuperando uma tradição perdida. Caduco o movimento que persiste «em atribuir à matemática e à física um predomínio intelectual que leva à adulteração da lógica e à repulsão da metafísica»... «tudo depende da eleição do ponto de partida e da acção de um escol que venha a revelar em actual expressão ontológica o pensamento implícito nos documentos teológicos, políticos e literários que assinalam os decisivos passos da vida do nosso povo e que venha a formular, em sistema ou sistemas, a filosofia própria da fisionomia nacional». Pertence-lhe, por igual, promover aquela coordenação, quer pela fixação da nomenclatura ou enriquecimento do vocabulário, quer pela publicação de monografias, compilação de artigos dispersos, crítica às correntes de pensamento nocivas ao desenvolvimento da filosofia original, etc.

Daqui que o problema da filosofia seja, para nós e para já, um problema essencialmente escolar. Só porque é factor de continuïdade e de coordenação, a escola será instrumento de socialização e de irradiação. Mas nem por ser, ou precisamente porque é, centro de irradiação, deixará a escola de ser um corpo vivo — já que só o que é vivo pode irradiar e transmitir-se. E porque só há vida onde há liberdade, a escola terá de ser, antes de tudo, um organismo livre.

Assim chegamos ao conceito de Faculdade de Filosofia — emancipada, autónoma entre as outras e, entre tôdas, primacial. Repulsa pelo estático, pelo hirto, pelo dogmático (seja qual seja a sua proveniência), sentido de vida e de altura, eis pois os signos sob que foi escrito o opúsculo que estamos resumindo. Autonomia, diversidade, mobilidade, renovação, actualidade, tôdas as virtudes, enfim, contrárias à «rigidez brutal de um regimento burocrático», tais as características que aqui se reclamam para a futura Universidade — partindo do certo princípio de que só pode ser fonte de vida o que em si mesmo é imagem de vida.

E eis, em breve nota, o que, expresso ou subentendido, creio essencial no livrinho que o belo espírito de Álvaro Ribeiro nos ofertou. Livrinho que será fecundo discutir, de que será legítimo, ou justo, discordar, mas no qual é impossível não reconhecer a altura mental, a seriedade do propósito, a fôrça e a nobreza da linguagem, o veemente, claro desejo de servir o pensamento e os seus fins.

AUGUSTO SARAIVA

NOTAS

Ida e volta de «figuras representativas»

Nas épocas frívolas e calmas, quando o ritmo da vida humana é condicionado pelo embalo da facilidade, são compreensíveis e toleráveis certas inversões na escala dos valores culturais, que nos períodos históricos mais agudos e dramáticos — como é, sem nenhuma dúvida, o nosso — não se compreendem nem toleram.

As épocas frívolas alimentam, como espécie de tempêro excitante, determinadas fraquezas sociais que se transformam, quando serenamente observadas a distância, em repugnantes anomalias. Como nelas impera o espírito da comédia amena, a sociedade fútil procura satisfazer no grotesco de certos indivíduos e factos (que ela própria não tem pejo de guindar a proeminentes) a sua sêde gratuita de riso e de chacota.

Fazer carreira pelo ridículo — no domínio das letras, das ciências, das artes, da política ou do mundanismo — é, então, relativamente fácil, porque indefinidamente consentido.

Que haja quem seja capaz de dar a lume um livrinho de irrisória versalhada lírica, de subir a uma tribuna e ler, papagueando, um discurso ôco e farfalhudo, ou de exibir-se pùblicamente com

Xilogravura popular portuguesa do séc. XVIII

o físico embrulhado numa indumentária anacrónica — a sociedade, no íntimo, rejubila. O que importa é que o circo não fique vazio. O resto é com a crítica...

A crítica vem, realmente, e procura desempenhar o seu papel, castigando o espectáculo. Mas ¿de que maneira? Afinando ao mesmo diapasão as cordas mais grossas da ironia: espeta um «rabo-leva» no pretenso orador, enfia orelhas de burro no busto acéfalo do poeta, atira com ovos podres à inépcia do dramaturgo. A sociedade continua a rejubilar, porque o espectáculo vai sendo mais variado — e prossegue a seu gôsto.

Alfim, os últimos a ter motivos de sobra para ficar a rir, são os intérpretes da palhaçada, porque não há fôrças humanas capazes de desalojá-los das posições conseguidas.

Forjara-se um prestígio: a popularidade. *A breve trecho o homem ridículo (pôsto no centro da pista pelo bom humor da sociedade, focado pela ironia da crítica e vaiado pela opinião pública) a breve trecho, dizíamos, se converte nesta coisa imensa, fatal e insanável: uma «figura representativa».*

Eis, ràpidamente definido, o clima social mais favorável para a floração das chamadas «ordens honoríficas». É a idade histórica da academia, *o império faustoso do «crachat», a hegemonia da* insígnia.

À verificação da impotência do riso e da vaia para expulsar da cena o estafado número de prestidigitação, segue-se a mísera reacção psicológica de um respeito quási medroso pela resistência do sujeito: — «afinal, êle que se agüenta, é porque tem real mérito...» Tudo se passa como naquela inteligente versão do conto popular «o rei vai nu»: a mãe, indignada com a inoportuna esperteza da criança, diz-lhe, sovando-a: — «¿¡en-

tão o menino não sabe que tôda a gente vê que o rei vai nu?!»

Mas quando as épocas frívolas entram no declínio e começa a subir na roda do tempo a hora da expiação pelo sangue e do sacrifício trágico, a farsa que se mantém em cena transforma-se num espectáculo penoso e repulsivo. As gerações que despontam, formadas pela dura lição das épocas combativas — já com outra e mais séria concepção da humanidade e da vida — ficam atónitas perante êle, sem saberem se hão-de rir ou chorar.

É certo que os cartazes berrantes à porta das feiras e o estrondo chamativo dos bombos e das gaitas de foles já não iludem a ingénua expectativa dos jovens. Ainda mesmo que estes ignorem, à míngua de pontos de referência, onde se encontram os autênticos valores, sabem (quando mais não seja por intuïção emocional) que não são aquêles a quem dão asilo as coligações das vaidades, os jogos das conveniências e a flácida tolerância do público.

Mas a imprensa *aí está, todos os dias, a incensar os pés-de-barro, a soprar os balões vazios, a inverter os termos da hierarquia do espírito, pronta a classificar de triunfal o já previsto e mais que evidente dos fracassos: — um livro, uma peça de teatro, uma conferência, um concêrto, uma exposição, uma viagem de representação intelectual ao estrangeiro...*

As bibliotecas portuguesas e a função de bibliotecário

A sugestão de se criar um Instituto Nacional de Bibliografia foi encontrar repercussão em diversos ambientes, interessando tanto os funcionários das bibliotecas e dos arquivos, como os estudiosos e os publicistas.

Para melhor acentuar o pensamento que presidiu a êsse alvitre — cuja intenção é, òbviamente, a de melhor servir a cultura nacional — importa dizer algumas palavras mais.

Conhece-se o descontentamento do público estudioso que se vê obrigado a recorrer aos serviços da Biblioteca Nacional de Lisboa. Êsse descontentamento é inegável, por vezes fundamentado, freqüentemente murmurado nas conversas, e já expresso com eloqüência numa das sessões da Assembléia Nacional. Verdade é que nem a exigüidade dos quadros do pessoal, nem a dotação do orçamento, nem a legislação em vigor permitem que a primeira biblioteca do país trabalhe nas condições que seriam para desejar.

Entendemos que a Biblioteca Nacional deveria ser o primeiro, o maior, o mais completo depósito das espécies bibliográficas nacionais, mas só dessas. Foi ela constituída, fundamentalmente, com a livraria que pertenceu à extinta Real Mesa Censória; deveria continuar nessa linha, recebendo apenas as espécies que, munidas dos respectivos verbetes, lhe fôssem enviadas pelos serviços centrais do Instituto Nacional de Bibliografia.

A êste Instituto, que, como dissemos, absorveria as funções do Registo da Propriedade Literária e do Depósito Legal, competiria a distribuïção metódica, selecta e adequada das publicações portuguesas pelas bibliotecas públicas que a lei considera beneficiárias. A êste Instituto competiria, também, o serviço de permutas internacionais.

As publicações estrangeiras entrariam para as bibliotecas especializadas que o Estado dotaria com verba suficiente. Bibliotecas especializadas são as das Faculdades universitárias e dos Institutos superiores que dependem do Ministério da Educação Nacional; a essas bibliotecas se dirigiriam os estudantes, com mais proveito do que actualmente, assim como todos os outros estudiosos e investigadores.

Dêste modo, obedeceria a aquisição permanente de revistas e livros estrangeiros — cuja falta é tristemente notada — a critérios seguros e esclarecidos de acôrdo com as exigências da investigação científica. Não haveria o perigo da excessiva bibliografia historiográfica, explicada pela razão de que quási todos os altos funcionários das bibliotecas públicas se dedicam a investigações históricas, e, especialmente, à História de Portugal.

Seria conveniente distinguir entre a função do bibliotecário e a do bibliógrafo, para lhes atribuir diferentes categorias. Seria útil, para o desenvolvimento da cultura, que a profissão de bibliotecário não competisse apenas aos diplomados com cursos superiores, mas que pudesse também ser exercida por indivíduos que para tal fôssem habilitados com um curso de carácter técnico e de nível médio. Pelo contrário, como a bibliografia não é sòmente histórica e exige a erudição própria de cada ciência especial, a profissão de bibliógrafo e a categoria de director de biblioteca estariam acima das funções técnicas dos bibliotecários.

A existência, nos institutos técnicos profissionais, do curso de habilitação para bibliotecário, facultaria a generalização de um serviço profissional que, mais tarde ou mais cedo, terá lugar, não sòmente nos serviços do Estado e dos Municípios, mas também nos organismos corporativos, nas associações culturais, nas grandes emprêsas industriais e no comércio livreiro.

É deficiente o número de bibliotecas públicas que existem no País, são poucas as bibliotecas particulares devidamente organizadas — e, por estas duas razões, nem as obras culturais chegam a ter grande repercussão popular, nem a produção bibliográfica é devidamente conservada para utilidade futura.

*

LITORAL acolherá com agrado quaisquer observações que, sôbre o alvitre da criação de um Instituto Nacional de Bibliografia e seus corolários práticos, lhe possam apresentar as pessoas por êste assunto interessadas.

Cultura por jornalismo

A função principal do jornalismo é inquirir, investigar. O jornalista é o agente que se desloca até às fontes de informação e que, sem ortodoxias prévias, respeita e lealmente recolhe o que a realidade lhe oferece.

Parece-nos errada a visão que transforma o jornalista num doutrinador habitual que na tranqüilidade da redacção destila, com calculada percentagem, as idéias fixas e os preconceitos intangíveis. Esta falsa perspectiva leva o jornalista a escrever o artigo de fundo como principal comentário aos acontecimentos, num estado de ânimo incerto e aleatório, sujeito ao caprichoso fluxo e refluxo dos interêsses momentâneos e das receitas doutrinárias.

Ora assim como o verdadeiro jornalista é aquêle que procura descobrir assuntos e notícias cujo ineditismo surpreenda e elucide o leitor, o que desempenha rotineiramente o seu mister só contribue para entorpecer e embaciar o espírito do público. Menos ainda se justifica êste processo informativo, quando a *imprensa* se propõe uma missão cultural.

O jornalista consciente e probo deverá inquirir, pois, do que se pensa, investiga, labora e escreve, não para redigir a notícia estéril e indiscreta, mas para mostrar ao leitor sedentário os novos panoramas do mundo espiritual. Deverá ir ao encontro daqueles intelectuais que, não beneficiando dos serviços publicitários de qualquer corporação oficial, muitas vezes produzem trabalhos de maior valia do que as celebridades em foco. A entrevista e o inquérito são os processos jornalísticos que neste domínio se afiguram mais eficazes.

Na história da imprensa portuguesa alguns inquéritos ficaram justamente memoráveis e consagraram o nome da individualidade que os promoveu. Exemplos — entre outros — são: o *Inquérito Literário* que Boavida Portugal realizou durante a primeira fase da «Renascença Portuguesa», e o que nas colunas do *Diário de Notícias* Álvaro Maia levou, há anos, a cabo — e será publicado no segundo volume de *O vento sôbre a charneca.*

Neste sector da actividade jornalística há todo o interêsse, não em agitar questões e paixões, mas em averiguar qual o pensamento dos contemporâneos quanto aos problemas fundamentais — não só os que imediatamente interessam à acção política, mas sobretudo aquêles que mediatamente são determinados pela especulação.

*

Vem desenvolvendo-se entre nós, talvez por imitação do estrangeiro, o hábito dos *suplementos culturais* e *páginas literárias* nos órgãos de grande informação. O princípio é excelente, mas a execução não tem sido feliz.

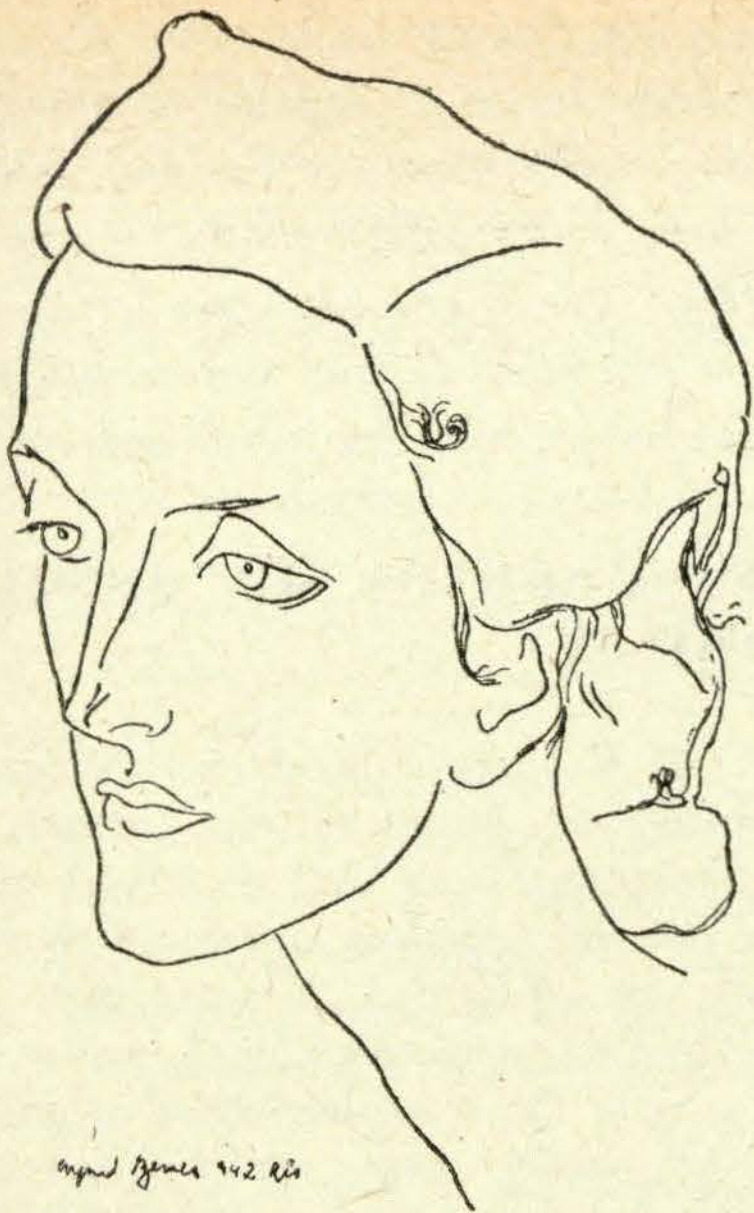
Essas *páginas,* que deveriam, acima de tudo, ser jornalísticas e vivas, têm o mortiço aspecto de crónicas sonolentas. O noticiário é nelas escasso e unilateral, rareando as entrevistas e os inquéritos de melhor qualidade e de mais vasto alcance. Nalgumas, o predomínio dos temas da história-pátria, nem sempre tratados com a devida frescura literária, é quási asfixiante. ¿Será assim tão exígua a nossa faculdade de imaginação e tão estreita a nossa curiosidade pelas idéias que determinam a vida do homem presente? ¿Serão assim tão insignificantes as produções mais características da arte moderna, o pensamento que as inspira e a forma como se realizam?

Noutras *páginas,* a atenção ao presente, sem a lúcida discriminação dos valores, restringe-se a servir o efémero.

São artigos avulso, onde as questões são ventiladas com a petulância dos primários a quem se faculta a oportunidade de afirmar o que não reflectem; são os elogios exorbitantes aos colegas da Redacção, que mais parecem desafios à probidade de outros escritores menos favorecidos pelo compadrio; são as críticas apressadas (tantas vezes após uma incompleta leitura das obras) e sempre acorrentadas às citações estrangeiras; são as cartas de protesto contra essas críticas e as réplicas dos criticantes, num movimento sem fim. É, numa palavra, a desorientação do leitor.

Nestas circunstâncias, que só uma fase de transição pode justificar, julgamos inoperante — e, até, contraproducente — a difusão de tais *páginas,* embora não nos repugne aceitar que tenham sido, a princípio, idealmente apontadas a uma finalidade mais digna.

Cecília Meireles

A quem tenha tomado, nestes últimos anos, mais íntimo contacto com a produção poética em língua portuguesa, é já familiar o nome de Cecília Meireles. De mais longa data conhecem a

Cecília Meireles, vista por Arpad Szenes

têmpera dos seus dons aquêles a quem não passou despercebida a refreada ansiedade com que ia esperando por si mesma a autora de Nunca mais *(1923) e de várias poesias posteriormente insertas em jornais e revistas literárias, onde vibravam, com ressonâncias de alto lirismo, as mais profundas cordas da sensibilidade feminina.*

Quis o acaso, a que decerto não foram estranhos os elos que prendem a Portugal a alma e o próprio destino de Cecília Meireles, que se publicasse em Lisboa o livro onde se reüniram as suas mais significativas produções, num ciclo de inspiração que se desenrolou desde 1929 a 1937: — Viagem *(edição «Ocidente», 1939).*

Talvez não seja exorbitante afirmar-se que êsse livro — porventura destinado a uma repercussão mundial, se fôsse mundial a repercussão da nossa língua — representa uma das culminâncias da produção poética contemporânea. Sabe que isto é assim, quem habitualmente mergulha, sôfrego de revelação, na poesia do nosso tempo, e tomou consciência crítica de que raros dêsses mergulhos lhe vincaram no espírito tão duradouro sulco de novidade e beleza.

Essa consciência obteve, recentemente, confirmação decisiva com a leitura do livro de poemas Vaga música, *publicado no Rio de Janeiro em 1944. Uma linguagem mais fluida, de mais profunda tessitura rítmica, serve, nesses poemas, com largueza e livre impulso, uma imaginação já poderosa e uma sensibilidade que pôde temperar-se numa fértil experiência vital.*

Não soam, por isso, a falso (ainda que nos levem a uma longa ponderação), afirmações como esta: «Cecília Meireles é uma das maiores, se não a maior poetisa da língua portuguesa de todos os tempos» — como se lê na capa do livro Poetas novos de Portugal.

Trata-se de uma antologia organizada e prefaciada pela autora de Vaga música, *que as «Edições Dois Mundos» lançaram, êste ano, na «Colecção Clássicos e Contemporâneos», dirigida, no Rio, por Jaime Cortesão.*

Deve salientar-se (e é o que, objectivamente, motivou esta nota) o bom e desinteressado serviço que Cecília Meireles prestou à moderna poesia portuguesa, elaborando essa colectânea que veio tornar acessível ao conhecimento do público brasileiro — e também português — muitas das mais características produções líricas de trinta e tantos autores nacionais do nosso tempo.

Alguns lapsos e deficiências de interpretação que possam encontrar-se nesse trabalho, justificam-se pelas actuais dificuldades de comunicação entre os dois países, e dêles se desculpa a Autora, dizendo que «esta é uma das fatalidades do longo Atlântico: trazer até estas plagas, fragmentados em suas ondas, os rostos que desejaríamos completos e perfeitos».

Mas isso mesmo é generosamente compensado pelo esfôrço compreensivo dos caracteres específicos e individuais da corrente literária a cujo estudo Cecília Meireles se aplicou, e de que nos dá uma lúcida síntese no prefácio da obra, onde são focados aspectos que certos críticos se obstinam em não querer ver, ou se comprazem em considerar insignificantes, como, entre outros, o que dêste modo exprimiu: — «Estes poetas novos de Portugal têm, sôbre os de outros países e outros tempos, a vantagem de um especial poder de crítica e auto-crítica, decorrência de tão ousadas investigações psicológicas a que nos tem arrastado o estudo do homem e da vida. Por isso, êles deixarão de si, ao lado de uma produção singularmente expressiva, elementos para a sua interpretação, minuciosa e clara. Não é em vão que paira sôbre êles a inscrição de que um se utilizou: — O que em mim sente está pensando.»

Ao encontro da opinião pública

O II Congresso da «União Nacional», efectuado em Maio do ano corrente, foi constituído por uma série de sessões de estudo que lhe assinalam lugar entre os acontecimentos intelectuais do nosso país.

Não é da competência desta revista apreciar o valor das teses defendidas na maioria das sub-secções, nem sequer informar o público do que decorreu no seio de uma colectividade política. Convém, todavia, notificar que as teses discutidas nas 13.ª, 14.ª, 15.ª e 16.ª sub-secções versaram problemas da Educação Nacional e contêm, certamente, elementos valiosos para oportunos estudos dos técnicos da pedagogia.

Referimo-nos a êsses trabalhos, pelo facto de resultar da leitura dos resumos das teses, oportunamente publicados, uma impressão tão viva que merece comentário. Parece-nos, antes de mais nada, indispensável que tôdas as pessoas que se interessam pelos problemas da cultura, saibam que no referido Congresso se reflectiu um aspecto da crítica social que convém tornar-se consciente e formular nos termos mais nítidos, para o conhecimento da verdade.

Essa verdade é que, por versarem as principais teses alguns problemas do ensino primário, técnico e superior, ficaram os problemas do ensino liceal mais afastados do interêsse dos congressistas, e de tal modo

que se diria representar o descontentamento do País por êsse tipo de escolas, tão florescentes nos fins do século passado.

O pensamento dos congressistas foi, assim, ao encontro de certa corrente da opinião pública que formula o desejo da extinção dos liceus.

A pregunta é esta: — ¿Qual o fundamento social e pedagógico do ensino liceal? Já ninguém o sabe, talvez. E isto porque ao ensino liceal ou falta uma finalidade claramente definida ou, efectivamente, já não consegue atingi-la.

Segundo o testemunho de professores universitários — cuja actividade docente se exerce sôbre os alunos que o *exame de aptidão* apurou serem os melhores — o ensino liceal falha completamente na preparação para as escolas superiores, singularmente consideradas.

Se assim é (o que só por depoïmento unânime dos professores universitários poderíamos vir a saber), parece-nos lícito e conveniente inquirir mais a fundo:

— ¿Com que preparação cultural ou profissional ficam, por sua vez, os diplomados com o curso dos liceus, desde que não ingressem nos cursos superiores? ¿Que utilidade — se não que valor — podem ter os ensinamentos recebidos no curso dos liceus? ¿Será justo permitir que percam os melhores anos da adolescência num estudo estéril centenas de homens que, por diversas razões, talvez não possam chegar às provas do *exame de aptidão* e ingressar na Universidade? ¿Que finalidade profissional encontrarão os que são forçados a interromper o curso normal dos estudos?

Sabe-se que no funcionalismo público e na burocracia comercial vão procurar uma colocação compatível com as circunstâncias a que se foram habituando em poucos anos de vida escolar. Abstraindo o problema social que o facto implica, devemos, contudo, reparar em que essa legião infeliz de gente semi-culta forma o grande público opinioso que compra livros, revistas e jornais, que freqüenta casas de espectáculo, concertos, exposições de arte, conferências.

São por demais conhecidas as conseqüências desta anomalia, porquanto se reflectem na qualidade da produção cultural, que tem, forçosamente, de lhe ser dirigida. Temos de reconhecer que seria preferível ao escritor e ao artista enfrentarem um público constituído por indivíduos de preparação elementar, mas de profissão técnica que exige aprendizagem austera, condiciona uma árdua experiência psicológica e robustece a formação do carácter. Nefasta é, pelo contrário, essa mediania amorfa, tantas vezes petulante e que, por ausência de gôsto definido e escassez de contacto directo com as duras realidades humanas e sociais, se arroga o direito de exigir uma produção literária e artística nivelada aos seus mesquinhos e infundados preconceitos.

Êste público, formado pela incompleta cultura liceal, é o maior factor da rotina na vida espiritual da Nação.

*

Por outro lado, deve assinalar-se que o mesmo Congresso considerou menos próprio o ensino liceal como preparação para o funcionalismo público — o que está pedagògicamente certo — e que foi apontada a necessidade da criação de um curso técnico para a instrução do médio funcionalismo.

Ora a dotar-se o ensino técnico com êsse curso, ¿que finalidade prática restará ainda ao ensino liceal?

Impõe-se dizer a verdade, quando estão em jôgo os mais altos interêsses da vida colectiva: — A opinião pública reflecte, cada vez mais, a convicção de que a existência do

curso dos liceus é, pedagógica e socialmente, um êrro.

Representaram os liceus um papel importante na formação do escol social no fim do século XIX. Talvez, então, correspondessem às exigências sociais. Hoje, porém, é lícito pensar que o liceu não tem razão de existir. E, se de facto a não tem, extingam-se definitivamente e admitam-se aos exames de aptidão às Universidades os diplomados por quaisquer escolas médias.

*

Eis um problema que LITORAL julga oportuno focar e propor à discussão — obedecendo à sua norma de suscitar o debate das opiniões contrárias.

REGISTO BIBLIOGRÁFICO

Foram-nos oferecidos exemplares dos seguintes livros e publicações periódicas:

VASCO BOTELHO DE AMARAL: «Cultura, defesa e expansão da Língua Portuguesa». Ed. da «Revista de Portugal». Lisboa, 1944.

JOÃO DE CASTRO OSÓRIO: «O baptismo de Dom Quixote» (Tragicomédia). Separata da revista «Atlântico». Lisboa, 1944.

ANTÓNIO RAMOS DE ALMEIDA: «A Nova descoberta do Brasil». Editorial Fenianos. Pôrto, 1944.

MÁRIO COSTA: «Suão» (Poesias). Coimbra, 1944.

EDWARD T. PEARSON: «Um mundo melhor — baseado numa paz estável». Lisboa, 1944.

PAULO DUARTE: «Língua brasileira». Lisboa, 1944.

LUÍS REIS SANTOS: «Algumas considerações acêrca do livro de arte contemporânea». Lisboa, 1944.

JOSÉ GALENO: «O último fauno» (Versos). Lisboa, 1943.

ANTÓNIO PINHEIRO GUIMARÃES: «Início» (Versos). Pôrto, 1944.

J. HUIZINGA: «Nas sombras do amanhã» (Diagnóstico da enfermidade espiritual do nosso tempo). Trad. de MANUEL VIEIRA. Ed. Arménio Amado. Coimbra, 1944.

FIDELINO DE FIGUEIREDO: «Sob a cinza do tédio» (Romance de uma consciência). Editorial Nobel. Coimbra, 1944.

JOÃO DA ROCHA: «Duas epístolas». Pôrto, 1944.

«Correspondência inédita de Soares dos Reis». Coligida por JOSÉ DE FIGUEIREDO, anotada por VASCO VALENTE. Pôrto, 1942.

RIBEIRO COUTO: «Dia longo» (Poesias escolhidas). Portugália Editora. Lisboa, 1944.

«Biblos» (Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra). Vol. XIX. 1943. Coimbra Editora, Lda.

«A Grã-Bretanha de hoje». N.os 75 e 76. Fevereiro e Março de 1944.

«Revista de Guimarães». Vol. LIII. N.os 1-2 e 3-4. Janeiro-Junho e Julho-Dezembro de 1943. Guimarães.

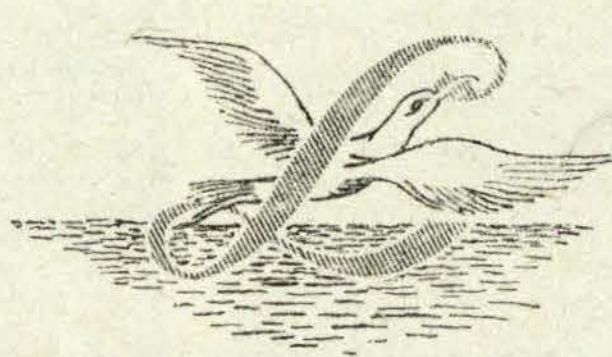
«Investigación y Progreso». N.os 5-6. Mayo-Junio. Madrid, 1944.

«A Feira Internacional de Bruxelas». N.º 1. Administração - Direcção Geral: New-York, N. Y. — U. S. A., 1944.

«Boletim Médico Britânico». Vol. 2. (1944). N.º 1.

«The Anglo-Portuguese Society». Bulletin n.º 11. Casa de Portugal, London. July, 1944.

«Certeza» (Fôlha da Academia). N.º 2. S. Vicente de Cabo Verde, Junho, 1944.

LITORAL ACEITA E AGRADECE A PERMUTA COM OUTRAS PUBLICAÇÕES CULTURAIS DE CARÁCTER PERIÓDICO, PORTUGUESAS E ESTRANGEIRAS

LITORAL

ESTIMARÁ CONHECER A OPINIÃO DOS SEUS LEITORES ACÊRCA DO MODO POR QUE VEM DESENVOLVENDO AS PROPOSIÇÕES EXPRESSAS NO PRIMEIRO NÚMERO, TOMANDO NA DEVIDA CONTA AS SUGESTÕES QUE LHE SEJAM APRESENTADAS, NO SENTIDO DO APERFEIÇOAMENTO E DA MAIS AMPLA REPERCUSSÃO A QUE ASPIRA

LITORAL

* só publica textos inéditos e em língua portuguesa.

* é uma revista fundamentalmente colaborada por escritores e artistas portugueses e brasileiros, aceitando e estimando a colaboração *ensaística* de Autores de outras nacionalidades, desde que os textos — por sistema traduzidos — interessem objectivamente à nossa cultura.

* revista aberta às autênticas vocações e, em especial, da juventude, acolherá quaisquer trabalhos, em prosa ou em verso, enviados espontâneamente pelos Autores, publicando-os, desde que os reconheça conformes com o carácter de isenção e o critério selectivo esclarecidos no artigo «Posição», inserto no primeiro número.

* admite, dentro das normas enunciadas, a contestação das teses expostas nas suas páginas, na medida em que não fique anulada a necessária distinção entre as idéias sempre discutíveis e as pessoas sempre respeitáveis.

* não devolve os originais recebidos, quer sejam ou não publicados.

AOS SENHORES ASSINANTES E LEITORES

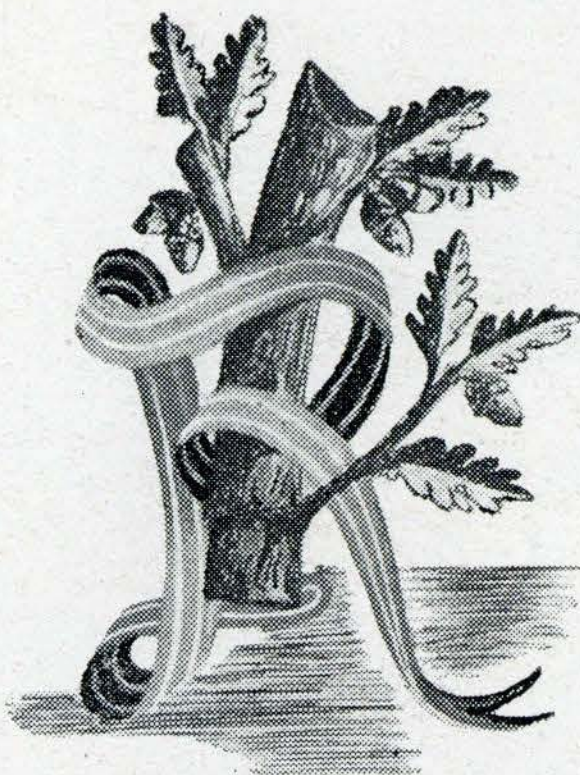
Circunstâncias de vária natureza, a que não foi estranha a anormalidade dos tempos presentes, motivaram um atraso excessivo na saída do número 3 de LITORAL, forçando-nos a fazer corresponder o presente fascículo aos meses de Outubro e Novembro.

Com êste fascículo se completa o nosso *1.º Volume,* cujo índice será publicado, extra-texto, no número 5 — que nos esforçamos por fazer sair durante o mês de Dezembro.

Tencionando a Administração da revista mandar compor e imprimir CAPAS especiais para a encadernação dos volumes, pede-se aos Srs. Assinantes e Leitores, que desejem adquiri-las, o favor de lho comunicarem, num postal ou pelo telefone, a fim de poder fazer-se o conveniente cálculo da tiragem.

ANTIGUIDADES

RUA DAS CHAGAS, 17 · ESQUINA DA RUA DA HORTA SECA · LISBOA

Higiene Científica da Bôca

PAVIMENTOS E LAMBRIS
GRANULADOS, TAPETES,
ISOLAMENTOS, RÔLHAS,
DISCOS, BOIAS, SOLAS, FÔLHAS
DE AGLOMERADOS PARA JUNTAS

SOCIEDADE CORTICEIRA

ROBINSON BROS. LDA.

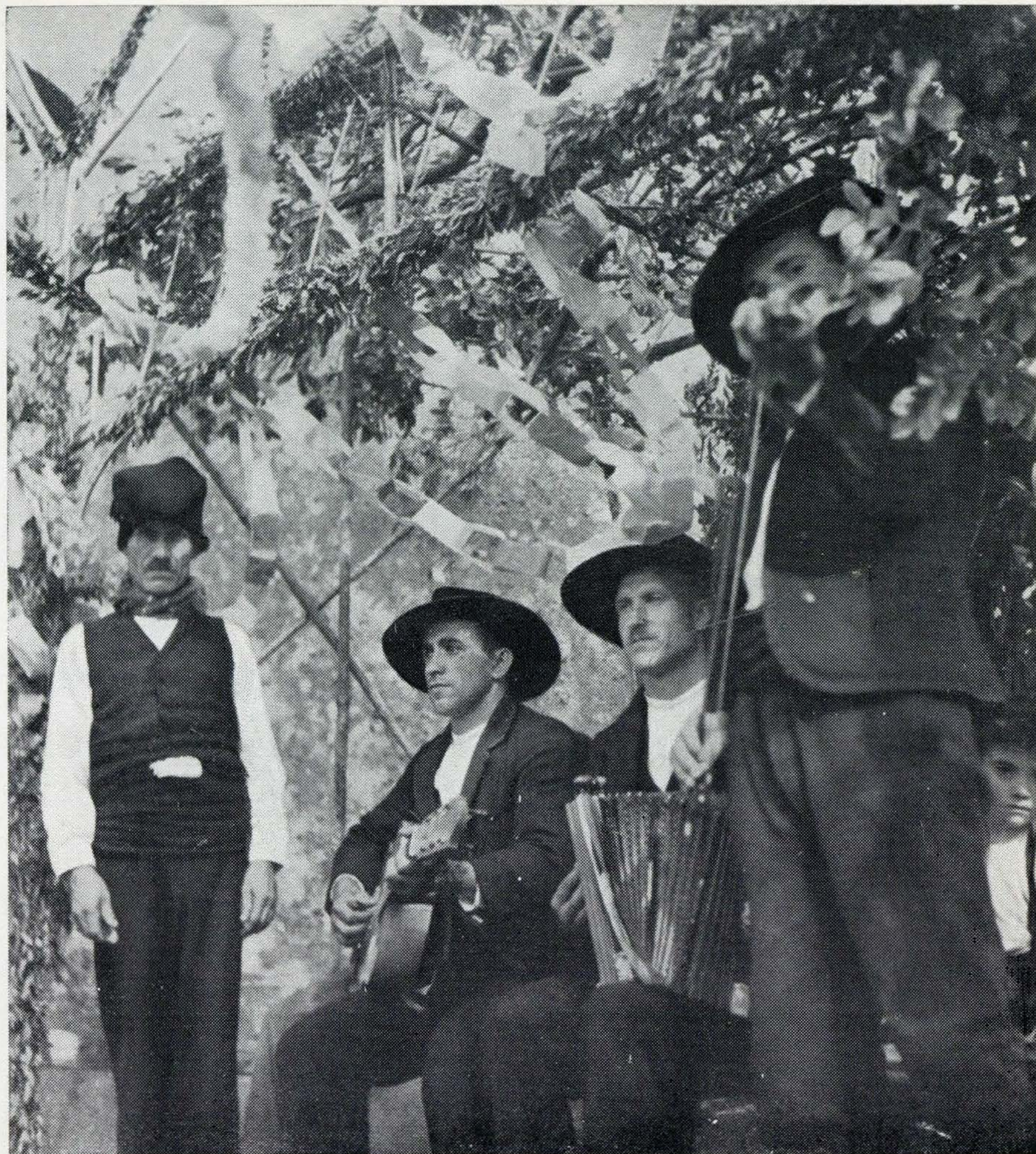
PORTALEGRE

AGENTES: AZEVEDO & PESSI, LIMITADA
RUA NOVA DO ALMADA, 46 - TELEFONE 29879
LISBOA

stop

QUADROS MODERNOS, OBJECTOS DE ART
EM COBRE, FERRO FORJADO, MADEIRA, ETC
* DECORAÇÕES INTERIORES * TODOS OS
GÉNEROS DE PUBLICIDADE ARTÍSTICA

ESTÚDIO DE ARTE

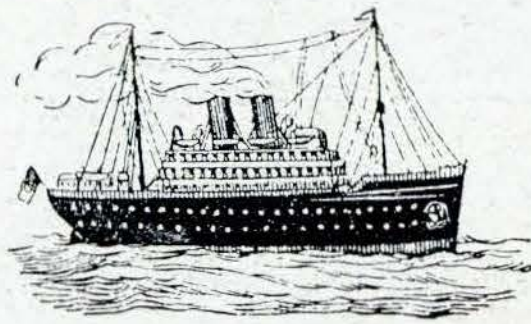
RUA NOVA DA TRINDADE, 6-A . TEL. 28498

Kodak

KODAK LIMITED

RUA GARRET, 36 • LISBOA

APARELHOS, PAPÉIS, CHAPAS E PELÍCULAS INDISPENSÁVEIS PARA SE OBTER UMA FOTOGRAFIA DE QUALIDADE INEXCEDÍVEL

MÁRIO SILVA

AGENTE DE NAVEGAÇÃO

PROMOVEU E MANTÉM A ÚNICA LIGAÇÃO MARÍTIMA PORTUGUESA COM O **BRASIL**

TRANSPORTES DE MERCADORIAS PARA O RIO DE JANEIRO E PARA SANTOS

TELEGRAMAS «MARSHIP»

TELEFONES — 21084 — 29696

ESCRITORIOS: RUA DAS FLORES, 81 — LISBOA

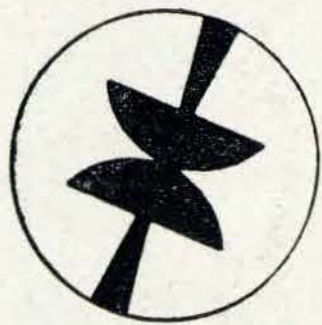
UMA CINTA

POMPADOUR

é a certeza de que todos os tipos femininos podem ter uma linha elegante e moderna

LISBOA • RUA GARRETT, 28-30 • RUA AUGUSTA, 138-140
PÔRTO • ARMAZENS CAPELA • RUA DAS CARMELITAS, 76

RAMOS, AFONSO & MOITA, L.DA

I M P R E S S O R E S

TIPOGRAFIA, PAPELARIA,
LIVRARIA, ENCADERNAÇÃO

* * * * * * * * * * * * *

RUA DA VOZ DO OPERÁRIO, 8 a 12
TELEFONE 23866 / LISBOA

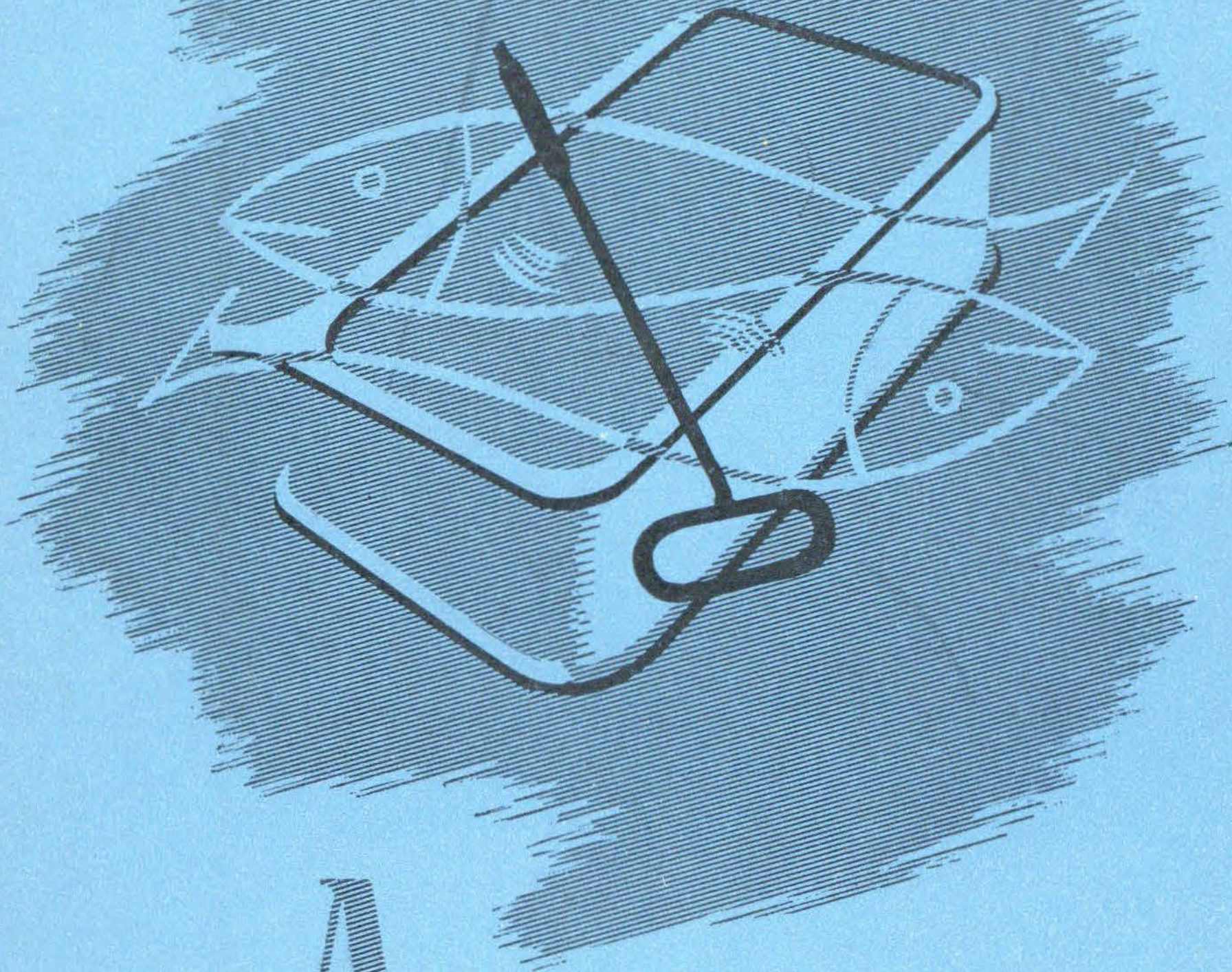
AS OFICINAS GRÁFICAS QUE COMPÕEM E IMPRIMEM O
L I T O R A L

CADERNOS
D E P O E S I A

O R G A N I Z A D O R E S E E D I T O R E S

TOMÁS KIM
JOSÉ BLANC DE PORTUGAL
RUY CINATTI

Brevemente aparece a 2.ª série

I.P.C.P.

AS DELICIOSAS CONSERVAS
DE PEIXE PORTUGUESAS
DESPERTAM O APETITE E ALIMENTAM